



Organização Regional do Brasil

Volume Único

Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro

Secretaria de
Ciência, Tecnologia
e Inovação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Gilson Rodrigues

Vice-Presidente de Educação Superior a Distância

Marilvia Dansa de Alencar

Vice-Presidente Científica

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Geografia

UERJ - Gláucio José Marafon

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro

Diretoria de Material Didático

Bruno José Peixoto

Coordenação de Design Instrucional

Flávia Busnardo da Cunha

Design Instrucional

Luciana Perdigão
Paula Barja

Biblioteca

Simone da Cruz Correa de Souza
Vera Vani Alves de Pinho

Diretoria de Material Impresso

Ulisses Schnaider

Revisão Linguística e Tipográfica

Licia Matos

Ilustração

Renan Alves

Capa

Renan Alves

Programação Visual

Mario Lima

Produção Gráfica

Fábio Rapello Alencar

Créditos imagens capa:

Papagaio

By Thiago Martins - Own work, Licença de conteúdo de Freemages.com
<https://pt.freeimages.com/photo/green-1361471>

Árvores

By Sergiobaffoni - Own work, CC BY 3.0
https://pt.wikipedia.org/wiki/Mata_de_igap%C3%B3#/media/File:Amazonas1.jpg

Mapa

By IMAZON
<https://amazon.org.br/mapas/amazonia-legal/>

Copyright © 2020 Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C837g

Moraes, Vinícius Silva de; Monteiro, Stefanny Santos.

Organização Regional do Brasil. Volume único / Vinícius Silva de Moraes / Stefanny Santos Monteiro – Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2020.

218p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0236-5

1. Geografia. 2. Meio ambiente. 3. Brasil - ocupação territorial. 4. Superintendências de desenvolvimento regional.
I. Moraes, Vinícius Silva de. II. Monteiro, Stefanny Santos. 1. Título.

CDD: 900

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Wilson Witzel

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Leonardo Rodrigues

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Maurício Aires Vieira

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Romulo Mello Massacesi

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Raul Ernesto Lopez Palacio

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Lodi Ribeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora: Denise Pires de Carvalho

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Silva Cardoso

Sumário

Aula 1 • A importância do conceito de região na Geografia	7
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 2 • O papel das Superintendências de Desenvolvimento Regional	25
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 3 • Marcas da gestão e da ocupação territorial no Brasil	47
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 4 • Impacto da gestão e da ocupação nas paisagens	67
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 5 • As diferentes regionalizações do espaço geográfico brasileiro	85
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 6 • A região Sudeste e seus contrastes socioeconômicos	99
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 7 • Centro-Oeste e Sul: impulso da modernização da agricultura	113
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 8 • Região Norte do Brasil: Amazônia como reserva de valor?	127
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 9 • A diversidade socioambiental do Nordeste brasileiro	145
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 10 • A produção do complexo regional do Nordeste	157
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	
Aula 11 • O potencial econômico nordestino	169
<i>Vinicius Silva de Moraes</i> <i>Stefanny Santos Monteiro</i>	

Aula 12 • Ocupação e organização do Centro-Sul brasileiro177

Vinícius Silva de Moraes

Stefanny Santos Monteiro

Aula 13 • O espaço geográfico da Amazônia189

Vinícius Silva de Moraes

Stefanny Santos Monteiro

Aula 14 • A região e a geografia escolar207

Vinícius Silva de Moraes

Stefanny Santos Monteiro

Aula 1

A importância do conceito de região na Geografia

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Metas

Apresentar uma breve consideração sobre o conceito-chave que será o fio condutor da disciplina – região –, no intuito de fomentar algumas proposições já enraizadas no pensamento geográfico; entrar em contato com o conceito de região, ressaltando sua importância para a compreensão das dinâmicas espaciais em diferentes escalas, assim como buscar um entendimento mais amplo da região como instrumental geográfico com grande importância no ambiente escolar.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender o significado do conceito de região dentro do contexto do saber geográfico;
2. identificar a importância da Geografia como um instrumental analítico para o entendimento de dinâmicas espaciais.

Introdução

As diferenças emergem e se contrapõem ao processo que tende a anulá-las. Daí a análise regional, que, voltada para as particularidades, pode revelar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos e analisados se considerados apenas do ponto de vista global (LENCIONI, 2009, p. 192).

Quando visualizamos, de um modo geral, a história do pensamento geográfico, percebemos que o conceito de região esteve presente em diversos momentos dessa trajetória, às vezes com peso maior e outras menor, no que diz respeito à explicação dos fenômenos investigados.

Nesse sentido, nosso esforço ao longo das aulas da disciplina “Organização Regional do Brasil” será no sentido de resgatar e apontar a importância do conceito de região não só para o pensamento geográfico, mas como um conceito com forte potencialidade nos processos educacionais. O intuito é fomentar a compreensão da *região* como instrumental analítico para o entendimento de dinâmicas espaciais.

Nossa intenção neste primeiro encontro é apresentar a definição de região para que possamos problematizar, para além do senso comum, esse conceito tão caro para a Geografia.

A temática regional ganha força nos dias de hoje, não apenas entre as ciências sociais. Isso se dá pela proliferação de debates acadêmicos, mas também devido à multiplicação de regionalismos e identidades regionais, à reprodução de velhas desigualdades e ao surgimento de outras, tanto a nível global como local.

Enfim, nossos primeiros passos

Mesmo com toda a força da globalização e seus processos homogeneizadores, o que percebemos na atualidade é uma permanente (re)construção das heterogeneidades e fragmentações por meio da potência de novas desigualdades e da recriação da diferença por todo o mundo (HAESBAERT, 1999).

Nesse sentido, a temática regional

•

não está ligada apenas à realidade concreta que mostra uma nova força das singularidades, um revigorar dos localismos/regionalismos e das desigualdades espaciais. A mídia também alimenta uma revalorização do “regional”, ainda que ele seja entendido de maneiras as mais diversas. Para alguns, uma nova valorização do regional aparece no próprio bojo da globalização dos mercados e das comunicações, o regional aí sendo interpretado como uma revalorização do singular, da diferença; para outros, a nova “regionalização” seria um contraponto à globalização, via criação de grandes uniões comerciais - como se os mercados comuns não estivessem inseridos numa articulação crescente aos circuitos globais da economia capitalista (HAES-BAERT, 1999, p. 16).

No contexto da globalização, como o autor acima destaca, *região*, *regionalização* e *regional* são termos utilizados para diversos fins, sendo um deles a compreensão das dinâmicas espaciais.

Sabe-se que o termo *região* é empregado desde épocas antigas, e citado até em conversas comuns. Paulo César da Costa Gomes ensina que:

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras, como *regente*, *regência*, *regra* etc. *Regione*, nos tempos do Império Romano, era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. [...] Dessa forma, os mapas que representam o Império Romano são preenchidos pela nomenclatura dessas regiões que representam a extensão espacial do poder central hegemônico (GOMES, 2006, p. 50-51).

Como indicado na citação, a origem da palavra *região* vem da língua latina, apresentando forte conotação administrativa. O uso do termo remete ao processo de localização de áreas onde a influência da administração local seguia os preceitos do Império Romano, já sendo, até mesmo anteriormente a tal fato, uma forma de indicar atividades realizadas no espaço. Então, desde tempos pretéritos, a região se configura como uma forma de fazer referência a uma porção do território dotado de características comuns.

Atualmente, a questão regional ganha força devido aos movimentos regionalistas que eclodiram nas últimas décadas, além do surgimento/

reforço de identidades regionais presentes tanto no nível global quanto intranacional. Essas dinâmicas regionalistas podem ser observadas, por exemplo, desde o fim da União Soviética, quando os países que faziam parte desse enorme bloco político passaram a vivenciar movimentos de separação regionais e buscar autonomia político-administrativa.

O que podemos observar, na prática, é que, ao invés da consolidação da tão propalada globalização homogeneizadora, que romperia toda e qualquer particularidade espacial, percebemos, de modo concomitante, uma constante “reconstrução da heterogeneidade e/ou fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença nos diversos cantos do planeta” (HAESBAERT, 2010b, p. 15).

A polissemia do conceito de região

Uma questão marcante na trajetória do conceito de região dentro da Geografia é, decisivamente, sua polissemia. O leque de usos dessa palavra, tanto pelo senso comum quanto por diversos saberes científicos, chama atenção e possibilita uma interpretação confusa até mesmo para os geógrafos.

Como já dissemos anteriormente, o verbo *regere*, que, em latim, incitava a noção de direcionamento (no sentido de dirigir) das ordens hegemônicas do Império Romano, persiste com esse sentido até os dias de hoje.

Em uma busca rápida no **OXFORD ENGLISH DICTIONARY**, encontramos, entre as diversas concepções de região, uma que se destaca: limite. Nesse sentido, a região ora remete a uma relação de poder (definida por limites espaciais), ora aparece como uma forma de implementar referências espaciais (como uma região administrativa, por exemplo).

Dentro dessa limitação de interpretação do que viria a ser região, o pensamento geográfico destinou maior objetividade ao conceito de território, que ganhou um peso maior quando relacionado às questões políticas e às relações de poder no espaço. Mas não podemos menosprezar o sentido político da região, principalmente dos processos de regionalização como face da globalização contemporânea.

De fato, é recorrente o entendimento de região como uma parcela de um espaço, um recorte que pode ser traçado em múltiplas escalas (desde o corpo humano, para a Biologia e a Medicina, até o próprio universo, passando pelo globo terrestre, como os blocos econômicos ou regiões climatobotânicas). A origem do termo *região* nas discussões ge-

The Oxford English Dictionary

Dicionário considerado um dos mais importantes e conceituados da língua inglesa. Nele podemos encontrar outros significados para região, como distrito, divisão, demarcação.

ográficas também faz alusão ao recorte, ou seja, à delimitação do espaço (HAESBAERT, 2010b).

O que se observa é que, em sentido amplo, o uso do conceito de região se fez muito como uma mera delimitação de unidades administrativas, o que remete ao poder exercido hierarquicamente pelo controle dos Estados.

Pensar nesse conceito implica, portanto, refletir sobre os processos de regionalização, seja com foco nos procedimentos metodológicos ou como instrumento de análise, seja como dinâmicas efetivas de grupos sociais – ganhando um caráter mais fluido.

Um breve momento da região no pensamento geográfico

Entre as divergências presentes nos diversos enfoques regionais, podemos afirmar, com base em Rogério Haesbaert (2010b), a existência de alguns pontos em comum:

- a região como uma preocupação de ressaltar elementos específicos, aquilo que existe de singular em cada espaço, seja pelas ideias de La Blache (a “individualidade” ou “personalidade geográfica”), seja pelas de Hartshorne (“diferenciação de áreas”). Essa dimensão da regionalização pode ser facilmente compreendida, por exemplo, na divisão regional do Brasil realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, segundo a qual, em cada uma das regiões, há um agrupamento de determinadas características que as diferenciam uma das outras;
- a região como um esforço de síntese, como método integrador que permite compreender a coesão/coerência dos elementos internos da região, intercomunicando múltiplas dimensões. Aqui podemos refletir na América Latina, por exemplo. Trata-se de uma região dentro das Américas que sintetiza uma série de fenômenos e dinâmicas espaciais próprias dos países que a compõem, como instabilidade política perceptível a partir de golpes militares e políticos, baixo ou mediano Índice de Desenvolvimento Humano, o fato de serem países falantes de línguas neolatinas e de terem sido colônias de exploração;
- a região como uma delimitação de continuidade espacial, com relativa estabilidade regional. Um exemplo dessa dimensão é o Polígono das Secas, que remete à área por onde se estendem as secas que são

típicas de uma parcela da região nordeste do Brasil, mas que não se limita a tal extensão;

- a região como uma “mesoescala” de análise. Aqui podemos retomar o exemplo das regiões político-administrativas do IBGE já citadas. Cada região, nessa perspectiva em particular, seria um recorte espacial que nos permitiria traçar análises entre a escala local, das cidades e estados, e a escala nacional.

A região é, nesse sentido, componente fundamental da escola francesa de Geografia, que, por sua vez, é a matriz de referência da construção de nossos estudos.

A Geografia brasileira tem como uma de suas principais fontes a entrada do Departamento de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (BRASIL, 1998). Assim, a partir da década de 1940, a disciplina Geografia passou a ser lecionada por professores licenciados a partir de um influência decisiva da escola francesa da Geografia regional, que teve como expoente maior **VIDAL DE LA BLACHE**. Esses pontos em comum, apresentados anteriormente, são relevantes, pois estão presentes em nossas matrizes curriculares, na construção do conhecimento nos livros didáticos e na diversidade política e filosófica de nossas práticas cotidianas dentro da Geografia.

A complexidade de pensamento regional vidaliano, desenvolvido ao longo de oito obras, remete ao processo de reelaboração do conceito de região. Em um primeiro momento, tal pensamento esteve pautado no determinismo físico-natural, com a proposta de valorizar as unidades fisiográficas como método de regionalizar o território. Gradualmente, La Blache introduz em suas análises a ação humana, fazendo da região uma resultante da relação “homem-meio”. Por fim, a região ganha uma concepção de região econômica, implicando um método de divisão regional do território por meio de uma funcionalidade e com maior fluidez (HAESBAERT, 2010b).

Os diversos conceitos e categorias de análise provêm das realidades descritas e aprimoradas por meio de sínteses de diversas obras apresentadas. Essas obras reúnem variados elementos em conexão, que causam efeitos um sobre o outro (GOMES, 2003). La Blache, ao longo de sua trajetória acadêmica, desenvolve quatro categorias de análise que são fundamentais para a operacionalização de seus raciocínios espaciais: organismo, meio, ação humana e gênero de vida.

A noção de organismo, lugar-comum na época de La Blache, tratada



Paul Vidal de La Blache

A Escola Francesa de Geografia tem como uma de suas bases de consolidação Paul Vidal de La Blache (1845-1918), que descola o eixo de gravidade do pensamento geográfico para seu país ao apontar a natureza como possibilidade, e não – como a escola alemã trabalhava –, uma determinação. La Blache legitima a ação do Estado francês ao sublinhar que ele deveria planejar a apropriação de espaço geográfico considerando e conhecendo todas as características naturais e humanas de seu território. Segundo Antônio Carlos Robert Moraes: “Vidal criticou a minimização do elemento homem, que apareceria como passivo nas teorias de Ratzel. Com isso, defendeu o componente criativo (a liberdade) contido na ação humana” (2005, p. 79).

por diversos geógrafos, até mesmo seus contemporâneos, buscou impregnar todo fenômeno – independentemente de sua importância ser essencialmente natural ou humana – como uma questão de natureza mecânica, como um organismo.

Já a noção de meio busca fazer uma síntese dos elementos que constituem o contexto em que a vida se desenvolve. Inclusive, estudar o meio seria, nesse sentido:

o ponto de partida da pesquisa geográfica. Era preciso observar o movimento de seus elementos, suas funções e limites, de forma a realizar o objetivo final, que reside na reconstituição do conjunto enquanto “todo” organizado. Por isso, como no caso do organismo, parte-se do meio para melhorá-lo, no interior de uma sequência circular (GOMES, 2003, p. 200).

Para o entendimento do meio, é importante ter em mente que ele está sujeito a transformações poderosas pela ação humana. O ser humano age com os outros elementos que compõem o meio, mas, ao mesmo tempo, sofre com sua ação. Em sua obra *Principes de géographie humaine*, de 1921 (em português, *Princípios da geografia humana*), Vidal deixa claro o fato de que o homem, juntamente com a cadeia de elementos que fazem parte do meio, forma um todo ao mesmo tempo ativo e passivo, dificultando, em boa parte dos casos, determinar o que é essencialmente do homem e o que é do meio ambiente.

É importante, também, ressaltar que as transformações e adaptações do ser humano em relação ao meio ambiente em que se insere são limitadas: “tudo depende de sua herança cultural e instrumental, mas, enquanto ‘mestre’ da natureza, o homem tem a capacidade virtual de se opor a ela parcialmente” (GOMES, 2003, p. 201). Logo, a concepção de ação humana vidaliana remete à luta aberta entre cultura e natureza. Em certa medida, o meio ambiente, ou somente meio, na definição de La Blache, ganha força viva, como dinâmicas e regras próprias que fogem à capacidade de intervenção humana; ao mesmo tempo, o homem dá sentido a essa multiplicidade de elementos em interação.

Nesse sentido, a ação humana é que realiza a força da natureza, poderíamos dizer. É deste novo conjunto de forças – homem e meio – que emerge a noção de gênero de vida, também onerosa para La Blache, e é justamente o gênero de vida que fomentará o conceito de região impu- tado na escola geográfica francesa. De acordo com o autor:

O homem criou para si gêneros de vida. Com a ajuda de materiais e de elementos tomados da natureza ambiente, ele conseguiu, não de um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções, construir alguma coisa de método que assegura sua existência e que constrói um meio para seu uso (VIDAL DE LA BLACHE, 1921, p. 115-116).

A proposta teórica de La Blache fugia da concepção determinista elaborada, no contexto da constituição do Estado nacional alemão, por Friedrich Ratzel, que apontava para o fato de que o meio natural influenciava de tal modo a determinar a ação e o comportamento humanos. Por sua vez, o teórico francês dizia que o homem detinha também o poder de transformar o meio onde vive, de tal modo que, para as ações humanas – dentre sua diversidade de organização – apresentam diferentes produtos espaciais.

Contemporaneamente, há uma discussão sobre critérios/ identidades que marcariam as regiões como uma expressão da fragmentação espacial no contexto de globalização. Sabemos que a região, como entidade material, não está evidenciada e objetivada em termos físicos. No entanto, podemos conhecer os referenciais simbólicos (ou regionalidade, em sentido mais estrito) que circunscrevem o que seria a região e que, por sua vez, apresentam a capacidade de (re)configurar espaços em outros limites e fundamentos (regiões fragmentadas ou em rede, por exemplo), o que torna o conceito ainda mais complexo.

===== **Atividade 1** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

Indique qual é a matriz da Geografia brasileira e como é a leitura dessa matriz no tocante ao conceito de região.

Resposta comentada

A matriz da Geografia brasileira é a escola francesa da Geografia regional. Vidal de La Blache é o expoente máximo da escola francesa, e sua leitura, que dá margem ao desenvolvimento da escola da Geografia regional, apresenta algumas características que abrem a compreensão para o conceito de região.

Podemos apontar, de um modo geral, três grandes acepções do conceito de região da obra de Vidal de La Blache, que representam, grosseiramente, o desenvolvimento e amadurecimento de sua compreensão do conceito:

- a região como uma forma de dividir o espaço geográfico (no contexto do autor, o território francês, onde os aspectos físicos-naturais são ressaltados);
- a região como um produto da ação humana, fruto de uma interação entre homem e natureza;
- a região como expressão de dinâmicas econômicas, sendo uma forma mais fluida de pensar o conceito em questão.

Atividade 2

Discorra sobre uma problemática contemporânea que cerque a temática da região, tornando ainda mais complexa a análise de dinâmicas espaciais.

Resposta comentada

Nas últimas décadas, o conceito de região tem ganhado maior fôlego devido aos processos de fragmentação/regionalização que surgem em decorrência da heterogeneização da globalização.

Diferentemente da propagada homogeneização das dimensões espaciais, a globalização nos traz uma preocupação, do ponto de vista geográfico, em analisar as complexidades contemporâneas.

O debate sobre critérios/ identidades que marcariam as regionalizações são expressões diretas da fragmentação espacial no contexto de globalização. Mesmo que uma região não esteja evidenciada fisicamente, a presença de referenciais simbólicos pode (re)configurar espaços em outros limites e fundamentos para sua definição.



Conclusão

A temática regional, como apontamos ao longo desta aula, está referida a um amplo leque de questões que, independentemente de estar ou não situado dentro da Geografia, envolve pontes entre *parte e todo*, *particular e geral*, *singular e universal* (HAESBAERT, 2010a). De um ponto de vista mais concreto, o tema região remete às possíveis relações entre o global e o local.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os conceitos são noções retiradas da realidade, e conceituar remete à ação de formular uma ideia que permita caracterizar um objeto ou processo passíveis de serem transformados em compreensões mais amplas da realidade. É lógico que, por se tratarem de conceitos que generalizam objetos e processos, surge a necessidade de entendermos as particularidades envolvidas

em cada um, para não cairmos em erros anacrônicos. Cada trecho do espaço geográfico apresenta particularidades e especificidades que devem ser consideradas em qualquer análise espacial.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de região e sua temática geográfica devem ser analisados com base em uma coesão, ou como Haesbaert (2010) prefere ressaltar, em uma articulação entre imbricações políticas, econômicas e histórico-culturais:

Neste sentido, podemos falar de região como arte-fato enquanto envolvida em dinâmicas sociais efetivas que, inclusive, reelaboram, na prática, as categorias região e regionalismo. No caso do Rio Grande do Sul a denominação “regionalismo gaúcho”, por exemplo, encontra-se bastante disseminada nas práticas dos mais diferentes grupos sociais, podendo indicar ao mesmo tempo um movimento político e uma identidade regional. Talvez esse pudesse ser tomado como um “caso prototípico” do fato ou da coesão regional, a partir do qual outras dinâmicas de articulação regional, materiais e simbólicas, mais ou menos densas, iriam sendo desenhadas (HAESBERT, 2010a, p. 20).

Os conceitos geográficos, como os das demais áreas do conhecimento, funcionam como importantes ferramentas de compreensão do real e, mesmo sendo consolidados em tempos pretéritos, eles não deixam de existir quando os objetos e processos se adaptam ao contexto histórico-social. Isso nos leva a entender que os conceitos geográficos não estão prontos nem acabados, pois constantemente sofrem alterações.

Dentro do pensamento geográfico, temos o espaço geográfico como conceito central, objeto de estudo da Geografia, independentemente de seu período histórico; dele derivam outros conceitos, que, operacionalizados na compreensão do real, se relacionam com diferentes dimensões do cotidiano.

Ao longo da estruturação da Geografia como ciência, o conceito de região foi ganhando modificações. A partir da região natural, segundo a qual os elementos que conferiam identidade regional eram notadamente elementos da natureza, o conceito ganha, contemporaneamente, uma amplitude de critérios para sua definição, sendo de difícil definição frente a suas várias abordagens possíveis, em especial no atual contexto de globalização. A região surge como uma expressão particular dos processos de homogeneização, como uma leitura particular dos eventos globais; surge, também, como uma forma de representar a extensão

de relações com o espaço vivido (se aproximando, assim, do conceito de lugar).

A partir de tudo o que discutimos nesta aula, podemos concluir, de forma incipiente, que o conceito de região traz em si uma carga procedimental referente ao processo de divisão do espaço geográfico.

A ideia de regionalizar como “recortar” um trecho delimitado do espaço, segundo um ponto de vista mais amplo e vinculado em suas raízes etimológicas, é também uma ação ligada ao sentido de orientação e de relação de poder – como na antiga concepção de região do Império Romano, que, por meio do processo de divisão do espaço explorado, traçou regiões com fins administrativos.

Regionalizar é, nesse sentido, o ato de dividir o espaço geográfico de acordo com critérios/ identidades. Tais critérios, selecionados pelo pesquisador ou administrador, marcam aquilo que é singular em determinada área e que, ao mesmo tempo, a diferencia das áreas que a cercam.

═══════════════════════ **Atividade final** ════════════════════════

Atende aos objetivos 1 e 2

Atualmente muito se discursa sobre a importância da região como uma categoria de análise do espaço geográfico, principalmente com a valorização do conceito de território no âmbito da Geografia crítica. No intuito de ressaltar as relações de poder impressas em um determinado trecho do espaço, o conceito de território é encontrado em diversas análises espaciais, fazendo com que, gradualmente, a região entre em certo ostracismo.

Porém, uma nova onda de revalorização do conceito de região vem ganhando força contemporaneamente; graças aos novos movimentos regionalistas, a Geografia vem se debruçando com maior interesse em tais questões, o que nos força a buscar análises mais cuidadosas e complexas da realidade.

Nesse sentido, faça uma pesquisa sobre o conceito de território e o diferencie do conceito de região, buscando responder às seguintes questões:

1. Qual o significado do conceito de território?
2. Qual o significado do conceito de região?

Resposta comentada

De acordo com Marcelo Lopes de Souza (2006), o conceito de território remete a um campo de forças, sendo todo território uma delimitação do espaço por e a partir de relações de poder.

De acordo com o que diz o autor, podemos depreender diversas territorialidades (relações de poder expressas no espaço), como territórios do tráfico de drogas, da prostituição, do comércio ambulante, entre outros.

A territorialidade pode ser expressa de um ponto de vista cíclico (como no caso da prostituição, que ocupa ruas em determinados momentos do dia), móvel (como no caso de ambulantes, que circulam pelas ruas de acordo com a efetividade da fiscalização pública) e até mesmo em rede (como ocorre com o tráfico de drogas, que está conectado ao circuito internacional do tráfico).

Já no tocante ao conceito de região, podemos resumir, em uma perspectiva mais ampla, que se refere ao processo de delimitação de um trecho do espaço via critérios que marcam e conferem uma identidade regional. Ao longo do desenvolvimento do conceito de região dentro do pensamento geográfico, podemos entender que ela adquiriu diferentes acepções: região natural, região geográfica, região homogênea etc.

Levando em consideração a contribuição de Gomes (2003), é importante termos a sensibilidade de perceber os discursos que cercam os direitos às diferenças, que ganham força nos últimos anos, por exemplo, e que vêm alimentando movimentos de fragmentação/regionalização com forte discurso regional.

No contexto de globalização, o conceito de região ganha força devido ao desenvolvimento de debates sobre como delimitar novas regionalizações em meio ao processo de fragmentação que emerge em contraposição ao impulso homogeneizador atual. Que critérios/ identidades surgem? Como analisá-las sob o prisma geográfico?

Nesse sentido, características simbólicas também são adotadas para (re) configurar espaços em outros limites e fundamentos (regiões fragmentadas e/ou em rede, por exemplo), fato que torna o conceito ainda mais complexo no desenho geográfico.



Resumo

No contexto da globalização, ao invés da propagandeada homogeneização das mais diversas expressões que são produtos, meios e condições do espaço geográfico, o que observamos, na prática, é um crescimento dos processos de fragmentação e regionalização frente a essa força globalizante. Novas desigualdades são criadas, assim como algumas antigas são reforçadas, e observamos diferenciações constantes em várias partes do mundo.

Região é um termo comum de nosso cotidiano e está vinculado ao processo de localização de áreas. Desde os tempos mais remotos, a região apresenta diversas utilidades, fato que faz o termo apresentar uma significativa polissemia.

Já no Império Romano, a região apresentava uma carga de representação e localização de áreas onde a influência da administração local seguia os preceitos do imperador. Assim, ela tem em si, mesmo frente aos diversos modos de interpretá-la, a noção de referência a uma porção do território, que por sua vez é dotada de características comuns que chamam atenção de diferentes formas.

A origem da Geografia brasileira, em suas primeiras tendências institucionais, tem como uma de suas fontes a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e do Departamento de Geografia. Essa origem remete à influência dos geógrafos que inauguram o departamento; nossa Geografia tem, assim, uma forte herança da escola francesa da Geografia regional, que tem em sua linha de frente o geógrafo Vidal de La Blache.

A reelaboração vidaliana do conceito de região passa, em um primeiro momento, pelo determinismo físico-natural em que se supervalorizavam as unidades fisiográficas como uma forma de regionalizar, ou seja, dividir os espaço em identidades (no caso, o território francês). Com o amadurecimento acadêmico, La Blanche introduz a ação humana no espaço, gerando identidades resultantes da interação “homem-meio”. Ganha peso, também, a dimensão econômica no pensamento vidaliano, o que implicou em um método de regionalização de uma forma mais fluida.

As questões que cercam o conceito de região envolvem pontes, de forma resumida, entre *parte* e *todo*, *particular* e *geral*, *singular* e *universal*.

Informações sobre a próxima aula

Em nossa próxima aula estudaremos o que foram as Superintendências de Desenvolvimento Regional, a importância delas na organização do espaço geográfico brasileiro e os contextos históricos e geográficos em que se inserem. Até breve.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13361/8561>. Acesso em: 6 maio 2019.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares*, Caxias do Sul, n. 3, p. 2-24, 2010a.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Principes de géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1921.

Aula 2

O papel das Superintendências de
Desenvolvimento Regional

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Meta

Apresentar as Superintendências de Desenvolvimento Regional, seus objetivos e a forma que influenciam o crescimento regional desigual do território brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula você seja capaz de:

1. analisar, de modo geral, o modo como se deu a apropriação das terras brasileiras pelos portugueses;
2. compreender os contextos histórico e geográfico das Superintendências de Desenvolvimento Regional;
3. relacionar as ações das Superintendências de Desenvolvimento Regional ao processo de transformação do território nacional.

Introdução

Para realizarmos uma análise da formação do espaço geográfico brasileiro, precisamos, necessariamente, nos remeter ao modo como o substrato físico-natural foi paulatinamente ocupado e transformado ao longo dos séculos.

Assim, no intuito de estudar a formação do território brasileiro e obter um entendimento da contribuição das Superintendências de Desenvolvimento Regional na organização do espaço, analisaremos, em um primeiro momento, a compreensão da dinâmica homem-meio, desde a chegada dos portugueses até o recente processo de industrialização.

Após essa análise, pontuaremos como foram as atuações das Superintendências de Desenvolvimento Regional, foco desta nossa segunda aula.

Exploração dos territórios ultramarinos: o início da produção do espaço geográfico brasileiro

É importante destacarmos que, antes mesmo da chegada dos europeus em nossas terras, havia aqui uma ocupação diferenciada de diversas etnias indígenas. Ao longo do processo de organização do espaço

geográfico brasileiro, desde a colônia até a república, tais etnias foram reduzidas, graças aos interesses do avanço do modelo de organização social capitalista.

Atualmente, toda a sorte de etnias que aqui existiam antes da colonização se encontra resumida a grupos presentes nos territórios demarcados legalmente e administrados pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

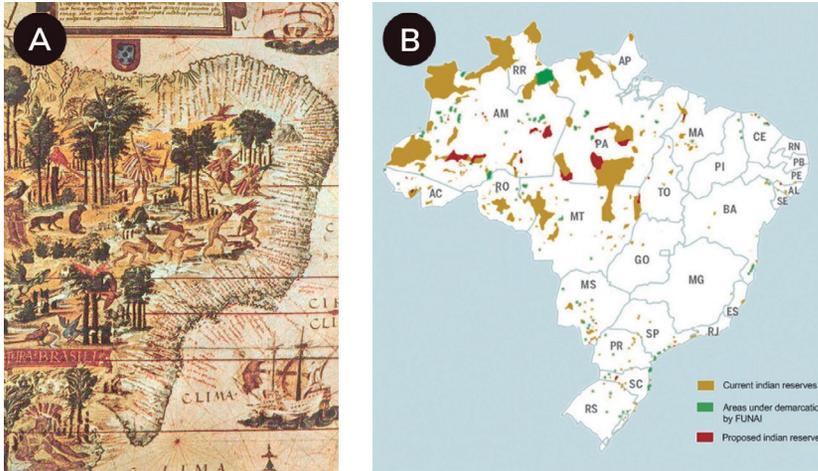


Figura 2.1: (a) Mapa do Brasil que busca representar nossas terras durante a colonização. (b) Mapa com a demarcação das terras indígenas nos tempos presentes – incrível a redução drástica das ocupações indígenas.

Fontes: (a) https://pt.wikipedia.org/wiki/Terras_ind%C3%ADgenas#/media/File:Brazil-16-map.jpg; (b) https://pt.wikipedia.org/wiki/Terras_ind%C3%ADgenas#/media/File:Indigenous_brazil.jpg



O capitalismo é o modo de organização/ produção do espaço e das sociedades que tem como objetivo maior o avanço das relações comerciais, industriais e financeiras. Em uma perspectiva generalista, são considerados três estágios em seu desenvolvimento histórico:

1. *Capitalismo comercial* (séculos XVI-XVIII): momento diretamente responsável pela queda do feudalismo; caracterizado pelo domínio da atividade comercial e pelo surgimento da classe burguesa, do comércio e do trabalho assalariado.
2. *Capitalismo industrial* (séculos XVIII - primeira metade do século XX): momento caracterizado pelo advento das relações

industriais de produção e pelo aumento da produtividade; é quando as relações assalariadas se consolidaram.

3. *Capitalismo financeiro* (segunda metade do século XX até os dias de hoje): surgimento do controle da economia nas mãos de instituições e firmas bancárias e financeiras.

A ocupação e exploração do Brasil se inserem na esteira do processo das grandes navegações. A partir dos avanços técnicos na área da navegação, os europeus, (notadamente portugueses e espanhóis), em um primeiro momento, se aventuraram nos mares em busca de horizontes geográficos que eram inimagináveis para a época, entre os séculos XII e XV.

Lançando-se no Oceano Atlântico, os portugueses chegaram à costa ocidental da África e à porção oriental da América do Sul, além de atingirem, também, a Ásia e a costa oriental da África por meio do Oceano Índico.

Nesse sentido, a expansão marítimo-territorial empreendida pelos europeus permitiu a consolidação do **MERCANTILISMO** como modelo de produção e de organização do espaço geográfico. Logo, todos os continentes, exceto a Antártida, se inseriram na dinâmica capitalista inaugurada pelos europeus.

Mercantilismo

Conjunto de práticas e ideias segundo as quais os processos econômicos giram em torno da prosperidade de uma nação, tendo como objetivo deixar a balança comercial favorável. Os pensadores mercantilistas preconizam o crescimento e desenvolvimento econômico a partir do acúmulo de riquezas graças ao comércio exterior (MERCANTILISMO, 2019).



Quer saber mais sobre o mercantilismo? Procure o livro *O mercantilismo*, de Pierre Deyon.

A efetiva ocupação do território brasileiro por parte dos portugueses se deu a partir da colonização por exploração. O principal objetivo desse meio de dominação era a apropriação do espaço geográfico por meio da máxima exploração das potencialidades naturais, possibilitando que se incrementasse o desenvolvimento do nascente capitalismo no mundo.



A colonização por exploração teve como principais características:

- formação de grandes propriedades;
- monocultura;
- uso de mão de obra escrava;
- produção voltada diretamente para o mercado externo.

Vale ressaltar que a prática da colonização por exploração se deu em diferentes partes do mundo, porém podemos apontar a América Latina como um dos principais palcos voltados aos interesses mercantis.



Para saber mais sobre colônias de exploração e colônias de povoamento, leia o texto “Colônias de povoamento *versus* colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu”, escrito por Leonardo Monasterio e Philipp Ehrl.

Você pode encontrá-lo no seguinte endereço:

http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2119.pdf

Ganha contornos a primeira Divisão Internacional do Trabalho, sob a forma do *pacto colonial*. De acordo com esse sistema, as colônias forneciam recursos primários para a produção, ao passo que as metrópoles geravam os produtos manufaturados.

O Brasil colonial foi visto, então, como uma imensa empresa comercial, cuja finalidade foi a intensa exploração dos recursos primários (pau-Brasil, madeira de lei, tabaco, algodão, entre outros) com destino a Portugal. A incorporação do território ultramarino (Brasil-colônia) ao império português fez com que nossa dinâmica política, econômica

Acumulação Primitiva do Capital

Conceito criado por Karl Marx que representa um momento-chave no desenvolvimento do capitalismo, quando o acúmulo de riqueza possibilita o investimento em uma nova onda econômica; por exemplo, a industrialização (ACUMULAÇÃO..., 2019).

e social estivesse amarrada aos interesses da metrópole por meio das seguintes características:

- produção apoiada em valores servis ou escravistas;
- exportação de produtos primários e importação de manufaturas;
- produção de alimentos subordinada aos interesses dos grandes proprietários;
- monopólio comercial, estabelecido pelo pacto colonial;
- produção do espaço geográfico com base no latifúndio monocultor.

A organização do espaço ultramarino português nas Américas consistiu, nesse sentido, em um processo de produção de grandes fontes de riqueza ou, como também chamamos, um processo de **ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL**. A riqueza que foi acumulada nas mãos de alguns poucos europeus a partir da exploração dos territórios ultramarinos possibilitou o investimento, em meados do século XVIII, nos ramos econômicos responsáveis pela Primeira Revolução Industrial (FURTADO, 2001). No Brasil, as diversas atividades econômicas que se desenvolveram ao longo do período colonial transformaram, aos poucos, o território, alterando a configuração das fronteiras nacionais e as paisagens naturais.

Ao longo dos séculos, as regiões brasileiras foram apropriadas de forma diferenciada, consolidando na história do país uma forte desigualdade socioeconômica que, tempos depois, foi alvo de uma série de políticas de diferentes governos federais. Chamam atenção, dentre essas diversas políticas, as Superintendências de Desenvolvimento Regional, que, em linhas gerais, tiveram como objetivo reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as diferentes regiões e promover uma maior integração do território nacional. Isso nos remete ao fato de que devemos pensar a região a partir de uma perspectiva mais ampla, já que:

Um primeiro aspecto a ser considerado é a necessidade de ultrapassar a ideia de regiões como puras paisagens naturais, dado que são, a um só tempo, espaços sociais, econômicos, políticos, naturais e culturais. A noção de região envolve também dimensões técnicas, econômicas, sociais e culturais. Mais que isso, se

as tecnologias permitem superar contingências naturais, se as tecnologias permitem crescentes níveis de padronização e homogeneização dos processos econômicos e urbanísticos, é cada vez mais evidente a necessidade de considerar as especificidades regionais, a paisagem natural e seu estoque de recursos sob o ponto de vista da sustentabilidade e da biodiversidade (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2008).

As Superintendências de Desenvolvimento Regional

Ao longo do processo de produção do espaço geográfico brasileiro, diversos órgãos públicos de gestão territorial estiveram voltados para o planejamento regional como uma forma de gestão e de investigação das diferenças/ desequilíbrios presentes em nosso país.

Dentro desse contexto, o governo federal, na figura de diferentes administrações, implementou políticas com o intuito de reduzir as arestas existentes entre as regiões do país. Notadamente, as Superintendências de Desenvolvimento Regional, inicialmente com Juscelino Kubistchek e de forma mais aprofundada durante o regime militar, foram instituídas com este foco: diminuir as desigualdades socioeconômicas entre as regiões e ampliar a integração do território nacional.

Observa-se, a partir da década de 1960, o amadurecimento de projetos de implementação de parques industriais e de modernização da base técnico-produtiva das atividades agropastoris nas seguintes regiões:

- Nordeste: Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste);
- Norte: Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia);
- Centro-Oeste: Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste);
- Sul: Sudesul (Superintendência de Desenvolvimento do Sul).

Tais órgãos passaram a atuar regionalmente por meio da concessão de incentivos fiscais e isenções de impostos para empresas localizadas especialmente no eixo Sudeste-Sul e para multinacionais com interesse nas regiões administradas pelas superintendências.

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste



Figura 2.2: Logotipo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Superintend%C3%A2ncia_do_Developimento_do_Nordeste#/media/File:Sudene_logo.png

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959, foi idealizada durante a administração de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo na frente econômica a figura de Celso Furtado, forte influência no programa desenvolvimentista adotado durante o período.



Juscelino Kubitschek



Figura 2.3

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino_Kubitschek#/media/File:Juscelino.jpg

Através de uma aliança política formada por seis partidos, Juscelino foi eleito Presidente da República em 3 de outubro de 1955, com 35,68% dos votos válidos, a menor votação de todos os presidentes eleitos de 1945 a 1960.

Naquela época as eleições realizavam-se em turno único. Nesta eleição, pela primeira vez no Brasil, utilizou-se a cédula eleitoral oficial confeccionada pela Justiça Eleitoral. Antes de 1955 os próprios partidos políticos confeccionavam e distribuíam as cédulas eleitorais.

Foi difícil o lançamento da candidatura de Juscelino, pois se acreditava em um veto militar a ela: JK era acusado de ser apoiado pelos comunistas. Somente quando o presidente da república Café Filho divulgou a carta dos militares na Voz do Brasil foi que Juscelino se lançou candidato, alegando que a carta dos militares não citava o seu nome (JUSCELINO KUBITSCHKEK, 2019).

Caso queira conhecer mais sobre o tema, leia o livro *o Brasil de Juscelino Kubitschek*, de Lucas Rodrigues da Motta Pires.

A consolidação da Sudene se deu por meio de uma intervenção direta do Estado na região Nordeste, com o objetivo de encontrar soluções que permitissem a progressiva redução das desigualdades verificadas entre as regiões brasileiras.

No contexto de efetivação da Sudene, estiveram presentes, além de um corpo expressivo de empresários industriais nordestinos, políticos interessados no desenvolvimento econômico da região, representantes de movimentos de base popular e membros da Igreja envolvidos em ações de combate à miséria e à pobreza.

Para o início das atividades programadas por essa Superintendência, desenvolveu-se uma definição de espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser o alvo das ações governamentais. Definiu-se, nesse contexto, que os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e uma porção ao norte de Minas Gerais receberiam investimentos para o desenvolvimento regional.



Figura 2.4: Área de jurisdição da Sudene.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Superintend%C3%Aancia_do_Developmento_do_Nordeste#/media/File:%C3%81rea_de_jurisdic%C3%A7%C3%A3o_da_Sudene.svg

Porém, frente a muitos escândalos de corrupção, a Sudene foi extinta em 2001 por Fernando Henrique Cardoso e, em um segundo momento, retomada pela administração de Lula. Nos dias de hoje, conta com sede e foro na cidade do Recife, em Pernambuco, sob a tutela do Ministério da Integração Nacional.

O objetivo institucional da Sudene é possibilitar um desenvolvimento econômico incluyente, sob o signo da sustentabilidade, que aponte para o aumento de competitividade entre as atividades econômicas no cenário nacional e internacional. Tal fato apresenta grande urgência e, em uma perspectiva mais ampla, pode ser considerado uma questão histórica, uma vez que:

A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar de dúvida, o mais grave problema a se enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional (GTDN, 1967, p. 9).

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia



Figura 2.5: Logotipo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Superintend%C3%Aancia_do_Developmento_da_Amaz%C3%B4nia#/media/File:SUDAM_Logo.png

A Sudam data de 1966, início da Ditadura Militar no Brasil, e foi criada durante o governo Castelo Branco. Sua atuação se deu especialmente em investimentos, por meio do Fundo de Investimentos da Amazônia, e de incentivos fiscais nas cidades da região amazônica.



Ditadura Militar no Brasil

A Ditadura Militar no Brasil, ou Quinta República Brasileira, foi o regime instaurado em 1º de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. O regime acabou quando José Sarney assumiu a presidência, o que deu início ao período conhecido como Nova República (ou Sexta República). Apesar das promessas iniciais de uma intervenção breve, a Ditadura Militar durou 21 anos. Além disso, o regime pôs em prática vários Atos Institucionais, culminando com o AI-5 de 1968, que vigorou por dez anos. A Constituição de 1946 foi substituída pela Constituição de 1967 e, ao mesmo tempo, o Congresso Nacional foi dissolvido, liberdades civis foram suprimidas e foi criado um código de processo penal militar que permitia que o Exército brasileiro e a Polícia Militar pudessem prender e encarcerar pessoas consideradas suspeitas, além de impossibilitar qualquer revisão judicial.

O regime adotou uma diretriz nacionalista, desenvolvimentista e de oposição ao comunismo. A ditadura atingiu o auge de sua popularidade na década de 1970, com o “milagre econômico”, no mesmo momento em que o regime censurava todos os meios de comunicação do país e torturava e exilava dissidentes. Na década de 1980, assim como outros regimes militares latino-americanos, a ditadura brasileira entrou em decadência quando o governo não conseguiu mais estimular a economia, controlar a inflação crônica e os níveis crescentes de concentração de renda e pobreza provenientes de seu projeto econômico, o que deu impulso ao movimento pró-democracia (DITADURA..., 2019).



Você pode encontrar informações sobre a Ditadura Militar no Brasil no endereço a seguir:

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/governos-militares.htm>

Tal qual ocorreu com a Sudene, a Sudam foi extinta durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que a substituiu pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Já em 2007, durante o segundo mandato do Governo Lula, recria-se a Sudam.

A missão central da autarquia em questão passou a ser construir uma sociedade pluralista e com ampla participação social, inserindo atividades na região e valorizando outras já existentes. No entanto, o progresso socioeconômico da Amazônia deve ser compatível com suas dinâmicas ecossistêmicas, típicas do domínio morfoclimático que abriga uma teia de cidades com particularidades socioculturais, o que gera uma série de problematizações.

As ações da Sudam visam produzir articulações entre prefeituras e entidades empresariais, no intuito de identificar as potencialidades de negócios nos diversos municípios, impulsionando, nesse sentido, a interiorização dos benefícios do crescimento econômico da Amazônia.

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

A Sudeco foi criada em 1967, também durante a Ditadura Militar, e apresentou papel significativo no desenvolvimento da região Centro-Oeste. Foi fundamental especialmente no processo de integração da economia regional no contexto econômico nacional.

Essa superintendência foi extinta em 1990 e recriada em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff, embora a retomada de suas atividades já estivesse aprovada ainda durante o governo Lula. O objetivo central da autarquia é elaborar e pôr em execução o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, voltado à redução das arestas regionais, para nivelar

o desenvolvimento socioeconômico entre as demais regiões brasileiras, incrementando a capacidade de competição da economia regional.

A Sudeco é responsável pela canalização de recursos para a implementação de empreendimentos de grande porte em infraestrutura, e também para o financiamento de investimentos junto aos setores produtivos da região.

Em um sentido mais amplo, a Sudeco, ao objetivar a redução das desigualdades socioeconômicas do Centro-Oeste em relação ao resto do Brasil, procura dinamizar a economia fazendo uso de instrumentos de financiamento capazes de garantir o suprimento de recursos. Esse fato se estende aos setores da economia popular, fomentando a geração de emprego e renda regional.



No portal da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, existe um amplo leque de informações das atuais ações que envolvem os projetos na região. Aproveite e visite: <http://www.sudeco.gov.br/>



Figura 2.6

Na aba “Sala de Imprensa”, você encontrará notícias sobre os investimentos nos empreendimentos desenvolvidos pela Sudeco, inclusive com uma galeria de vídeos contendo debates e seminários realizados pela autarquia.

Já na aba “Dados Abertos” existe uma base de dados interessante, mostrando o desenvolvimento das ações dos personagens que fazem parte da estrutura organizacional.

Superintendência de Desenvolvimento do Sul

Assim como as demais superintendências, a Sudesul também foi extinta em 1990 e, assim como a Sudam e a Sudeco, foram autarquias criadas durante a Ditadura Militar, mas precisamente no ano de 1967.

A Sudesul teve como objetivo geral o planejamento, a promoção e a execução de empreendimentos que promovessem o desenvolvimento das áreas menos afortunadas da região Sul. Sua extinção teve como principais causas a dificuldade de canalização de recursos para os projetos e seu enfraquecimento político em relação às outras agências, como Sudene e Sudeco. Mesmo frente à forte identidade socioeconômica e cultural presente no sul do Brasil, foi marcante a divergência de interesses entre os três estados que compõem a região, não havendo no órgão uma equivalente distribuição política de projetos entre tais estados.

A Sudesul foi um meio para o estabelecimento de convênios entre o setor público e o interesse dos investidores do setor privado, fato que se deu via Agências de Desenvolvimento.

Atualmente está em tramitação uma proposta na Câmara dos Deputados para recriar um conjunto de regras que vise à dinamização da região Sul por meio da Sudesul. Nessa proposta atual, farão parte da agência os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Se essa proposta for aprovada, a autarquia contará com autonomia financeira, estando integrada ao Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, que canalizará recursos entre administrações municipais e empresários privados locais. Além disso, estará diretamente vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

O projeto tem o objetivo de redefinir as orientações da superintendência, que teria a responsabilidade de supervisionar práticas políticas de inclusão e igualdade econômica das áreas menos desenvolvidas socioeconomicamente com as áreas mais prósperas tanto dentro quanto fora da região Sul.

Atividade 1

Atende ao objetivo 2

As Superintendências de Desenvolvimento Regional tiveram, e algumas ainda têm, participação significativa no processo de organização do espaço geográfico brasileiro ao longo dos anos.

Indique a importância e o objetivo geral das Superintendências de Desenvolvimento Regional e, em seguida, construa um quadro indicando o contexto de criação de cada uma delas.

Resposta comentada

As Superintendências de Desenvolvimento Regional surgem com o objetivo geral de reduzir as arestas/ diferenças socioeconômicas presentes entre as regiões brasileiras. Essa redução de diferenças passaria pela introdução de atividades econômicas e pela valorização de outras já presentes em cada região do país.

Superintendência	Contexto histórico
Sudene	<ul style="list-style-type: none"> • Criada em 1959, idealizada durante a administração de Juscelino Kubitschek. • Frente a muitos escândalos de corrupção, foi extinta em 2001 por FHC e retomada pela administração de Lula.
Sudam	<ul style="list-style-type: none"> • Criada em 1966, início da Ditadura Militar, durante o governo Castelo Branco. • Também foi extinta durante o governo FHC, que a substituiu pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia. • Recriada em 2007, durante o segundo mandato do governo Lula.
Sudeco	<ul style="list-style-type: none"> • Criada em 1967, também durante a Ditadura Militar. • Extinta em 1990 e recriada em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff, embora sua retomada já estivesse aprovada ainda durante o Governo Lula.
Sudesul	<ul style="list-style-type: none"> • Também criada durante da Ditadura Militar, em 1967. • Extinta em 1990.

Conclusão

Levando em consideração o contexto de atuação das diversas Superintendências de Desenvolvimento Regional, podemos tecer uma perspectiva crítica sobre elas. Em diversos momentos, os projetos estabelecidos para o desenvolvimento e, assim, para a redução das arestas/ diferenças socioeconômicas entre as regiões brasileiras acabaram beneficiando apenas as elites regionais formadas, essencialmente, por famílias de fazendeiros, pequenos grupos industriais e de grandes empresários.

As superintendências foram também alvo de críticas vinculadas ao superfaturamento de projetos, formação de caixas-dois, alterações em calendários de obras, enriquecimento ilícito por meio de desvios de verbas públicas e fraudes em licitações. Tais fatores acabaram causando a extinção da Sudeco e da Sudesul.

Resposta comentada

A produção do espaço geográfico brasileiro tal qual o conhecemos se deu por meio da ocupação do território brasileiro a partir da colonização por exploração. Seu principal objetivo foi a apropriação do espaço geográfico por meio da máxima exploração das potencialidades naturais deste território, com vistas a incrementar o desenvolvimento do nascente capitalismo no mundo.

A produção inicial do Brasil durante o período colonial remete ao modo como Portugal organizou seu território ultramarino: uma imensa empresa comercial foi forjada com a finalidade de intensificar a exploração dos recursos primários (pau-brasil, madeira de lei, tabaco, algodão etc.), que deveriam ser escoados para a metrópole portuguesa. A incorporação do Brasil-colônia ao império português gerou uma dinâmica política, econômica e social atrelada exclusivamente aos interesses da metrópole.

Inicialmente, o espaço geográfico brasileiro obedeceu às seguintes características: produção apoiada em valores servis ou escravistas; exportação de produtos primários e importação de manufaturas; produção de alimentos subordinada aos interesses dos grandes proprietários; monopólio comercial estabelecido pelo pacto colonial; produção do espaço geográfico com base no latifúndio monocultor.

Em uma perspectiva crítica, podemos ressaltar o fato de que os projetos estabelecidos pelas superintendências para alavancar o desenvolvimento das regiões brasileiras e, conseqüentemente, reduzir as arestas socioeconômicas entre elas, não tiveram, pelo menos em um primeiro momento, êxito no alcance de seus objetivos.

Apenas uma pequena parcela do tecido social das regiões que hospedaram Superintendências foi beneficiada. Fazendeiros, latifundiários, elites econômicas, industriais e empresários seriam os grupos privilegiados pelas políticas das autarquias.

É importante destacar também que as superintendências foram alvo de críticas de diferentes tipos, desde superfaturamento de projetos, até a formação enriquecimento ilícito, caixa-dois, entre outros casos.



Resumo

Em linhas gerais, esta aula se reteve em uma breve apresentação de como se deu o início da ocupação, exploração e, por consequência, da produção do espaço geográfico brasileiro. Inicialmente, nossas terras eram ocupadas por diferentes etnias indígenas, que, antes da escravização de tribos africanas, serviram de mão de obra para a efetiva exploração de nosso território.

A produção do Brasil colonial deixou marcas que se reverberam até nosso contexto republicano. Ela se insere no processo de avanço das técnicas de navegação que culminam em um período de “grandes descobrimentos”, quando portugueses e espanhóis lideraram aventuras em busca de horizontes geográficos antes inimagináveis.

Nesse sentido, a produção do Brasil, em um primeiro momento, seguiu os preceitos da colonização por exploração, que visava obter a máxima exploração dos recursos naturais. Desde nossa raiz histórica, a riqueza produzida em nosso território, esteve sempre acumulada nas mãos de alguns poucos europeus, fato que gerou uma concentração de investimentos em ramos econômicos que, tempos depois, foi responsável pela Primeira Revolução Industrial.

A produção do espaço nacional a partir de interesses externos da metrópole se deu gradualmente por meio de atividades econômicas que modificaram, inclusive, a configuração das fronteiras nacionais e as paisagens naturais aqui presentes.

Assim, as regiões brasileiras foram sendo apropriadas de forma diferenciada, consolidando ao longo da história do país uma desigualdade socioeconômica que, séculos depois, foi alvo de uma série de políticas de diferentes governos federais. Chamam atenção, dentre essas políticas, as Superintendências de Desenvolvimento Regional, que, em linhas gerais, tiveram como objetivo reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as regiões e promover uma maior integração do território nacional.

Tendo em mente o contexto histórico em que as superintendências se inserem, devemos destacar que, em diversos momentos, os projetos estabelecidos para o desenvolvimento e, assim, para a redução das diferenças socioeconômicas entre as regiões brasileiras acabaram beneficiando apenas as elites regionais formadas, essencialmente, por famílias de fazendeiros, pequenos grupos industriais e de grandes empresários.

Informações sobre a próxima aula

Na Aula 3, estudaremos as marcas da gestão e da ocupação territorial no Brasil. Será uma oportunidade de nos aproximarmos dos conceitos de planejamento e gestão do território, induzidos indiretamente nesta aula.

Leituras recomendadas

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/set. 2009.

DEROLLE, Patrícia Galves. Geografia: disparidades regionais e planejamento no Brasil. *In: E-Internacionalista*. 8 jul. 2013. Disponível em: <http://e-internacionalista.com.br/2013/07/08/geografia-disparidades-regionais-e-planejamento-no-brasil/>. Acesso em: 27 maio 2019.

BOHN, Patrícia Daniela. Capítulo 3: Políticas territoriais e a questão regional. *In: Dossiê de Geografia*. Três de Maio, 20---. Disponível em: <http://dossiedegeografia.xpg.uol.com.br/capitulo3.html>. Acesso em: 27 maio 2019.

Referências

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA. *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Acumula%C3%A7%C3%A3o_primitiva. Acesso em: 24 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Estudo da dimensão territorial para o planejamento*. v. 3. Brasília: MP, 2008. Disponível em: http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/identem/404/vol_III_Regioes.pdf?sequence=3. Acesso em: 27 maio 2019.

DITADURA MILITAR NO BRASIL. *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_brasileira. Acesso em: 24 maio 2019.

FURTADO, Celso. A economia colonial brasileira nos séculos XV e XVII. São Paulo: Hucitec, 2001.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Recife: Sudene, 1967. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

JUSCELINO KUBITSCHEK. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino_Kubitschek. Acesso em: 24 maio 2019.

MERCANTILISMO. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercantilismo>. Acesso em: 24 maio 2019.

Aula 3

Marcas da gestão e da ocupação territorial
no Brasil

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Meta

Apresentar o significado de planejamento e gestão do território, além do processo de ocupação e produção do espaço geográfico nacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. explicar o que é planejamento e gestão do território;
2. correlacionar as atividades que cercam o planejamento e a gestão do território com a organização do espaço geográfico nacional;
3. explicar o porquê de o processo de industrialização no Brasil ser um desdobramento de diversas concepções governamentais de gestão de recursos públicos e de planejamento do território nacional.

Introdução

No intuito de otimizarmos nossa compreensão sobre o foco de nosso encontro, dividimos esta aula em duas partes: na primeira, faremos um resgate da gênese dos termos *planejamento* e *gestão*. Essa etapa é importante, pois pode dirimir as possíveis lacunas na compreensão de conceitos presentes nos mais diversos debates acadêmicos.

Na segunda parte, nos aprofundaremos em entender como ambos os processos marcaram, e ainda marcam, de forma decisiva a organização do espaço geográfico brasileiro.

Planejamento e gestão do território: noções preliminares

Sendo objetos de nosso encontro, os conceitos de gestão e planejamento merecem um cuidado especial no tocante às análises geográficas, já que tratam de termos presentes em diversas dimensões de nosso cotidiano.

A palavra *gestão*, se buscada em dicionários da língua portuguesa, remete “ao ato ou efeito de gerir; gerência” (FERREIRA, 1991), estando ligada ao modo como administramos um determinado fenômeno (BUENO, 1986).

Outras referências ao termo são tecidas: Antônio Carlos de Souza Lima (2002) relaciona a ação de gerir, ou seja, de exercer gerência, administrar, dirigir, à de gestar, que significa formar e sustentar no ventre, no caso da maternidade. Dentro da perspectiva geográfica, Davidovich apresenta uma contribuição importante ao indicar que:

o território implica um determinado uso do espaço, consubstanciado em mecanismos de apropriação, de controle e de defesa por agentes públicos e privados, através dos quais se viabilizam práticas de poder [...] (1991, p. 8 *apud* FONSECA; PAZ SILVA, 2012, p. 5).

Quando o autor se refere aos mecanismos de apropriação, está abrindo caminho para introduzir a noção de que se apropriar de um espaço envolve geri-lo e planejá-lo. Ainda que haja aproximações diversas entre as ideias de gestão e gerenciamento ou administração (no que diz

respeito ao suporte para a prática da gestão), não podemos confundí-las, segundo Davidovich (1991), uma vez que devemos interpretar a gestão como um saber específico, um dado necessário para a governança ou para a governabilidade, verdadeiros imperativos empresariais e estatais – especialmente dentro de um “sistema complexo de coordenação para uma sociedade em rápida transformação” (FONSECA; PAZ SILVA, 2012, p. 5).

Assim, temos um duplo significado no que se refere ao conceito de gestão: pode ser o ato de gerenciar, em um sentido amplo de administração, como aquele que ocorre com o território nacional, e pode significar também o ato de criação ou de elaboração de determinado fenômeno.

Já faz um tempo que a discussão sobre a gestão e o planejamento do território está em evidência no cenário acadêmico; desde fins da década de 1980 podemos averiguar que o debate ganha força, muito por conta do contexto político-econômico do país e da promulgação da Constituição de 1988, que gerou novos ares para a definição de uma nova ordenação do Brasil (FONSECA; PAZ SILVA, 2012). Esse debate é observável tanto na evolução de encontros nacionais, como ocorre nos Encontro Nacionais dos Geógrafos, organizados pela Associação de Geógrafos Brasileiros, quanto na produção de revistas, como as diversas edições da *Revista Brasileira de Geografia*.

É necessário lembrarmos, como conversamos em nosso primeiro encontro, que o *território*, no âmbito da Geografia, é uma unidade/trecho do espaço que é delimitado por e a partir de relações de poder, estando impressos nesse trecho diferentes elementos materiais e imateriais que marca(m) a(s) relação(ões) que o definem (SOUZA, 2006).

A professora Bertha Becker, já em 1988, diz que “a gestão é eminentemente estratégica: segue um princípio de finalidade econômica – expressa em múltiplas finalidades específicas” (p. 108). Nesse sentido, a gestão tem, em realidade, uma perspectiva de (re)organização política do espaço contemporâneo.

Buscando aprofundar um pouco mais nossa compreensão sobre cada gestão do território, a contribuição dada por Becker é muito importante. Ela esclarece o fato de que a gestão do território ultrapassa os limites da administração, estando cada vez mais na sobreposição de poder entre os diversos atores sociais que têm interesse na produção do espaço; desse modo, a gestão do território se torna fundamental para a orientação e a mediação entre os interesses público e privado.

A noção de gestão trazida por Becker nos serve de norte para identificarmos que as estratégias e ações adotados nos âmbitos da gestão e do planejamento do território estão pautadas com forte finalidade econômica e estabelecimento de relações de poder.

Devido à complexidade e autonomia crescente das intervenções da grande empresa alcançadas com o desenvolvimento científico-tecnológico e aos conflitos a elas inerentes, ao princípio de finalidade econômicas [...] a gestão da empresa incorporou o princípio das relações de poder, a estratégia e as táticas, em suma, a governabilidade. Por sua vez, o setor público incorporou a lógica da competição que assume sua expressão máxima na grande empresa estatal, com sua dupla face pública e privada (BECKER, 1991, p. 179).

Já o conceito de planejamento remete ao ato de elaboração e efetivação de políticas que busquem se aproximar de um cenário distante, tendo em vista a aplicação de comportamentos do presente. Essa tentativa de alcançar um prognóstico está sempre em aberto, em constante planejamento e replanejamento, uma vez que a previsão dos desdobramentos de políticas no presente se desenvolve em um leque amplo de possibilidades.

Em linhas gerais, podemos destacar nossa compreensão com base no fato de que:

O planejamento territorial integra um conjunto de potencialidades para mobilizar a atenção e incentivar o debate sobre a articulação entre ambiente e desenvolvimento, e proporcionar a identificação e a operacionalização de estratégias de desenvolvimento ambientalmente sustentável e a nível local (NOGUEIRA; PINHO, 1997, p. 5).

O planejamento territorial tem a potencialidade, inclusive, de questionar os modelos de desenvolvimento, na medida em que determina a localização das atividades humanas, permitindo, assim, certo controle sobre como se desenvolvem os diferentes setores que compõem o cotidiano social. Em outras palavras, é por meio do planejamento que se torna possível administrar as diferentes preocupações e interesses que surgem no processo de produção do espaço geográfico e as relações de poder que atuam na organização dos diferentes territórios.

O conceito de planejamento e suas ações típicas surgem como oportunidades estratégicas para a união de interesses e a integração das mais diversas ordens presentes no cotidiano social. Esse conceito apresenta forte potencialidade de controle da degradação socioespacial, pois considera o desenvolvimento em diversas escalas de tempo (daqui a cinco, dez, vinte anos) e de espaço (ações locais, regionais, nacionais e, até mesmo, supranacionais – como no caso de blocos econômicos).

Existe uma importância fundamental no conceito de planejamento, principalmente na interface da organização do território: planejar o território, potencialmente, traz para dentro do seio da política a democratização das decisões governamentais (no caso de um planejamento voltado ao público) e empresariais (quando nos referimos ao privado). Nesse contexto, o planejamento:

Democratiza o processo de tomada de decisão, desenvolvendo mecanismos de participação pública visando a abertura de processos de tomada de decisão através das opções de desenvolvimento e da auscultação da população relativamente aos seus objetivos e consequências (OLIVEIRA E CUNHA, 2000, p. 1).

Com a união analítica dos conceitos de gestão e planejamento ao conceito de território, podemos chegar à conclusão de que as problemáticas que envolvem tais termos giram em torno da compreensão de como o território é organizado, em suas dimensões materiais e simbólicas, por meio de políticas empresariais e estatais.

Planejamento e gestão do território no Brasil

A fim de compreender de modo mais prático o significado de gestão e planejamento do território, cabe, neste segundo momento, apontarmos como tais dimensões se efetivaram em nosso país, para, em um sentido amplo, criarmos pontes analíticas entre planejamento, gestão do território e organização do território nacional.

Nesse intuito, vamos analisar o fato de que o planejamento e a gestão do território nacional, de um ponto de vista mais contemporâneo, estiveram e ainda estão vinculados ao processo de integração territorial. A necessidade de planejar um país mais conectado territorialmente se deu como uma urgência frente a nossa antiga fragilidade político-econômica: quando restrita ao modelo agrário-exportador, nossa economia se

encontrava fortemente vulnerável. Tal fato se arrastou até a década de 1930, quando eclodiu a crise econômica que teve como epicentro a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929.

A organização da economia de nosso país esteve voltada exclusivamente para os interesses externos, fato que consolidou aquilo que chamamos de Arquipélago Econômico Regional.

Assim, a crise de 1929 serviu como lição para a Administração Federal, indicando que deveríamos romper com aquele modelo político-econômico vulnerável e tornar nosso país industrializado; com isso, o processo de industrialização nacional tomado a cabo pelo Governo Federal fomentou um processo de integração do país, por meio de diferentes políticas territoriais em diversas administrações, como as Superintendências de Desenvolvimento Regional, que debatemos na aula anterior.

Vamos, então, entender, a organização do Brasil em arquipélago econômico para, posteriormente, entendermos o processo de industrialização nacional.

A produção do espaço geográfico brasileiro, desde seu início no período colonial, representa uma história da apropriação diferenciada de nossas terras, por meio do trabalho e de atividades econômicas.

As áreas/ regiões de atividades econômicas espalhadas nos quatro cantos do Brasil geraram, a princípio, um espaço geográfico em “ilhas”, “coágulos”, com nenhuma integração e complementaridade entre si, à exceção da pecuária, que, como meio e suporte, auxiliou na interiorização da ocupação dos portugueses. Foi a pecuária a atividade que levou à exploração territorial para além do **TRATADO DE TORDESILHAS**.

Nesse sentido, com a gradual introdução de diferentes atividades econômicas em nosso território, três tipos de espaços foram produzidos:

- Espaços voltados para o mercado externo

São produzidos em função do mercado externo e dependem dele diretamente. São alguns exemplos os espaços decorrentes da:

- ▶ produção da agroindústria da cana-de-açúcar, na Zona da Mata Nordeste nos séculos XVI e XVII;
- ▶ produção de tabaco no Recôncavo Baiano;
- ▶ agricultura do algodão no Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, no século XIX;

Tratado de Tordesilhas

Acordo assinado em 1494 que objetivava demarcar as áreas de domínio dos territórios ultramarinos entre Portugal e Espanha. Era um “meridiano” do Polo Sul ao Polo Norte, cabendo à Espanha as terras do lado ocidental e a Portugal as do lado oriental do que hoje chamamos de território brasileiro.

- ▶ mineração, principalmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, no século XVIII;
 - ▶ cultura do cacau na Zona da Mata Nordestina, a partir do século XIX;
 - ▶ cafeicultura nas terras do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, no século XIX.
- Espaços voltados para o mercado interno e para os espaços voltados ao mercado externo

São espaços que produzem necessidades básicas para os centros de produção voltados ao mercado externo, e que também abastecem o mercado interno.

- ▶ É nessa classificação de tipo de produção do espaço geográfico que se inclui a pecuária, no Nordeste do Brasil (séculos XVI e XVII) e no Rio Grande do Sul, concomitantemente com a atividade mineradora em Minas Gerais (séculos XVII e XVIII).
 - ▶ Incluem-se, também, nessa classificação de tipo de produção do espaço as produções da agricultura de subsistência. Apresentando certo aspecto mercantil, os espaços da agricultura de subsistência são marcados pela produção de gêneros agrícolas necessários para a reprodução das relações sociais de exploração do território brasileiro. Tal produção gera excedentes que se voltarão para a comercialização e o abastecimento do mercado interno.
 - ▶ Essas atividades são realizadas, nos dias atuais, em pequenas propriedades e com uso de mão de obra familiar (no caso da agricultura de subsistência). Porém, durante muito tempo foram atividades desenvolvidas, geralmente, no interior de grandes propriedades.
- Espaços voltados para si

Destaca-se nesse tipo de espaço a agricultura de autossustentação, conhecida também como economia natural, agricultura sem produção de excedentes. A importância de tal agricultura reside no fato de ela ter levado ocupações para diferentes pontos do território nacional. Ainda é praticada em locais desprovidos de infraestrutura, sobretudo viária, e em roças na Amazônia, Mato Grosso, Goiás e Tocantins (preferencialmente).

O aspecto de ilhas, ou de arquipélago econômico regional esteve presente em nossa dinâmica até o aprofundamento da industrialização no Brasil. Essa condição foi se desfazendo de forma gradual ao passo que a administração pública federal foi percebendo que a extrema

dependência do mercado externo impossibilitava uma dinâmica econômica nacional mais integrada. Tal dependência se dava no fato de que precisávamos do mercado externo para a compra de nossos produtos primários e para a venda de produtos manufaturados/ industrializados.

Como já dito, a crise do modelo primário-exportador foi sentida no Brasil ao longo de toda a década de 1930, em decorrência da quebra da Bolsa de Nova Iorque. Gradualmente, porém de forma decisiva, tivemos uma relativização desse padrão econômico, ou seja, nossa economia, que antes estava pautada exclusivamente na exportação de produtos primários, vai, aos poucos, se diversificando.

Conforme os cafezais foram apresentando baixa de lucratividade e declínio assustador de rendimento, o eixo de gravidade político e econômico se deslocou do campo para a cidade, onde as atividades tipicamente urbanas e, em especial, no setor secundário, passaram a ganhar destaque.

Em um contexto amplo, a crise do café gerou condições para a industrialização brasileira, e também estimulou a necessidade de produção de bens de consumo no país, por conta da redução drástica das importações.

A forte concentração de riqueza na região Sudeste, por conta do período da cafeicultura, principalmente no eixo Rio-São Paulo, fez com que também houvesse maior concentração da atividade industrial na região, destacando-se como pioneira na industrialização do Brasil. São vários os fatores que impulsionaram tal fenômeno, sendo conhecidos por formarem a chamada *economia de escala* (ou *de aglomeração*). Destacaram-se os seguintes fatores locais:

- concentração de infraestrutura de energia, comunicação e, sobretudo, transportes;
- concentração de mão de obra qualificada (lembrando a entrada de mão de obra estrangeira, em sua maior parte, já qualificada para os serviços fabris);
- concentração de mercado consumidor;
- rede bancária desenvolvida, por conta da presença de centros de produção de café.

Assim, com o objetivo de buscarmos uma melhor compreensão do processo de organização do espaço industrial brasileiro como resultado de diferentes políticas de gestão e planejamento do território,

destacaremos a seguir algumas administrações federais importantes para esse desenvolvimento organizacional.

Getúlio Vargas (1930-1945/1950-1954)

Os governos de Getúlio Vargas se caracterizaram pela nacionalização da economia, sendo a adoção do modelo de substituição das importações responsável por criar as **INDÚSTRIAS DE BASE** necessárias para o impulso de outros ramos industriais. As indústrias de base criadas nesse período foram a Companhia Siderúrgica Nacional, importante centro de produção de aço, a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, empresa responsável pela exploração de uma variada gama de minerais utilizados pelas indústrias, e a Petrobras, importante produtora de energia e de pesquisas sobre outras potencialidades do petróleo.

Vale lembrar, também, a organização da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), instrumento político-social importante para a sistematização das relações de trabalho que vinham sendo desenvolvidas no país, enquanto ele vivenciava altas taxas de urbanização.

Juscelino Kubitschek (1956-1961)

O presidente JK, por sua vez, interveio na organização do espaço industrial por meio da internacionalização da economia proposta pelo **PLANO DE METAS**. Essa prática política foi responsável por abrir espaço para a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil, em especial aqueles ligados à indústria automobilística, vista por JK como uma espécie de motor da economia (seguindo o exemplo dos países mais desenvolvidos economicamente).

Esse período foi marcado pelo tripé da economia: capital estatal, capital privado nacional e capital privado internacional. Os investimentos estatais foram alocados em indústrias de base e em investimentos em infraestrutura de comunicação, energia e transportes; o capital privado nacional canalizou investimentos em indústrias de bens de consumo não duráveis; já o capital privado internacional foi voltado para o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo duráveis.

O *slogan* “50 anos em 5” foi o horizonte de investimentos no período em questão, quando foram verificadas altas taxas de crescimento econômico às custas da abertura da dívida externa.

Indústria de base

Tipo de indústria responsável por fabricar matérias-primas para outras indústrias. Também chamadas de indústrias de bens de produção ou pesadas, elas transformam a matéria-prima bruta em matéria-prima processada. O ramo da siderurgia é um exemplo de indústria de base, pois se dedica à transformação do ferro que servirá de matéria-prima para outras indústrias.

Plano de Metas

Programa de governo do presidente Juscelino Kubitschek que visava à industrialização e à modernização por meio de investimentos em energia, transporte, indústrias, educação e alimentação. Seu objetivo era dar continuidade ao processo de substituição de importações imposto por Getúlio Vargas.

Governos Militares (1964-1985)

Os diversos presidentes que fizeram parte do período militar apresentaram, de modo geral, duas características marcantes: a modernização da economia e o autoritarismo político. A modernização da economia deu-se via aprofundamento da dívida externa, responsável pela experiência do Milagre Econômico (1968-73), quando o Brasil apresentou exorbitantes taxas de crescimento econômico, acima de 10% ao ano.

Alguns sinais de desgaste foram surgindo ao longo dos governos militares. A década de 1980 é conhecida, assim, como “a década perdida”, uma vez que nesse período o país obteve os maiores índices de inflação, inclusive com constantes correções monetárias diárias e retração da atividade industrial.

A importância do período em questão, no tocante ao desenvolvimento das relações industriais no Brasil, reside no fato de o avanço da economia, sobretudo durante o Milagre Econômico, ter influenciado decisivamente na sociedade de consumo. O aumento do poder de consumo de algumas classes sociais acelerou o surgimento de novas indústrias com objetivos de mercado.

Collor e FHC (1990-2002)

A década de 1990 é um marco na adoção do modelo neoliberal na administração pública federal, quando surgem as ondas de privatizações de empresas estatais. A partir de então, vivenciamos um processo de desregulamentação da economia nacional por meio da flexibilização das leis trabalhistas, da abertura mais acentuada da economia ao mercado externo, além da retração dos investimentos em setores sociais e da criação de diversas agências reguladoras (Anatel, ANTT, Anvisa, entre outras).

Uma onda de desconcentração espacial das atividades industriais, que já vinha sendo registrada desde, mais ou menos, as décadas de 1970/80, é intensificada a partir desse período, principalmente por meio da **GUERRA FISCAL**.

Governo Lula (2003-2010)

O governo Lula, no que se refere a sua influência na organização do espaço industrial no Brasil, terá suma importância para o desenvolvimento acentuado de atividades industriais na região Nordeste.

Guerra fiscal

Prática econômica de disputa territorial entre administrações estaduais e municipais a fim de atrair investimentos e empresas para dinamizar as economias locais. Os estados e municípios oferecem incentivos fiscais (como isenção de impostos por determinado período de tempo) e terrenos em localidades estratégicas, que favorecem o transporte e escoamento de matéria-prima e produtos, além de mão de obra barata.

Assim, a partir de 1930 tivemos diversas concepções do que seria a gestão de recursos públicos e o planejamento de atividades industriais como uma forma de fortalecimento da economia do país.

Conclusão

O processo de organização do território nacional se deu por meio da inserção de diferentes atividades econômicas no país, as quais, paulatinamente, alteraram a paisagem do Brasil até a configuração que conhecemos hoje. Assim, é importante termos em mente que a gestão e o planejamento do território nacional reverberam transformações profundas da estrutura socioespacial.

Pensando na gestão dos recursos públicos, por exemplo, os investimentos nacionais tiveram diferentes orientações; já no tocante ao planejamento, em um sentido geral, visaram modificar a estrutura político-econômica em direção ao modelo urbano-industrial. Podemos até problematizar o fato de ainda estarmos, décadas depois, em plena transição, porém nos deteremos nesse assunto, de forma mais aprofundada, ao longo de nossas aulas.

As diferentes concepções de gestão e planejamento de diferentes administrações presidenciais aos poucos quebraram com o aspecto de ilhas, típico de tempos pretéritos, em que o que se tinha era um arquipélago econômico regional. Essa condição foi se desfazendo gradualmente, ao passo que as administrações federais foram percebendo que a extrema dependência do mercado externo impossibilitava uma dinâmica econômica nacional mais integrada.

Buscamos, nesta aula, apresentar o fato de que a organização do território brasileiro é mais bem compreendida com base nas políticas de diferentes administrações públicas federais. Tais políticas, por meio da gestão e do planejamento, realizaram intervenções político-econômicas que geraram, além de um processo de integração nacional, transformações na estrutura da sociedade brasileira.

Resposta comentada

Tendo em mente que o conceito de gestão remete ao ato de gerenciar, administrar um fenômeno, dirigir ações de modo a sustentar o máximo possível uma situação entendida como ideal, a gestão do espaço urbano abriria portas para uma forma melhor de alocar investimentos e políticas públicas, de modo a garantir o bem-estar de uma dada população.

Já o planejamento seria a elaboração de um conjunto de ações voltadas para a efetivação de políticas que objetivassem alcançar um prognóstico. É importante lembrar que o planejamento, como conjunto de ações, não seria um movimento fechado em si, mas, sim, sempre em constante (re)avaliação, já que os desdobramentos das políticas nem sempre se desenvolvem como o planejado previamente.

Assim, o planejamento urbano seria um conjunto de políticas públicas voltadas para o intermédio dos diferentes interesses presentes no processo de produção do espaço urbano e seus diversos agentes.

O Plano Diretor, previsto constitucionalmente, é uma concepção de planejamento urbano previsto para as cidades que ocupam o topo da hierarquia urbana, com fortes conexões nacionais e, até mesmo, internacionais. Outra concepção de planejamento urbano que merece destaque são os Planos Estratégicos adotados por algumas municipalidades, no intuito de gerar desenvolvimento econômico em um período curto de tempo, diferentemente do Plano Diretor, que pensa a cidade a longo prazo.

Resumo

Por serem termos polissêmicos, os conceitos de gestão e de planejamento merecem um cuidado especial, especialmente quando estamos na interface de análises geográficas.

A palavra *gestão* remete, geralmente, ao movimento/ ato ou efeito de realizar gerência, estando ligada ao modo como administramos determinado fenômeno (BUENO, 1986).

Ao aprofundarmos um pouco mais nossa compreensão sobre cada gestão do território, devemos ter em mente que gerir ultrapassa os limites da pura e simples administração, assim como a gestão do território

se encontra cada vez mais na sobreposição de poder entre os diversos atores sociais que apresentam interesses na produção do espaço. Desse modo, a gestão do território torna-se fundamental para a orientação e mediação entre os interesses do público e do privado.

O conceito de planejamento, por sua vez, está ligado à efetivação de políticas que têm como foco a aproximação de um cenário futuro. Essa tentativa de alcançar um prognóstico está sempre em aberto, em constante planejamento e replanejamento, uma vez que a previsão dos desdobramentos de políticas no presente se desenvolve em um leque amplo de possibilidades.

O planejamento territorial pode, em sua concepção ampla, problematizar modelos de desenvolvimento, uma vez que abre uma porta para que se localizem as atividades humanas, permitindo, assim, certo controle do desenvolvimento dos diferentes setores que compõem o cotidiano social. Por meio dele, é possível integrar diferentes preocupações/interesses no processo de produção do espaço geográfico e das relações de poder que fazem o intermédio na organização dos diferentes territórios.

Com a união dos conceitos de gestão e planejamento com o território, podemos concluir que as problemáticas que envolvem tais termos giram em torno da compreensão de como o território é organizado, em suas dimensões materiais e simbólicas, por meio de políticas empresariais e estatais.

Assim, buscamos, nesta terceira aula, apontar o processo de industrialização nacional como uma forma de aplicação da gestão e do planejamento do território, com o objetivo de entendermos melhor o significado de tais conceitos na prática.

A industrialização surgiu a partir da urgência de planejar um país mais conectado territorialmente, frente a nossa antiga fragilidade político-econômica. Quando nos encontrávamos restritos ao modelo primário-exportador, nossa economia se encontrava fortemente vulnerável. Tal fato se arrastou até a década de 1930, quando eclodiu a crise de 1929.

A crise serviu de lição para a Administração Federal, indicando que deveríamos quebrar com esse modelo político-econômico vulnerável e tornar nosso país industrializado; logo, o processo de industrialização nacional tomado a cabo pelo Governo Federal fomentou um processo de integração nacional via diferentes políticas territoriais em diversas administrações.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula mostraremos que existem, também, critérios naturais que permitem uma regionalização do Brasil, e falaremos sobre como as diferentes paisagens são impactadas pelo planejamento e a gestão do território.

Leituras recomendadas

BECKER, Bertha. A geopolítica na virada do milênio. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar; CORREA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 271-307.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. *In*: SANTOS, Rosely Ferreira dos. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Referências

BECKER, Bertha K. A Geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-126, jul./set. 1988.

BECKER, Bertha K. Geografia política e gestão no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p.169-182, jul./set. 1991.

BUENO, Francisco da Silva. *Dicionário escolar Silveira Bueno*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1986.

DAVIDOVICH, Fany. Gestão do território: um tema em questão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 7-31, jul./set. 1991.

FERREIRA, Ignez C. B. A gestão do espaço agrário. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 149-160, jul./set. 1991.

FONSECA, Alan; PAZ SILVA, Maria. Planejamento, gestão do território, políticas públicas e seus rebatimentos no espaço rural brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: UFU, 2012.

NOGUEIRA, T.; PINHO, Paulo. Perspectivas teóricas sobre a contribuição do planejamento territorial e da avaliação ambiental, apontamentos da disciplina de legislação e administração do ambiente. *In*: *Desenvolvimento ambientalmente sustentável*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1997.

OLIVEIRA E CUNHA, Maria Luísa Santos. O planeamento territorial como um instrumento de política para operacionalização do desenvolvimento sustentável. *Millenium*, Viseu, n. 19, jun. 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO et al. (Org.). Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. *In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 314.

Aula 4

Impacto da gestão e da ocupação nas paisagens

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Metas

Apresentar os critérios naturais que nos permitem melhor compreender, por meio de uma regionalização, o processo de alteração das paisagens brasileiras, assim como estabelecer possíveis correlações entre algumas atividades econômicas e os impactos nos diferentes domínios morfoclimáticos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. sistematizar os critérios naturais que permitem uma regionalização do Brasil;
2. relacionar o conceito de biomas ao significado de domínios morfoclimáticos;
3. relacionar a introdução/ desenvolvimento de atividades econômicas e as alterações nas condições naturais a partir da gestão do território.

Pré-requisitos

Como a presente aula tratará de regionalização do território nacional e tal regionalização potencializa a compreensão da organização de nosso país, recomendamos uma releitura da Aula 1, em que tratamos de forma mais precisa sobre o conceito de região.

É importante, também, ter em mente as atividades econômicas citadas na Aula 3, que iniciaram a produção do Brasil colonial e a introdução do modelo urbano-industrial em nossa economia no século passado.

Introdução

Como temos visto em nossas aulas, os aspectos da atual organização do território nacional remetem ao modo como as atividades econômicas foram aqui inseridas ao longo dos séculos e à forma como o Estado compreende e aplica as ações de gestão e de planejamento do território.

O crescimento da população brasileira também remete ao processo de modificação dos ambientes naturais para a satisfação e o pleno desenvolvimento das potencialidades socioeconômicas do país. O mapa a seguir apresenta a densidade demográfica no Brasil em 2010, com base em dados coletados pelo IBGE. Considerando esse processo de crescimento, quais as primeiras conclusões que você pode tirar ao analisá-lo?



Densidade demográfica



2010



Figura 4.1: Densidade demográfica do Brasil em 2010.

Fonte: https://brasilemsintese.ibge.gov.br/images/brasil_em_sintese/territorio/brasil_densidade_demografica.pdf

Como a maior parte da população brasileira está localizada na porção litorânea, devemos destacar a relevância dessa concentração na medida em que tal fato se desdobrará em profundas alterações ao longo dessa faixa, gerando fortes perturbações socioambientais.

Ao longo do litoral estão situados diversos dos centros urbanos mais populosos do Brasil (como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre e Curitiba). Ao analisarmos os dados do Censo 2010 disponíveis no Portal do IBGE e o mapa da **Figura 4.1**, podemos observar que as maiores densidades demográficas estão situadas justamente onde se localizam esses centros urbanos que, historicamente, são as primeiras regiões a serem ocupadas (Nordeste, Sudeste e Sul). Essas cidades, juntas, representam mais da metade da população do país – mais ou menos 85% de toda a população nacional, segundo Boligian e Alves (2011) –, e esse grau de concentração demográfica possibilita forte alteração de nossas paisagens naturais.

O processo de interiorização da população brasileira ocorreu a partir das políticas de gestão e planejamento do território, como vimos em nossa última aula, estabelecendo laços inter-regionais no intuito de produzir um território integrado e articulado socioeconomicamente.

Assim, podemos indicar, desde já, que as paisagens naturais brasileiras sofrem diferentes graus de modificação, que variam não só de acordo com o nível de concentração populacional, mas também com a intensidade do desenvolvimento das atividades praticadas no Brasil.

Ocupação do território: marcas nas paisagens nacionais

Como vimos nas aulas anteriores, a disposição de elementos criados pela sociedade no território, como cidades, plantações, ferrovias, estradas, aeroportos e hidrelétricas, é fruto de uma apropriação diferenciada das diversas atividades econômicas inseridas em nosso país.

A distribuição espacial da população, juntamente com as atividades econômicas, influencia na organização atual do espaço geográfico brasileiro e aponta para alterações das condições ecossistêmicas naturais em diferentes graus.

Ao longo dos últimos cinco séculos, áreas em diversas regiões do Brasil foram paulatinamente incorporadas umas às outras, fato que propiciou diversas transformações internas. Vale lembrar que o processo de ocupação das terras brasileiras teve início em pequenos arraiais

espalhados por diversas áreas. Tais ocupações iniciais ocorreram devido à necessidade dos colonizadores portugueses de ampliar suas práticas comerciais, impulsionando a busca de novos produtos e novas áreas a serem exploradas.

No século XVI, o povoamento brasileiro se encontrava limitado ao litoral, onde se desenvolvia a monocultura da cana, especialmente no Recôncavo Baiano e no Nordeste. Isso gerou uma transferência das atividades pecuárias, presentes anteriormente nesses locais, para o sertão nordestino.



É importante destacar que toda a história de ocupação e espraio das atividades portuguesas em nosso território se deu à base do extermínio indígena, que foi tanto físico (genocídio) quanto cultural (etnocídio).

Já durante o século XVII, o **BANDEIRANTISMO PROSPECTOR** possibilitou o povoamento de grandes áreas do interior do Brasil, principalmente nas bordas do rio Amazonas, do rio São Francisco e do sertão nordestino.

O século XVIII foi marcado por um expressivo aumento da ocupação da população no espaço geográfico brasileiro, processo derivado da descoberta de ouro e pedras preciosas em áreas hoje demarcadas por Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia. Com o esgotamento do ouro e de todo o comércio desenvolvido a reboque, os povoados dispersos no interior foram se esvaziando e possibilitando a ocupação de outras áreas do território nacional.

A grande expansão territorial ocorrida durante o século XIX em direção ao sul do país consolidou a ocupação da região. A demanda por algodão e por café foi incrementada, e este último gerou um acúmulo de riqueza fundamental para o crescimento econômico do país. Como já dito na aula anterior, esse acúmulo de capitais derivado das grandes lavouras de café foi responsável pela industrialização do país, gerando uma massa de trabalhadores assalariados que circulava entre as regiões do território nacional.

Bandeirantismo prospector

Expedições realizadas durante o período colonial no interior do Brasil, tendo como finalidade principal a busca por pedras ou metais preciosos. Devido à incerteza de encontrar regiões que possibilitassem a extração desses metais, o sequestro de índios e a extração de drogas do sertão eram realizadas paralelamente a essa atividade.

E qual a consequência dessa circulação de trabalhadores entre as regiões do Brasil?

Nas diversas paisagens dos quatro cantos do país, encontramos um amplo leque cultural, que foi se estabelecendo conforme as relações sociais foram se alterando. Marcas de um tempo passado coexistem com atividades do presente ou até mesmo são reelaboradas do ponto de vista técnico. Exemplo disso é a monocultura de exportação, atividade presente em nosso território desde o início da efetiva ocupação/ exploração empreendida pelos portugueses, que hoje apresenta alto grau de investimento e aparato técnico-produtivo.

Nas diferentes paisagens das regiões brasileiras existem também, juntamente com esses elementos sociais citados, elementos naturais, especialmente no que tange às formas de relevo, às fisionomias vegetais e aos tipos climáticos. A relação entre relevo, clima e vegetação sobre uma determinada porção do território forma o que chamamos de *domínios morfoclimáticos*, regiões naturais que permanecem presentes como remanescentes e testemunhos históricos e geográficos das ações sociais. O domínio de características homogêneas de clima, relevo e vegetação (juntamente com os tipos de solo, derivados das formas de relevo e rede hidrográfica) forma um domínio morfoclimático específico. Em cada um deles, há relações particulares entre fauna e flora, que dão origem a um **BIOMA**.

Bioma

Conceito criado para descrever grandes sistemas ecológicos definidos, principalmente, pelo clima. Trata-se de uma área com dimensões normalmente superiores a um milhão de quilômetros quadrados em que o clima, a vegetação, o solo e a altitude são semelhantes ou aparentados (IBGE, 2019).

Os domínios morfoclimáticos do Brasil

A presença de diferentes regiões naturais, com uma gama diversa de paisagens, só é possível no Brasil devido a sua grande extensão territorial. Por ter essa grande extensão, tanto latitudinal quanto longitudinal, nosso país apresenta uma grande variedade de climas e, em decorrência disso, desdobram-se formações vegetais diferenciadas.

A relação entre os elementos que compõem essas regiões naturais foi classificada pelo professor Aziz Ab'Sáber (1967), cujo objetivo maior foi realizar um levantamento da diversidade paisagística do Brasil.

Entre os seis domínios morfoclimáticos classificados no país, podemos destacar a presença de *faixas de transição*, que são áreas onde há uma mescla de características de diferentes domínios.

Nos dias de hoje, a retirada do substrato vegetal para diversos fins (crescimento da atividade agrícola, principalmente pelo cultivo de soja;

aumento do número de pastagens; implantação de projetos de mineração e realização de atividade madeireira) é um dos principais vetores de transformação das regiões naturais, fato que interfere de forma decisiva na composição dos solos, na extensão das redes hidrográficas e nas formas de relevo.

A seguir vamos conhecer, de uma forma geral, a caracterização de cada um desses domínios, com o objetivo de compreender melhor não só a configuração da organização do espaço geográfico brasileiro, mas também como os critérios naturais se combinam na formação dos domínios morfoclimáticos. Buscaremos, também, apontar os principais vetores de modificação das condições naturais dos ambientes brasileiros.

Domínio amazônico

Presente na região Norte do Brasil, em vastas áreas em torno do rio Amazonas, com hidrografia muito densa, terras baixas, clima e floresta equatorial, o domínio amazônico apresenta uma extrema **BIODIVERSIDADE**.

Dentre os elementos que formam esse domínio, destaca-se o relevo, pois, como a área é formada preferencialmente por planícies com algumas áreas de planalto, identificam-se diferentes estratos florestais:

- *igapó*: área da floresta permanentemente alagada e onde encontramos espécies nativas como a vitória-régia, planta adaptada a essas condições de inundação;
- *mata de várzea*: áreas de inundações periódicas, de acordo com as cheias dos rios. Nesse extrato podemos destacar a presença de seringueiras (maniçoba e maçaranduba);
- *mata de terra firme*: corresponde a áreas de terras mais altas, onde encontramos árvores de grande porte, podendo atingir cerca de 65 metros.

O processo de ocupação da região Norte, conseqüentemente de apropriação dos recursos amazônicos, remete ao período inicial de exploração das *drogas do sertão*. No entanto, é importante destacar que a organização do espaço geográfico brasileiro, principalmente na região em questão, passou pela introdução de atividades econômicas, como se pode ver na Zona Franca de Manaus, e foi alvo de alguns projetos de integração nacional.

Biodiversidade

Riqueza e variedade do mundo natural. São todas as formas de vida, assim como os genes contidos em cada indivíduo, e as inter-relações ou ecossistemas em que a existência de uma espécie afeta diretamente muitas outras (WWF, 2019).



As chamadas drogas do sertão remetem a especiarias que fazem parte de um conjunto de itens de extração vegetal feita nos sertões (no sentido de interior) do Brasil. Tais espécies são exploradas desde o período colonial e recebem esse nome pois apresentariam propriedades terapêuticas. São produtos nativos de nosso território, não encontrados no continente europeu e, por isso, chamavam a atenção dos colonizadores e até mesmo dos europeus em geral, já que eram comercializados por Portugal em parte do continente.

A maior preocupação, em termos de impacto, sobre o bioma amazônico é o avanço do processo de desmatamento por diferentes vetores. Por exemplo, o crescimento de atividades agrícolas em diversas áreas da região Norte, especialmente o cultivo de soja a partir de áreas ao norte da região Centro-Oeste e a oeste da região Nordeste. Destaca-se, ainda, o incremento do número de pastagens, que, muitas vezes, acompanham o espraiamento da agricultura, como uma forma de aproveitar o desenvolvimento de diversas agroindústrias.

É importante enfatizar, também, que a região Norte hospeda projetos de mineração. Alterações nas condições da Amazônia causadas por essa atividade representam uma contribuição expressiva nos processos de extração e transformação mineral do país. Esse fato que influencia de forma decisiva na balança comercial do Brasil, sendo o estado do Pará o maior exportador de minérios.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2012), graças à Amazônia, o Brasil possui a maior reserva mundial de nióbio, seguido pelo Canadá e Austrália, totalizando 93% dos depósitos do mineral em operação no mundo. Somente o estado do Amazonas detém 21% de todo o nióbio brasileiro, porém, até 2015, o estado correspondia a apenas 2% da produção total. O motivo é que a maior parte dessas reservas se localizam em territórios indígenas e unidades de conservação; no entanto, com a flexibilização da legislação ambiental sendo intensificada, esse número tende a aumentar.

Toda essa exploração, não só dos minérios, mas também dos solos, a partir da agropecuária, vem gerando manchas de desertificação na floresta amazônica. Isso ocorre uma vez que a retirada do substrato vegetal para a inserção e o incremento dessas atividades reduz drasticamente a produção de **SERAPILHEIRA** e, conseqüentemente, de húmus, substâncias extremamente importantes para a sobrevivência do bioma.

Domínio Mares de Morro

O domínio morfoclimático Mares de Morro está localizado ao longo de boa parte do litoral brasileiro e recebe esse nome em função de sua estrutura geológica. Sua formação em dobramentos cristalinos data da Era Pré-Cambriana, fato que aponta para uma intensa ação erosiva ao longo desses milhares de anos. Tal processo contribuiu para a formação de diversos morros com vertentes e cumes arredondados.

A caracterização vegetal típica desse domínio florestal é a Floresta Tropical Úmida, ou Mata Atlântica, como é conhecida. Possui cerca de 20 mil espécies de plantas, entre estas, cerca de 8 mil endêmicas.

Como dito na Introdução desta aula, a maior concentração demográfica brasileira ao longo do litoral vem gerando efeitos de devastação ambiental na Mata Atlântica, que, desde o período colonial até os tempos de hoje, modifica as condições naturais do bioma.

Os principais fatores dessa devastação na Mata Atlântica responsáveis pela destruição do domínio Mares de Morro foram:

- a extração de pau-brasil, empreendida, principalmente, nos primeiros momentos da colonização portuguesa;
- a expansão das atividades agrícolas, uma vez que nossa economia ainda é, em expressiva parte, vinculada ao setor primário-exportador;
- o crescimento urbano-industrial propiciado pelos projetos de industrialização (tópico debatido na Aula 3).

A consequência mais imediata de todo esse processo de destruição é uma redução drástica da Mata Atlântica, restando, hoje, apenas 7% de sua extensão territorial, que estão distribuídos em blocos isolados ao longo da faixa litorânea brasileira.

Serapilheira

Camada formada pelo acúmulo e deposição de matéria orgânica morta em diferentes estágios de decomposição na superfície do solo, sendo a principal via de ciclagem de nutrientes ao solo.

Domínio Cerrado

O domínio do Cerrado se estende, em sua maior porção, entre os planaltos e chapadões existentes na região Centro-Oeste do Brasil. A formação do Cerrado típico é de arbustos e árvores de médio porte, que, em um sentido geral, se apresentam bem esparsos no território de seu domínio.

Ainda no tocante à formação vegetal, chama a atenção o fato de que as árvores e arbustos apresentam cascas grossas. Tal característica representa um mecanismo de adaptação das espécies do Cerrado ao rigor climático: a casca grossa nos vegetais permite que haja baixa transpiração, evitando perda de umidade para a atmosfera.

São notáveis os projetos agropecuários e o avanço de empresas agrícolas na região Centro-Oeste, muito devido aos seguintes fatores:

- topografia ideal para a inserção de insumos tecnológicos modernos, especialmente de maquinários, tratores, colheitadeiras;
- desenvolvimento de agroquímicos permitem uma espécie de correção dos solos do Cerrado e, assim, os tornam produtivos do ponto de vista agrícola;
- fortes incentivos governamentais, como investimento, isenções e subsídios agrícolas, que potencializam essas atividades na região.

Nesse sentido, após a década de 1950, com a abertura de vias de circulação nas bordas e até mesmo no interior, o Cerrado passou por um intenso processo de degradação ambiental não somente associado à abertura de estradas e rodovias, mas também a partir da construção de Brasília e do crescimento das cidades-satélite.

Domínio Caatinga

O domínio da Caatinga é característico do sertão nordestino, do chamado Polígono das Secas, e se relaciona diretamente ao clima semi-árido, onde predominam baixos índices pluviométricos.

Sua vegetação é formada por espécies xerófilas com adaptações ao clima seco, tendo a capacidade de armazenar água no interior de suas estruturas. Outra adaptação importante dessas espécies é a formação de espinhos, que, ao substituir as folhas, possibilitam uma reduzida perda de água para o meio externo.

Podemos dizer que, depois da Mata Atlântica e do Cerrado, a Caatinga é o domínio morfoclimático que mais sofreu alterações no tocante a suas paisagens naturais, muito em função da utilização dessa região para a prática da agricultura e da criação de animais.

Domínio das Araucárias

Localizada em áreas de altitude da região Sul do Brasil, a Mata das Araucárias, ou, como também é conhecida, Mata dos Pinhais, representa um domínio de forte associação com o clima subtropical, onde são aferidas baixas temperaturas, se comparadas com as demais áreas da região.

Sua formação vegetal predominante é o pinheiro-do-paraná, uma das espécies nativas da região. A exploração dessa espécie, ao longo de boa parte do século XIX, em especial por imigrantes italianos e alemães, esteve associada ao processo de construção de casas e móveis.

Restando hoje apenas cerca de 10% de sua vegetação nativa, devemos pontuar que o principal vetor de alteração das condições naturais do domínio das Araucárias é justamente a exploração de madeiras e a potência das indústrias de papel celulose e móveis.

Domínio das Pradarias

Também conhecido como Pampa, o domínio morfoclimático das Pradarias é composto, basicamente, por vegetação rasteira, em que predominam formações herbáceas e gramíneas.

Da mesma forma que o domínio das Araucárias, as Pradarias também estão localizadas na região Sul do Brasil, especialmente no estado do Rio Grande do Sul. O relevo que ali se destaca é suave e ondulado (chamado de *coxilhas*), e nele se desenvolvem atividades econômicas como a pecuária extensiva (com baixo grau de investimento tecnológico) e as monoculturas intensivas de trigo e soja.

Além do impacto causado pela retirada do substrato vegetal para a implementação de atividades agrícolas, o fato de boa parte do domínio ser destinada à prática da pecuária gera, paulatinamente, um processo de compactação dos solos pelo pisoteio constante do gado. Nesse sentido, devemos apontar a agropecuária como vetor-chave de alteração das Pradarias, tendo causado, em longos trechos dessa porção da região Sul,

Domínio	Localização	Vegetação	Relevo	Clima
Amazônico	Norte	Floresta Equatorial	Planícies	Equatorial
Mares de Morro	Litoral do país, principalmente no Sudeste	Mata Atlântica	Irregular	Tropical úmido
Cerrado	Centro-Oeste	Vegetação de Savana	Chapadões	Tropical semiúmido
Caatinga	Interior do Nordeste	Adaptada à escassez de água	Planaltos e grandes depressões	Tropical semiárido
Araucárias	Sul	Mata de Araucária	Planalto	Subtropical
Pradarias	Extremo Sul	Pradarias	Planície	Subtropical

2. Características homogêneas de clima, relevo e vegetação (juntamente com os tipos de solo, derivados das formas de relevo e hidrografia) num mesmo espaço formam um domínio morfoclimático específico. Em cada domínio morfoclimático há uma relação particular entre fauna e flora, que dá origem a um bioma.

Conclusão

Existem diferentes formas de pensar e entender o espaço geográfico brasileiro e sua configuração. Uma forma particular, que exercitamos aqui e que faz parte de uma habilidade fundamental de compreensão do espaço nacional e de como agir sobre ele, é a divisão do Brasil a partir de regiões naturais.

A combinação de elementos naturais (solos, vegetação, hidrografia, relevo e clima) gera diferentes paisagens em nosso território, grandes províncias naturais conhecidas como domínios morfoclimáticos.

Nesse sentido, o processo de produção do espaço geográfico brasileiro, desde o período colonial até a contemporaneidade, passa pela apropriação dos recursos aqui existentes. Toda a gama de elementos presentes nos diversos domínios morfoclimáticos do Brasil foi sendo apropriada por atividades econômicas que geram alterações graves em cada um dos domínios.

Assim, o impacto da gestão do território nacional e o processo de ocupação das paisagens consolida profundas transformações ecossistêmicas, que afetam o cotidiano dos que ali habitam.

Resposta comentada

Domínio morfoclimático	Vetor de alteração
Amazônico	<ul style="list-style-type: none">• exploração de drogas do sertão• madeireiras• pecuária• empresas agrícolas• projetos de mineração
Mares de Morro	<ul style="list-style-type: none">• agropecuária no interior dos estados• maior concentração demográfica ao longo do litoral
Caatinga	agropecuária extensiva em geral
Cerrado	<ul style="list-style-type: none">• pecuária• grandes empresas agrícolas da soja e do trigo
Pradarias	<ul style="list-style-type: none">• pecuária extensiva• monocultura da soja e do trigo
Araucárias	<ul style="list-style-type: none">• madeireiras• indústrias de celulose• indústrias moveleiras

Resumo

Ao longo desta aula, vimos que existem critérios que permitem uma regionalização do Brasil a partir de aspectos naturais. A combinação e interação entre clima, relevo, vegetação, hidrografia e solos permite, de acordo com Aziz Ab'Saber (1967), indicar a existência de domínios morfoclimáticos.

Pelo fato de o Brasil apresentar grande extensão territorial, especialmente do ponto de vista latitudinal, temos em nosso território variadas faixas climáticas. Essas faixas, somadas às diversas feições de relevo que se formaram ao longo de várias eras geológicas, acabam gerando diferentes paisagens.

Os elementos naturais presentes em tais paisagens foram sendo apropriados gradualmente, o que deu origem ao modo como nosso território está organizado. Assim, a classificação de Ab'Sáber indica seis grandes domínios naturais no Brasil: Amazônico, Mares de Morro,

Cerrado, Caatinga, domínio das Pradarias e domínio das Araucárias.

A organização do território brasileiro, até os dias de hoje, é uma história de apropriação dos recursos naturais desde o período colonial.

A diversidade de recursos e de elementos presentes nos domínios foi sendo alterada pelas diversas atividades econômicas empreendidas no país.

Informações sobre a próxima aula

Nossa próxima aula será destinada ao estudo de outras formas de regionalização do território nacional. Nesse sentido, veremos quais são os diferentes critérios que fundamentam a regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a regionalização do país em complexos geoeconômicos e a proposta realizada pelo professor Milton Santos dos “Quatro Brasis”.

Leituras recomendadas

AB’SÁBER, Aziz N. Espaços ecológicos brasileiros: tipologia e conceitos ajudaram a entender os domínios paisagísticos do país. *Scientific American Brasil*, São Paulo, v. 4, n. 39, p. 114, 2005.

AB’SÁBER, Aziz N. Potencialidades paisagísticas brasileiras. *In: Recursos naturais, meio ambiente e poluição: contribuição de um ciclo de debates*. Rio de Janeiro: FIBGE-Supren, 1977. p. 19-38.

ALMEIDA, Regis Rodrigues de. Domínios morfoclimáticos. *In: Brasil Escola*. 2018. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/dominios-morfoclimaticos.htm>. Acesso em: 31 maio 2019.

Referências

AB’SÁBER, Aziz N. Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas no Brasil. *Orientação*, São Paulo, n. 3, p. 45-48, 1967.

BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa A. *Geografia: espaço e vivência*. São Paulo: Atual, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Território. *In: Brasil em síntese*. 2019. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>. Acesso em: 31 maio 2019.

•

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. *Informações e análises da economia mineral brasileira*. 7. ed. Brasília: Ibram, 2012. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

SILVEIRA, Ana Luisa; OLIVEIRA, Fabiane. Análise da potencialidade da produção de nióbio do estado do Amazonas e seus empecilhos. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DA AMAZÔNIA*, 5., 2018, Manaus. *Anais [...]*. Manaus: Ufam, 2018.

SIMIELLI, Maria Elena R. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2011.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. O que é biodiversidade? *In: WWF*. 2019. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biodiversidade/. Acesso em: 31 maio 2019.

Aula 5

As diferentes regionalizações do espaço geográfico brasileiro

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Meta

Apresentar algumas das formas mais comuns de regionalização do Brasil, distinguindo critérios e objetivos de cada uma dessas formas e relacionando o espaço nacional como um todo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer que o espaço geográfico brasileiro pode ser regionalizado de diferentes formas;
2. diferenciar os critérios que fundamentam as regionalizações do Brasil;
3. relacionar possíveis semelhanças e apontar as diferenças entre as formas de regionalização.

Pré-requisitos

Antes de iniciar esta aula, você deve assistir ao clipe da entrevista com Pedro Pinchas Geiger no canal do IBGE no Youtube, disponível no endereço a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=GoCDpbsgV8w>.

Introdução

O clipe da entrevista de Pedro Geiger a que você assistiu aborda, entre outros assuntos, a proposta de divisão regional por complexos econômicos e a formação do espaço geográfico a partir dos efeitos da industrialização, apresentada na segunda parte desta aula.

Geiger é considerado um dos principais pesquisadores da segunda geração do Conselho Nacional de Geografia do IBGE, onde ingressou em 1942. Inicialmente, trabalhou na área de Geografia física, mas, pouco a pouco, orientou suas pesquisas para os campos da urbanização e da industrialização, inaugurando uma nova linha de pesquisa, que se preocupou com as transformações econômico-sociais ocorridas nas áreas rurais periféricas aos grandes centros urbanos (IBGE, 2019).

Nesta aula vamos analisar e estudar o desenvolvimento de algumas das questões regionais, tais como o processo de regionalização e a importância desse processo para a elaboração de políticas públicas, além de entendermos as diferenças do Brasil perceptíveis nas diversas regionalizações do território nacional.

As regionalizações do Brasil

Por meio do conhecimento adquirido nas aulas anteriores, você já sabe que existem diferentes critérios que podem fundamentar a divisão do espaço geográfico, correto? A regionalização pode ser realizada de diferentes modos sobre um mesmo trecho do espaço geográfico. Ao longo desta aula, serão apresentadas as três divisões regionais mais conhecidas no campo da Geografia, para a compreensão na dinâmica nacional. Mas antes gostaríamos de levantar a seguinte questão: você sabe definir o que é região?

Região consiste em uma área que apresenta características em comum, ou seja, uma identidade. A região, além de marcar a identidade interna, aponta para uma diferenciação do que se encontra próximo, ou distante, de sua localidade; o que está dentro da região apresenta certa homogeneidade, ou seja, características que determinam sua identidade, já o que está fora dela se diferencia em suas características.

A principal divisão regional do Brasil é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No intuito de facilitar o processo de levantamento de dados sobre o território nacional, o IBGE auxiliou o Governo Federal nessa tarefa, dividindo o Brasil de acordo com a

diversidade ecológica e o desenvolvimento das atividades econômicas enraizadas culturalmente nos diversos cantos do país.

As *macrorregiões do governo*, conforme se denomina a regionalização realizada pelo IBGE, marcam a divisão político-administrativa do Brasil e apresentam cinco grandes regiões: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Cada região apresenta, assim, características comuns no tocante aos elementos da natureza e à introdução de atividades econômicas em seu território.

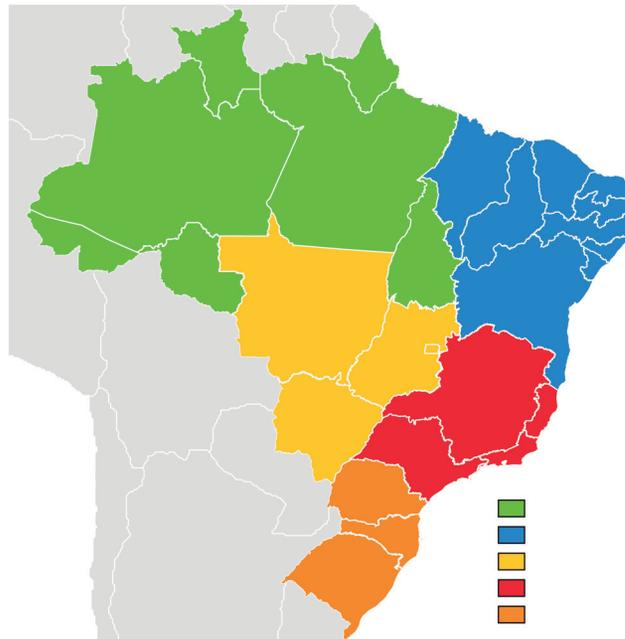


Figura 5.1: Mapa das macrorregiões do governo, divisão político-administrativa do Brasil.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%B5es_do_Brasil#/media/File:Brazil_Labelled_Map.svg

A Região Centro-Oeste do Brasil é composta por três estados (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), mais o Distrito Federal. É a segunda maior região do país, ocupando cerca de 18% de todo o território nacional. De acordo com dados do IBGE, a população absoluta da região gira em torno de 14.058.094 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 8,7 pessoas a cada quilômetro quadrado (IBGE, 2019).

A região Nordeste, formada por nove estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), apresenta grande extensão litorânea, o que potencializa a região do ponto de vista turístico. O Nordeste contém, de acordo com o IBGE,

cerca de 53.081.950 habitantes. Sua densidade demográfica é diversa, de acordo com as sub-regiões: quanto mais próximo ao litoral, ou seja, à Zona da Mata, maior a densidade demográfica, e quanto mais próximo ao Sertão e ao Meio Norte, menor é a densidade.

A região Norte é a maior do país e é composta pelos estados de Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Tocantins. Com 3.853.397,2 Km², o Norte corresponde aproximadamente a 42% do território nacional e possui uma população de 15,8 milhões de habitantes, apresentando baixa densidade demográfica.

Já a região Sudeste, formada por quatro estados (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo), se situa na parte mais elevada do Planalto Atlântico, em plena Serra do Mar. Com extensão de 924.511,3 Km², o Sudeste concentra a maior parte da população brasileira, com cerca de, segundo o IBGE, 80.364,410 habitantes, apresentando uma densidade demográfica expressiva: 87 habitantes por Km². Nesse sentido, além de ser a mais populosa (população absoluta), é a mais povoada (maior densidade demográfica).

Por fim, a região Sul do Brasil, formada pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande de Sul e Paraná, é a menor do país, com cerca de 576.409 Km² e aproximadamente 27,3 milhões de pessoas.

Outra divisão regional do Brasil é conhecida como *complexos geoeconômicos* ou *complexos econômicos regionais*. As regiões, nesse caso em particular, não respeitam os limites estaduais, fazendo com que seja uma divisão regional que impossibilita a coleta de dados sobre as dinâmicas que ocorrem no país, justificando o fato de esse tipo de divisão não ser adotado pelo governo federal.

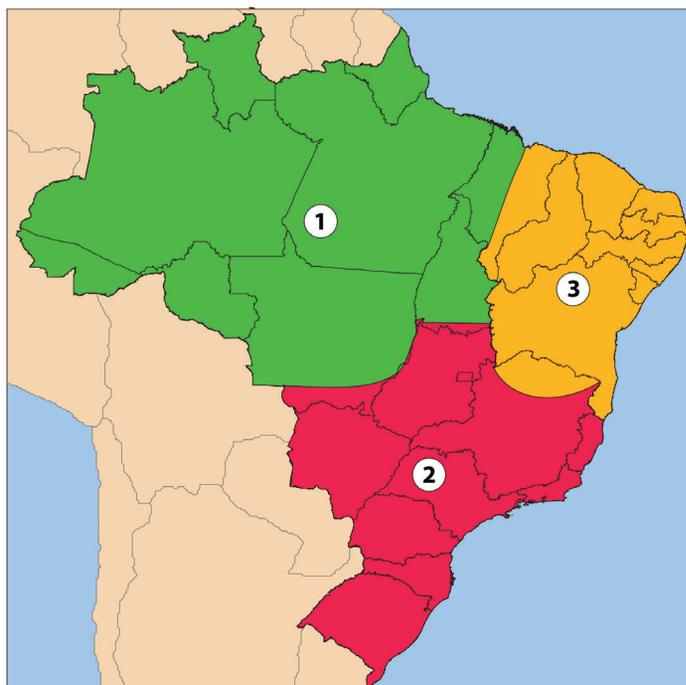


Figura 5.2: Mapa dos complexos econômicos regionais.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_geoecon%C3%B4mica_do_Brasil#/media/File:Brazil_Geoecons.svg

O critério adotado pela divisão regional proposta pelo professor Pedro Geiger é a história da formação do espaço geográfico, que foi apropriada diferenciadamente pelas atividades econômicas em nosso território, levando em conta, especialmente, os efeitos do processo de industrialização. O objetivo de Pedro Geiger é indicar como a história da formação do Brasil é diferenciada e aponta para três grandes regiões: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

A região geoeconômica da Amazônia, por coincidência, também é a maior das regiões do Brasil, se estendendo por aproximadamente 5 milhões de Km² e correspondendo a quase 60% do território nacional. Mesmo sendo a maior região, ela tem a menor concentração populacional, apresentando diversos “vazios demográficos”.

Economicamente, devemos apontar que o complexo amazônico se destaca pelo extrativismo em suas diferentes modalidades (animal, vegetal e mineral), valendo ressaltar a presença da Petrobras e da Zona Franca de Manaus, polo de maior produção de eletrônicos do país.

O complexo regional do Centro-Sul abrange o equivalente à região Sul e parte da região Sudeste da divisão do IBGE. Compreende aproxi-

madamente 2,2 milhões de Km² e é a região mais dinâmica do país do ponto de vista econômico, merecendo maior destaque as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (as duas primeiras por formarem o eixo de industrialização tradicional do país e Belo Horizonte por confluir boa parte da indústria de exploração de minerais).

É importante destacar que o Centro-Sul é o complexo econômico que recebe o maior número de migrantes de todos os cantos do país e onde está a maior concentração demográfica do Brasil: cerca de 70% de toda a população brasileira reside nessa região. Sua pauta econômica é diversificada, baseada na agricultura de exportação, no avanço do setor terciário e, principalmente, na indústria, sendo responsável pela maior parte da produção do PIB nacional.

Por fim, a região geoeconômica Nordeste, com área aproximada de 1,5 milhão de quilômetros, é a segunda do país em termos populacionais, envolvendo toda a macrorregião do Nordeste e trechos de Minas Gerais, onde se localiza o Vale do Jequitinhonha. Do ponto de vista histórico, o Nordeste é a região mais antiga do país, pois foi nela que se efetivou a ocupação dos portugueses em nosso território e onde se deu a implementação da primeira grande atividade econômica brasileira: as lavouras de cana-de-açúcar.

Mesmo sendo a região mais antiga, o Nordeste apresenta índices mais preocupantes em termos de mortalidade infantil, analfabetismo e subnutrição. Tal qual ocorre em todo o país, a população nordestina está mal distribuída pela região, já que cerca de 60% da população se concentra na faixa litorânea – Zona da Mata nordestina – e nos grandes centros urbanos. Conforme caminhamos em direção ao Sertão e ao Meio-Norte, observamos uma redução considerável dos níveis de densidade demográfica.



O governo adota a regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pelo fato de ela permitir entender o contexto dos diferentes cenários encontrados no Brasil.

Também é importante destacar que a regionalização do IBGE respeita os limites político-administrativos dos estados da federação, o que facilita o processo de coleta de dados da população em todo o território nacional.

A terceira e última divisão regional do Brasil sobre a qual nos debruçaremos nesta aula é conhecida como *os quatro Brasis*. Essa divisão busca indicar como se deu o desenvolvimento do espaço geográfico brasileiro por meio da organização do “meio-técnico-científico-informacional”, ou seja, como a disseminação das tecnologias vinculadas ao padrão informacional da 3ª Revolução Industrial no Brasil se dá de modo diferenciado. Nesse sentido, pode-se dizer que, em termos técnicos, haveria quatro grandes regiões, quatro “Brasis” diferentes (SANTOS, 2006).



Figura 5.3: Mapa dos quatro Brasis.

Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551>

A divisão nos quatro Brasis é baseada no fato de que a região Amazônica apresenta baixas taxas de densidades técnicas e demográficas; a região Nordeste apresenta agricultura pouco mecanizada se comparada ao Centro-Oeste do país; na região Concentrada estariam as maiores densidades de redes técnicas, de atividades econômicas, investimentos, produção e população, e, por sua vez, a região Centro-Oeste apresenta agricultura mecanizada, com alto índice de produtividade.



No intuito de compreender o atual contexto do espaço geográfico no pano de fundo da globalização, o professor Milton Santos buscou sistematizar uma espécie de história de como o homem de inter-relaciona com o meio em que vive.

Assim, por uma questão de sobrevivência e particularidade frente aos outros animais e espécies, o homem sempre utiliza, por meio da cultura, o meio em que vive. Isso se dá a partir da apropriação dos elementos disponíveis na natureza. Dessa forma, ao longo de sua história, ele tem inserido e imposto suas necessidades ao espaço e, para tal, faz uso de diferentes técnicas que são elaboradas e aperfeiçoadas de acordo com seu uso. Isso envolve o uso de diferentes formas e instrumentos para melhor produzir e transformar (de acordo com seus interesses) o espaço geográfico (SANTOS, 1997).

A utilização de técnicas é um ponto fundamental para entendermos como as transformações são impressas no espaço. Entender como tais técnicas se desenvolvem é essencial para compreendermos as estruturas espaciais existentes atualmente.

Com o objetivo de resumir a história do desenvolvimento das técnicas e como elas produzem diferenciadamente o espaço geográfico, Milton Santos propôs uma periodização em três grandes momentos: a primeira, a gradativa transformação pelas técnicas e atividades humanas, tem início no meio natural, que, conforme tais técnicas evoluíam, possibilitou ações humanas que geraram um meio técnico. Atualmente, de acordo com o professor, estaríamos no meio técnico-científico informacional, período em que o espaço geográfico se encontra imbuído de técnica, ciência e informação, tendo esta última peso maior em nosso cotidiano (SANTOS, 1997).

Resposta comentada

Os motivos que possibilitaram, e ainda possibilitam, a produção de um espaço nacional com grande diversidade de paisagens naturais e culturais nas mais diversas expressões são: a grande extensão territorial, uma vez que o Brasil apresenta dimensões continentais, e a apropriação diferenciada de nossas terras ao longo de seu processo histórico.

Em relação aos critérios das diferentes regionalizações indicadas no comando da atividade, podemos destacar:

- divisão político-administrativa: necessidade de agrupar, em uma mesma região, estados da federação que apresentam características próximas no tocante a aspectos físicos, humanos, culturais e econômicos;
- complexos geoeconômicos: critérios fundamentalmente socioeconômicos e políticos;
- quatro Brasis: a diferenciada inserção do Brasil nos processos da globalização contemporânea.

Os complexos geoeconômicos propostos por Pedro Geiger não respeitam os limites entre os estados da federação, fato que dificultaria a coleta de dados por parte do governo federal. Além disso, é importante destacar que a adoção da regionalização feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por se esforçar em agrupar características naturais, sociais e culturais próximas, facilita a eficácia das políticas públicas que podem ser traçadas a partir dos estudos das regiões do Brasil.

Resumo

A diversidade de elementos naturais e das diferentes inter-relações que ocorrem entre a população e o espaço, ao longo da história da organização do espaço geográfico brasileiro, possibilita uma gama diversa de divisões/ regionalizações.

Nesta aula entramos em contato, de modo geral, com três formas comuns de pensar e entender nosso território a partir de diferentes critérios. Nesse sentido, destacamos a divisão político-administrativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os complexos econômicos e regionais e a divisão do país em quatro *Brasis*.

Vimos que a principal divisão regional do Brasil, e também a mais clássica, é realizada pelo IBGE. Com o objetivo de possibilitar o processo de levantamento de informações sobre o território nacional, o Instituto auxiliou o governo federal nessa tarefa, dividindo o Brasil de acordo com a diversidade ecológica e o desenvolvimento das atividades econômicas enraizadas culturalmente nos diversos cantos do país.

A divisão do Brasil em complexos geoeconômicos ou complexos econômicos regionais, por sua vez, tem a particularidade de não respeitar limites estaduais, gerando uma divisão que impossibilita a coleta de informações. O critério-chave para a realização dessa divisão regional é a história da formação do espaço geográfico, que foi apropriada diferentemente pelas atividades econômicas em nosso território, levando em conta, especialmente, os efeitos do processo de industrialização. O objetivo geral dessa forma de regionalização é sublinhar como a história da formação do Brasil é diferenciada e aponta para três grandes regiões: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

Por fim, entramos em contato com a proposta de regionalização realizada pelos professores Milton Santos e Maria Laura Silveira, conhecida como *quatro Brasis*. Tal divisão tem como objetivo maior indicar os diferentes graus de desenvolvimento do espaço geográfico brasileiro, mostrando que a disseminação das tecnologias vinculadas ao padrão informacional da 3ª Revolução Industrial no Brasil se dá de modo diferenciado.

Informações sobre a próxima aula

A partir da próxima aula, trabalharemos, de modo mais aprofundado, as características que possibilitam a consolidação da regionalização elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Construiremos uma compreensão das diferentes macrorregiões de governo e, de forma mais específica, nossa próxima aula será reservada para estudarmos a região Sudeste e seus contrastes socioeconômicos.

Leituras recomendadas

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CORREA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Aula 6

A região Sudeste e seus contrastes
socioeconômicos

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Meta

Apresentar a produção da região Sudeste do Brasil e a condição da organização do espaço geográfico brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os condicionantes que ajudam a estabelecer o desenvolvimento de uma região;
2. relacionar argumentos acerca da produção e dos problemas socioespaciais de uma região.

Introdução

A região Sudeste, em seu recorte político-administrativo, é formada pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, e é marcada por fortes contradições socioespaciais.

É situada predominantemente sobre a Serra do Mar, em trecho do domínio morfoclimático Mares de Morro, e sua topografia é marcada pela presença de uma planície costeira espremida por um conjunto de serras, formando paisagens naturais típicas da Mata Atlântica.

Nesta aula, nos aprofundaremos em algumas das características que ajudam a ressaltar e compreender o processo de produção do espaço geográfico da região Sudeste.

A região Sudeste

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a região Sudeste concentra a maior parte da população brasileira, com expressiva densidade demográfica, e polariza boa parte dos eventos políticos e econômicos do país, por também apresentar forte concentração da renda nacional.



Figura 6.1: Região Sudeste.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Sudeste_do_Brasil#/media/File:Southeast_Region_in_Brazil.svg

A região Sudeste é a mais desenvolvida do território nacional, concentrando mais da metade do produto interno bruto brasileiro. De fato, o Rio de Janeiro, juntamente com Minas Gerais e São Paulo, lideram o PIB do país, fato que aponta para um PIB *per capita* maior em território nacional. Isso ressalta o fato de que o Sudeste se enquadra como principal polo econômico do país.

A região ainda apresenta maior concentração demográfica, registrando as maiores densidades demográficas do Brasil. Essa concentração requer um escoamento intenso de recursos para a satisfação das necessidades dos estados que fazem parte dela.

Quanto às características físicas, vale lembrar que a região Sudeste se situa entre os climas temperado e quente, com fortes variações entre tempos locais. Em algumas áreas há uma preponderância de vegetações mais rasteiras e pobres, porém, em outras, encontram-se coberturas típicas de florestas tropicais úmidas. Em linhas gerais, o Sudeste é um verdadeiro centro dispersor de águas, preferencialmente das chuvas convectivas que chegam diretamente do oceano Atlântico e ficam retidas na Serra do Mar.



Serra do Mar

Vista do mar, uma muralha verde nasce nas areias da costa e se agiganta, parecendo querer proteger o interior do Brasil. Sua origem remonta ao período Cretáceo, há 100 milhões de anos, quando do evento geológico que culminou na separação do supercontinente Gondwana, que agregava o que conhecemos por América do Sul, África, Antártida, Austrália e Índia.

Ao se separar do continente africano, a placa tectônica sul-americana entrou em choque com a placa de Nazca. O impacto acabou por formar a cadeia andina e erguer a placa sul-americana em sua porção leste, gerando a costa brasileira e iniciando a formação da Serra do Mar.

No final do período Cretáceo, após episódios de seca intensa, houve um longo período de estabilidade climática, permitindo que a vida terrestre se desenvolvesse e se adaptasse. Formaram-se grandes domínios naturais, com estrutura ecológica equilibrada.

As feições do relevo sofreram processos de subsidência e soerguimento, que contribuíram para que a Serra do Mar adquirisse as características de hoje (SÃO PAULO, 2019).

Um pouco de história

Um fato histórico que corroborou para o crescimento da importância da região Sudeste no cenário nacional foi a transferência da capital da então colônia portuguesa nas Américas de Salvador para o Rio de Janeiro, durante o auge da mineração. Logo depois, a chegada da família real portuguesa, em 1808, a solos brasileiros, mais precisamente ao Rio de Janeiro, elevou o papel hierárquico do país e gerou profundas alterações na organização social da região Sudeste.

Vale lembrar que a ocupação portuguesa e toda essa transformação citada até aqui se deu sobre uma ocupação pretérita. Povos indígenas pertencentes aos grupos *Macro-jê* e *Tupi* foram dizimados por meio de escravização e genocídios constantes devido a seus esforços de resistência.



Tronco linguístico é um conjunto de línguas que têm a mesma origem: uma língua mais antiga, que não é mais falada. Como essa língua de origem existiu há milhares de anos, as semelhanças entre as línguas que vieram dela são muito difíceis de ser percebidas.

Já uma família linguística é um conjunto de línguas que também possuem uma origem comum, mas que apresentam mais semelhanças entre si.

No Brasil, existem dois troncos de línguas indígenas: o Macro-Jê, com nove famílias, e o Tupi, com dez famílias. Há também vinte famílias que, por quase não apresentarem semelhança, não podem ser agrupadas em troncos linguísticos (TRONCOS..., 2019).

A Vila de São Paulo foi importante para o processo de desbravamento dos sertões brasileiros a partir das expedições dos bandeirantes. A gradual descoberta de metais preciosos possibilitou a interiorização da ocupação não só da região Sudeste, notadamente Minas Gerais, mas também em direção ao Centro-Oeste brasileiro.

O povoamento do interior, juntamente com a concentração demográfica nos dois principais centros político-econômicos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, intensificou as atividades comerciais, que, aos poucos, fomentaram a maior concentração de riqueza nacional.

As fazendas monocultoras de cana-de-açúcar geraram, além de fortes impactos ambientais, o acúmulo de riqueza. Esse lucro se intensificou com as lavouras de café, que se iniciaram no Rio de Janeiro e avançaram para o Vale do Paraíba até o estado de São Paulo.

O processo de povoamento ganhou maior peso com a chegada dos imigrantes para o trabalho nas lavouras de café, o que, posteriormente, deu base laboral para o sucesso da industrialização na região Sudeste. O desenvolvimento da implementação de eixos ferroviários, prática abandonada por Juscelino Kubitschek, e o próprio modelo rodoviário da década de 1950, possibilitaram a integração territorial da região.

Podemos concluir que as maiores concentrações demográficas do país se devem aos períodos de concentração de atividades econômicas e riquezas. A cana-de-açúcar, o café e a mineração são atividades que tradicionalmente dinamizam o espaço e atraem contingentes populacionais significativos. Porém, as indústrias representam o mais forte fator de atração populacional até hoje, mesmo com menor intensidade, pelo fato de serem cada vez mais mecanizadas/ automatizadas.

Poderio econômico do Sudeste

A economia da região Sudeste é diversificada, por conta das diferentes atividades nela inseridas ao longo da história da organização do espaço nacional. Comparando com o restante do país, é também a mais importante, o que se corrobora pelo fato de a região hospedar as sedes de empresas nacionais, de multi/ transnacionais, bem como de bancos e firmas financeiras.

Além de se destacar no cenário nacional como a região com maior concentração de atividades industriais (cerca de 70% de toda a produção industrial do Brasil), o Sudeste também apresenta um setor agrícola bem desenvolvido.

Na indústria, destacam-se os seguintes ramos:

- naval;
- petrolífero;
- automobilístico;
- petroquímico;
- celulose;
- alimentos.

São Paulo ganha espaço por seu notável crescimento econômico e financeiro, não só no contexto nacional, mas também na América Latina. O desenvolvimento industrial, acompanhado, posteriormente, do espraiamento desse setor produtivo pelo interior do estado (devido ao crescimento das deseconomias de aglomeração e da *guerra fiscal*), fez com que São Paulo apresentasse uma forte concentração das riquezas do país.



Guerra fiscal

Podemos compreender a guerra fiscal como um conjunto de práticas competitivas entre cidades e estados de uma mesma federação em busca de novos investimentos empresariais. Essas práticas vão desde a isenção de impostos até o fornecimento de infraestrutura para a instalação dessas novas empresas. No vídeo a seguir, é possível compreender de forma mais aprofundada essa prática: <https://www.youtube.com/watch?v=fRaortS6Vcc>

O Sudeste exerce uma forte polarização das atenções de todo o Brasil, como nenhuma outra região do território nacional; parte expressiva da população, dos bens e mercadorias, informações e serviços se conectam a essa região.

Tal fato acarreta uma condição de superpovoamento local, com altas taxas de densidade demográfica e altas taxas de população absoluta (92,73 habitantes/km² e 85,7 milhões de habitantes respectivamente, segundo estimativas do IBGE em 2015).

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Analise atentamente o infográfico com dados sobre a região Sudeste (2010) e, em seguida, observe a notícia do portal G1 que evidencia dados de 2016. Pesquise (na internet ou em outros veículos) e comente uma notícia que retrate um dos condicionantes do desenvolvimento da região Sudeste.



Figura 6.2: Infográfico da região Sudeste.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/06/84362-raio-x-da-regiao-sudeste.shtml>

SP e RJ concentraram 42,7% do PIB do Brasil em 2016, aponta IBGE

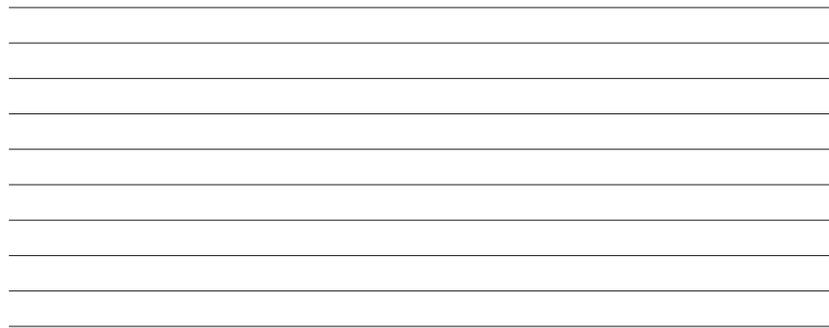
São Paulo ganhou participação pelo 2º ano consecutivo; já o Rio de Janeiro perdeu pelo 4º ano seguido. Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina foram os que mais ganharam peso nos últimos anos.

Por Darlan Alvarenga, G1

16/11/2018 10h29 - Atualizado há 7 meses



Figura 6.3: Notícia sobre o PIB dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.
Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/16/sp-e-rj-concentraram-427-do-pib-do-brasil-em-2016-aponta-ibge.ghtml>



Resposta comentada



Municípios produtores de petróleo lideram ranking de PIB per capita

Com pouca população e grandes empreendimentos, os municípios produtores de petróleo dominaram o ranking das cidades com maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita do país em 201...

Figura 6.4: Notícia de jornal sobre a produção de petróleo e o PIB nacional.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1720481-municipios-produtores-de-petroleo-lideram-ranking-de-pib-per-capita.shtml>

A notícia da **Figura 6.4** apresenta uma lista dos dez maiores PIBs *per capita* do país em 2013, segundo o IBGE. Apesar da predominância das pequenas cidades na lista, são as grandes cidades as responsáveis pela maior fatia da economia brasileira, estando a maior concentração delas na região Sudeste. Essa região é de suma importância dentro da dinâmica nacional, na medida em que polariza boa parte das atenções dos fenômenos geográficos do Brasil. Ao atrair as atenções, especialmente em termos de investimento e demografia, o Sudeste pode ser considerado a região de maior importância para o país.

Devemos destacar a relevância econômica, principalmente no tocante ao setor industrial, em que diversos ramos se desenvolveram em boa parte do estado de São Paulo.

Na região Sudeste estão concentradas, ainda, as maiores redes de infraestrutura informacional, com sedes de bancos e firmas financeiras internacionais, bem como as maiores taxas populacionais do país.

Conclusão

Considerando o critério de regionalização adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, podemos indicar que a região Sudeste representa um trecho do espaço geográfico brasileiro onde os estados territoriais que o compõem têm características em comum. O critério de regionalização aponta para o condicionamento da paisagem natural típica do Mares de Morro, domínio morfoclimático predominante no Sudeste do Brasil.

Do ponto de vista econômico, o Sudeste apresenta centralidade nacional, sendo o centro econômico e financeiro do país. Diversas empresas, indústrias e firmas sediam seus empreendimentos na região, particularmente em São Paulo.

Por fim, o Sudeste apresenta um peso demográfico expressivo, fato que se desdobra em problemas de ordem socioespacial, como o inchaço urbano, ainda mais quando verificamos que a região foi alvo de diversos movimentos migratórios ao longo da história da organização do espaço geográfico nacional.

ouro nos sertões brasileiros e do alcance da cidade do Rio de Janeiro que se iniciou toda a concentração das atenções nacionais.

De fato, o Sudeste brasileiro concentra a maior parte da população, já que o processo de industrialização nacional tomado a cabo a partir de 1930 exerceu forte fator de atração demográfica de várias partes do país, especialmente do Nordeste. Tal concentração nos leva a pensar em problemas derivados do inchaço urbano, como trânsito e serviços públicos abarrotados, e da macrocefalia urbana (deterioração de bens, equipamentos e serviços urbanos).

Resumo

O Sudeste é considerado a região com maior nível de desenvolvimento de todo o território nacional, concentrando mais da metade do produto interno bruto brasileiro. De fato, Rio de Janeiro, juntamente com Minas Gerais e São Paulo, lideram o PIB do país, fato que aponta para um PIB *per capita* maior em território nacional. Isso ressalta o fato de que o Sudeste se enquadra como o polo econômico do país.

O Sudeste apresenta, também, a maior concentração populacional do Brasil, com as maiores densidades demográficas. Essa concentração requer um escoamento intenso de recursos e, até mesmo, de parte da produção nacional para a satisfação das necessidades dos estados que fazem parte da região.

Do ponto das características físicas, vale lembrar que o Sudeste se situa entre os climas temperado e quente, com fortes variações entre tempos locais. Em algumas áreas há uma preponderância de vegetações mais rasteiras e pobres, porém, em outras, encontram-se coberturas típicas de florestas tropicais úmidas.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula conversaremos sobre as regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil, pelo critério de regionalização do IBGE, ou seja, ressaltando características de suas paisagens naturais, assim como características do desenvolvimento econômico das regiões.

Leituras recomendadas

CALCIOLARI, Ricardo Pires. Aspectos jurídicos da guerra fiscal no Brasil. *Caderno de Finanças Públicas*, Brasília, n. 7, p. 5-29, dez. 2006.

Referências

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Parque Estadual Serra do Mar*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: <http://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pesm/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

TRONCOS e famílias linguísticas. *Mirim: povos indígenas no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://mirim.org/linguas-indigenas/troncos-familias>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Aula 7

Centro-Oeste e Sul: impulso da modernização da agricultura

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Meta

Analisar a produção das regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil no contexto da organização do espaço geográfico brasileiro por meio de dinâmicas espaciais fortemente presentes nessas regiões.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. dissertar sobre como a fronteira agrícola implica a manutenção do modelo primário-exportador brasileiro e quais os seus impactos socioambientais;
2. compreender o significado do agronegócio;
3. articular a noção de fronteira agrícola com o processo de devastação de diferentes biomas;
4. refletir acerca do avanço da modernização da agricultura e seus impactos socioambientais no Brasil.

Introdução

O Centro-Oeste brasileiro foi ocupado por indígenas até o século XVIII. A partir de então, sofreu a ocupação de portugueses, em razão do desenvolvimento da pecuária e da exploração das jazidas de ouro descobertas nos estados do Mato Grosso e Goiás. A região apresenta algumas dinâmicas espaciais importantes para ser apreendidas, pois retratam a manutenção do modelo político-econômico brasileiro, que é o agrário-exportador (ou primário-exportador).

A região Sul, por sua vez, também é marcada por dinâmicas que ajudam a manter o modelo político-econômico do país e, mesmo sendo a menos extensa, sua participação no avanço da fronteira agrícola em décadas passadas aponta para uma transformação territorial profunda e atrelada à monocultura e à pecuária.

A fronteira agrícola

Fronteira agrícola é um termo utilizado na Geografia com o intuito de definir a área do território nacional que vivencia, há anos, o avanço das práticas agropastoris e, conseqüentemente, herda devastações das dinâmicas naturais mais intensas. Assim, ela representa uma área do país em que ambientes naturais vêm sendo alterados em expansão por atividades agropecuárias, fato que também culmina na transformação das propriedades rurais (gerando, especialmente, a concentração de terras) e das relações de trabalho existentes (como a mudança do trabalho familiar para o trabalho assalariado em monoculturas, além da consolidação do desemprego estrutural no campo).

Arco do desmatamento: frente de expansão da fronteira agrícola



Figura 7.1: O arco do desmatamento.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/para-the-economist-codigo-florestal-cede-ao-lobby-agricola-3371492>

Podemos dizer, de um modo geral, que a área mais ou menos delimitada da fronteira agrícola, que ocupa parte das regiões Nordeste (em menor grau) e Centro-Oeste, apresenta os mais altos registros de casos de desmatamento ilegal (incluindo o uso dos chamados *correntões*) e de demarcação de terras nas chamadas *terras devolutas*. Geralmente, é nessa zona que são registrados muitos desses casos de desmatamento, além de conflitos que envolvem a posse e o uso das terras devolutas. A expulsão de pequenos proprietários, que, muitas vezes, não conseguem competir com os grandes produtores e acabam se endividando, também é verificada em áreas tradicionais de moradia de índios e comunidades tradicionais.



No Youtube, estão disponíveis vários vídeos que mostram os correntões. Veja um exemplo: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=FGtRpPWYVvM>

Sugerimos uma pesquisa para que você tenha noção do ritmo de desmatamento de diversas áreas de vegetações nativas.



Sobre as terras devolutas, podemos ler as seguintes informações:

São devolutas, na faixa da fronteira, nos Territórios Federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado (BRASIL, 1946).

Art. 20. São bens da União: [...] II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei (BRASIL, 1988).

A frente de expansão da agropecuária moderna é reflexo imediato de uma pressão por maior produtividade no campo, vinculada a demandas internacionais de importação de alimentos. Deve-se destacar que a consolidação da fronteira agrícola, assim com sua frente de expansão, se dá pela falta de políticas públicas e fiscalização mais eficientes, já que muitas das terras inseridas na fronteira agrícola são adquiridas de forma ilegal.

Em sentido mais amplo, a fronteira agrícola existe em nosso território há bastante tempo e já esteve presente em várias regiões do país. Porém, ao longo da história da organização de nosso espaço geográfico, essa localização vem se expandindo e ganhando novas características de acordo com mudanças políticas e econômicas.

Se, no início, no período colonial, a fronteira agrícola estava localizada ao longo do litoral, onde eram introduzidas as monoculturas pelos portugueses e a Mata Atlântica começou a ser fortemente alterada, nos dias de hoje pensamos nela em outra localização.

Os motivos que levaram ao avanço da fronteira agrícola em direção ao interior do país, sendo introduzida no Cerrado, em trechos da Caa-tinga e ameaçando, agora, a Floresta Amazônica, são:

- grande extensão territorial dessas áreas;
- uma criada noção de “vocação natural”, herdada do modelo primário-exportador colocado   forçá nessas terras pelos portugueses;
- aumento da demanda por alimentos, tanto no mercado interno quanto no externo;
- avanço tecnológico e modernização agropecuária; “correção” de solos, seleção de sementes, introdução de máquinas e equipamentos modernos, além de agroquímicos e, mais recentemente, sementes transg nicas.

Vale destacar também a criação de políticas públicas que auxiliaram na exploração do Cerrado, especialmente a partir de década de 1970, via políticas governamentais de incentivo à ocupação produtiva.

Agronegócio

Cada vez mais conhecido como *agrobusiness*, o agronegócio é um conceito empregado no intuito de sintetizar o contexto socioespacial da agropecuária e sua distribuição no espaço. Tal contexto inclui todas as formas de serviç os prestados   produção do setor, as técnicas empregadas e disponíveis pela modernização da agricultura e os equipamentos necessários para produção e circulação. Sem contar as estratégias de *marketing* que observamos inclusive em nosso cotidiano em propaganda televisivas.



Veja um exemplo de estratégia de marketing do agronegócio, veiculado pela maior emissora de TV do Brasil: <https://www.youtube.com/watch?v=9z3Nnzi038>

Para mais informações sobre o assunto, leia a obra *Marketing e estratégia em agronegócio e alimentos*, de Marcos Fava Neves e Luciano Thomé e Castro.

O agronegócio se refere ao desenvolvimento de um setor que abranja uma cadeia de atividades formada pela agropecuária em si (culturas das mais diversas, como soja, trigo, café, além da criação de animais para diversos fins), por um conjunto de indústrias que produzem o chamado pacote tecnológico (máquinas e equipamentos, incluindo aviões, sementes selecionadas, fertilizantes e agroquímicos diversos) e por outro conjunto de indústrias, que beneficiam os produtos do campo (produção de óleos, diferentes tipos de cafés, cigarros etc.). Não podemos deixar de citar o setor financeiro, que investe fortemente no avanço da produtividade nacional e capitaliza tanto na produção do campo em si quanto no desenvolvimento de insumos tecnológicos cada vez mais avançados.

Enfim, diferentemente do que muitos pensam, o agronegócio não está somente relacionado ao campo; ele apresenta, também, uma especialização no meio urbano, sendo, em sentido mais amplo, como um meio de promoção da subordinação das atividades rurais à dinâmica das cidades. Isso ocorre devido ao fato de que, quanto mais o *agrobusiness* ganha avanços na área tecnológica, mais ele se torna dependente de atuações industriais e produtivas advindas das cidades.

Desmatamento de biomas para o avanço da fronteira agrícola

Mesmo com a dinamização do modelo político-econômico brasileiro, que o tornou mais plural que em décadas passadas, o setor primário da economia ainda é chave para o país. Boa parcela do PIB nacional (cerca de 21%) provém desse setor, que apresenta

•

franca expansão; são cerca de 53% de crescimento da área cultivada nos últimos quarenta anos.

Devemos pontuar que esses números de crescimento e de composição econômica do país são prósperos, indicando que o setor realmente está sendo impulsionado de modo significativo. Porém, a partir de um prisma ambiental, os números são preocupantes.

A superexploração dos solos visando aumentos imediatos de lucro despreza legislações ambientais e causa impactos dos mais diversos no meio ambiente, sem preocupação com as possíveis consequências presentes e futuras dessas ações.

Dentre os problemas gerados pela expansão do agronegócio, destacam-se:

- desmatamento: É o efeito alterador do espaço geográfico mais comum da atividade agropecuária no país. Desde a colonização, boa parte da vegetação nativa do litoral foi devastada para fornecer espaço para áreas de cultivo e pastagem. O Cerrado e a Mata Atlântica já foram introduzidos na lista de biomas com alta biodiversidade que estão ameaçados de extinção devido ao crescente desmatamento.
- redução da biodiversidade e ameaça de extinção: O desmatamento extingue diversas espécies da fauna e flora, pois elas não são capazes de garantir sua sobrevivência nas reservas de área limitada que restam de seu ecossistema.
- erosão, perda e degradação dos solos: A agricultura extensiva tem causado a degradação do solo, fazendo com que, ao longo do tempo, ele acabe se tornando improdutivo. Técnicas de cultivo inapropriadas (como a não rotatividade de culturas) e o uso intensivo de máquinas agrícolas podem provocar esgotamento dos nutrientes, erosão, desertificação e compactação do solo. Com a pecuária, o pisoteio animal também compacta o solo e contribui com os processos erosivos. Em outras palavras, não são gerados somente problemas para o meio ambiente, mas também problemas econômicos para aqueles que o degradam.
- contaminação de solos e recursos hídricos: Agrotóxicos e fertilizantes, utilizados indiscriminadamente, contaminam o ar, o solo e a água. Ao serem lançados nas plantações, espalham-se pelo ar e infiltram-se no solo, podendo atingir o lençol freático ou ser levados pela água da chuva para os mananciais.

- redução dos mananciais hídricos: Grande quantidade das águas de mananciais e reservatórios subterrâneos é utilizada durante os estágios do processo produtivo das atividades envolvidas com o espaço agrário. A progressiva retirada de água da natureza por essas atividades pode acarretar a diminuição do volume ou até mesmo o esgotamento de rios e lençóis freáticos.
- concentração de resíduos: A quantidade de resíduos produzidos no decorrer da produção agropecuária no Brasil é crescente. Logo, problemas no descarte desses materiais são comuns e, como resultado, geram a contaminação ambiental. Para evitar essa contaminação, os resíduos gerados, como embalagens de agrotóxicos e fezes animais, devem ter um destino especial.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Desenvolva um pequeno texto de, no máximo, dez linhas, apontando como a fronteira agrícola implica a manutenção do modelo primário-exportador brasileiro e ponderando alguns de seus impactos socioambientais.

Resposta comentada

Esperamos que o desenvolvimento de sua resposta passe pelos seguintes pontos:

- fronteira agrícola como delimitação de uma área do agronegócio brasileiro;
- monocultura e pecuária como meios de alteração da diversidade natural do país;
- transformações no mundo do trabalho e deslocamento de sociedades tradicionais (ribeirinhos e indígenas, por exemplo).

O complexo agroindustrial no Brasil

CAIs

Modelo de organização agropecuária que constitui um importante campo da economia, envolvendo uma intensa interação em rede entre os setores primário (agropecuária), secundário (indústrias de tecnologias e de transformação das matérias-primas) e terciário (transporte e comercialização dos produtos advindos do campo).

Comumente apontamos a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) no país a partir dos anos de 1960/70, porém o que pouco levamos em consideração é que essa forma de organização da produção agropecuária tem raízes no século passado. A adoção do modelo agrário-exportador apontou para uma transformação paulatina na forma de produzir e beneficiar mercadorias do setor agropecuário.

As modificações relacionadas às inovações do campo ocorreram sob a lógica, os objetivos e as estratégias dos grandes investimentos feitos, em princípio, com o capital comercial, num segundo momento com o capital industrial e, por fim, com o capital financeiro. Existe uma parte dos setores agrícolas básicos que é ligada ao mercado internacional, especialmente soja, trigo, café, cana de açúcar e algodão, produtos que constantemente são alvos mais suscetíveis na adoção de inovações, tanto em nível técnico como nas relações de trabalho. José Graziano da Silva (1982), Angela Kageyama (*et al.*, 1987) e George Martine (1991), entre outros tantos pesquisadores, nos ajudam a compreender o desenvolvimento dos CAIs por meio de uma periodização histórica da passagem do denominado *complexo agrário* ao *complexo agroindustrial*. Tais autores pontuam que, nesse processo de produção e circulação, estão envolvidas a substituição da economia “natural” e das relações de trabalho familiar camponesas por atividades agrícolas assalariadas e integradas à moderna industrialização; a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais; a especialização da agricultura e a substituição das importações pelo mercado interno.

Atividade 2

Atende aos objetivos 2 e 3

Com base no que você estudou até agora, responda:

1. O que é complexo agroindustrial?
2. Quais são as principais modalidades de investimento que envolvem o CAI?

3. Pondere sobre a seguinte afirmação: o CAI representa uma forma de organização em rede do agronegócio brasileiro.

Resposta comentada

1. Complexo industrial é um modo de organização da produção agropecuária que envolve diversos setores da economia no intuito de facilitar e aumentar a produtividade, além de diversificar a produção do setor.
2. O CAI está ligado aos capitais industrial, financeiro e agropecuário.
3. Os CAIs representam uma forma de organização da produção agropecuária em rede, uma vez que articulam diferentes pontos do território nacional. As monoculturas de exportação e a criação de animais com o mesmo fim estão articuladas aos investimentos bancários e aos insumos tecnológicos modernos produzidos, muitas das vezes, nos centros urbanos.



Conclusão

De tudo o que foi apresentado ao longo desta aula, o que mais chama atenção é o fato de que, nos últimos anos, tem sido crescente o incentivo governamental (via financiamento bancário, isenção e renúncia de impostos, por exemplo) aos grandes empresários do agronegócio. Contudo, é mister sublinhar que também observamos o incentivo a práticas agrárias mais conscientes, possibilitando que haja um desenvolvimento sustentável do agronegócio no Brasil.

A adoção de práticas mais sustentáveis do ponto de vista socioambiental não só favorece o meio ambiente, mas também

aumenta a produtividade das empresas e diminui os gastos futuros. Por exemplo, se a população acessasse de forma mais democrática alimentos de melhor qualidade, teríamos uma redução de custos na área da medicina. Porém, a regra no campo ainda é o desrespeito com as leis ambientais, uma vez que, como a fiscalização ainda é ineficiente, raramente se pune algum tipo de crime ambiental no país. Na maioria dos casos em que isso acontece, as punições são relativamente brandas e as medidas de reparação exigidas não são postas em prática ou não conseguem recuperar a área degradada.

=====**Atividade final**=====

Atende ao objetivo 4

Assista aos documentários *Veneno está na mesa* e *Veneno está na mesa II*, e produza um texto com uma reflexão acerca do avanço da modernização da agricultura e seus impactos socioambientais no Brasil.

Acesse:

Veneno está na mesa:

<https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>

Veneno está na mesa II:

<https://www.youtube.com/watch?v=fyvoKljtvG4>

Resposta comentada

Esperamos que seu texto produza uma reflexão que caminhe pelos seguintes pontos:

- modernização da agricultura gerando dependência com o chamado pacote tecnológico;
- agroquímicos e seus impactos na natureza (poluição do ar, contaminação de solos, lençóis freáticos e outros recursos hídricos) e nos trabalhadores (contaminação por elementos tóxicos proibidos até mesmo pela Anvisa);

- o desafio de enfrentar todo um sistema financeiro articulado com grandes empresas ao buscar alternativas à chamada agropecuária moderna.

Resumo

As regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil têm dinâmicas espaciais que evidenciam o modelo político-econômico agrário-exportador nacional. Logo, é nessas duas regiões que encontramos a expansão da fronteira agrícola, ou seja, uma área mais ou menos definida onde há o avanço da produção agropecuária sobre o meio natural e que já se apresentou em outras regiões do território nacional.

Os avanços da agricultura sobre os espaços rurais acontece, geralmente, pela expansão do agronegócio. É comum também que, nesses trechos, haja disputas pelo uso e posse da terra, envolvendo posseiros e grileiros.

Além dos conflitos territoriais, o agronegócio acarreta diversos impactos ambientais causados pela superexploração do meio ambiente. Na busca imediata pelo progresso e pelo lucro, empresas desrespeitam as leis ambientais e exploram os recursos naturais, desconsiderando as consequências desse uso desenfreado. Desmatamento, perda da biodiversidade, degradação do solo, esgotamento dos mananciais, contaminação do solo, ar e água e geração de resíduos são alguns dos impactos causados pela exploração dos recursos ambientais no espaço agrário.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, tentaremos compreender algumas das dinâmicas que ocorrem na Floresta Amazônica. Trata-se de dinâmicas típicas da floresta, ligadas ao bioma e a seus diferentes estratos florestais, mas também das dinâmicas de sua ocupação e exploração, impactos e a geopolítica que cerca a região em questão.

Nesse sentido, esperamos que, a partir da próxima aula, você já tenha em mente as diversas regionalizações nesse trecho do país: região Norte, Floresta Amazônica e Amazônia Legal.

Leitura recomendada

CALADO, Antônio André Cunha. *Agronegócio*. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa P. (Org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Artigo 20. In: *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 12.500, 6 set. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

KAGEYAMA, Angela *et al.* *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. São Paulo: Unicamp, 1987.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Aula 8

Região Norte do Brasil: Amazônia como reserva de valor?

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Metas

Apresentar determinadas noções importantes sobre conteúdos e temas que cercam a Região Norte do país, bem como fundamentar a necessidade de proteção e preservação ambiental.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. diferenciar os diferentes estratos florestais da Floresta Amazônica;
2. compreender os riscos do avanço do *agrobusiness* em direção ao Norte do Brasil;
3. diferenciar as seguintes regiões: Região Norte, Amazônia e Amazônia Legal.

Introdução



Figura 8.1

Fonte: WORLD ATLAS, 2003.

O contexto ambiental da Floresta Amazônica

As diferentes Amazônias

Em um primeiro olhar, é comum termos a sensação de que a Floresta Amazônica representa uma grande massa verde e homogênea. Porém, poucas vezes damos a atenção devida à heterogeneidade que essa floresta apresenta.

O bioma Amazônia é considerado o mais rico do mundo, com a maior biodiversidade. Nele vivem milhares de espécies animais e vegetais, muitas ainda não conhecidas nem catalogadas pelo homem. A Floresta Amazônica se caracteriza, de uma forma geral, por ser uma floresta densa, heterogênea e perene; densa devido à alta concentração dos diferentes elementos que compõem esse espaço, heterogênea por sua biodiversidade e perene devido ao fato de não apresentar redução drástica ou desaparecimento em qualquer época ou estação do ano.



O termo *biodiversidade* – ou diversidade biológica – descreve a riqueza e a variedade do mundo natural. As plantas, os animais e os microrganismos fornecem alimentos, remédios e boa parte da matéria-prima industrial consumida pelo ser humano.

Para entender o que é a biodiversidade, devemos considerar o termo em dois níveis diferentes: todas as formas de vida, assim como os genes contidos em cada indivíduo, e as inter-relações, ou ecossistemas, onde a existência de uma espécie afeta diretamente muitas outras.

A diversidade biológica está presente em todo lugar: no meio dos desertos, nas tundras congeladas ou nas fontes de água sulfurosas.

A diversidade genética possibilitou a adaptação da vida nos mais diversos pontos do planeta. As plantas, por exemplo, estão na base dos ecossistemas.

Como elas florescem com mais intensidade nas áreas úmidas e quentes, a maior diversidade é detectada nos trópicos, como é o caso da Amazônia e sua excepcional vegetação (WWF, 20--).

Estratos florestais da Amazônia

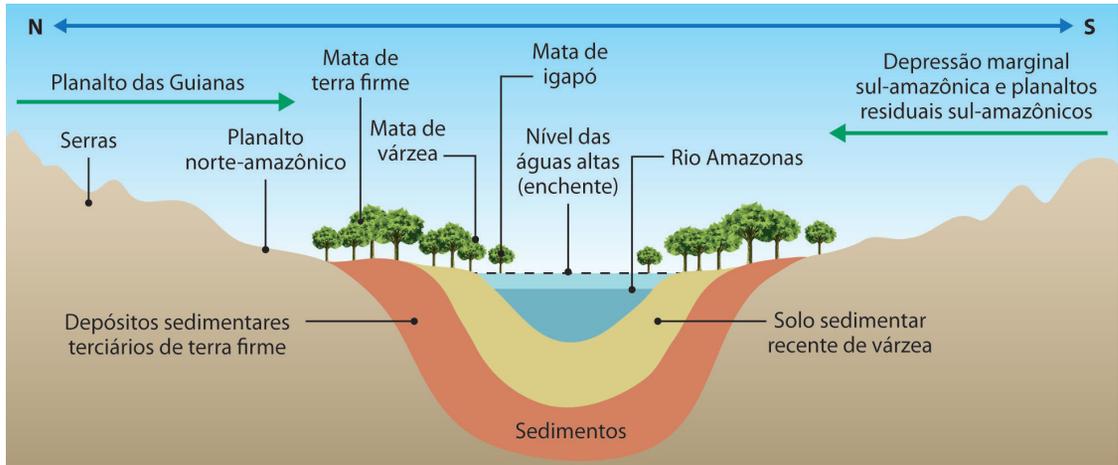


Figura 8.2: Perfil esquemático do relevo da Bacia Amazônica e disposição representativa da vegetação.

Fonte: <http://marcosbau.com.br/wp-content/uploads/2010/05/degraus-amazonia1.png>

A heterogeneidade da Floresta Amazônica passa por seu grau de proximidade em relação à biodiversidade dos rios. Nesse sentido, temos diferentes estratos florestais, que nos auxiliam na compreensão das diferentes dinâmicas ecossistêmicas, conforme veremos a seguir.

Mata de Igapó



Figura 8.3

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mata_de_igap%C3%B3#/media/File:Amazonas1.jpg

A Mata de Igapó corresponde ao trecho da floresta em que as matas estão presentes ao longo dos rios. Esses trechos ficam inundados durante o ano todo pelas constantes chuvas e pela formação dos rios que correm dos Andes até nosso território. Sua vegetação é composta, principalmente, por plantas de pequeno porte, e a Mata apresenta elevada adaptação a esse meio de grande umidade. As espécies vegetais mais comuns na região são: bromélias, vitórias-régias, mucuris e orquídeas.

Mata de Várzea



Figura 8.4

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Floresta_de_v%C3%A1rzea#/media/File:Amazon_river.JPG

A Mata de Várzea abrange trechos da floresta também situados próximo aos rios, mas, diferentemente da Mata de Igapó, são trechos que estão alagados em grande parte do ano. Apresentam árvores de médio e grande porte, como as seringueiras.

Mata de Terra Firme



Figura 8.5

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/edgrandisoli/4146636117>

Trata-se de uma mata presente em áreas próximas aos rios, mas onde não se verificam inundações. A Mata de Terra Firme está localizada em áreas de solos sedimentares, contendo as árvores de maior porte da Amazônia (entre 30 e 50 metros de altura). Nesse estrato florestal é registrado o maior número de atividades e projetos de extrativismo.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Produza uma tabela sistematizando os seguintes dados:

- estratos florestais da Amazônia;
- características de cada estrato florestal.

Resposta comentada

Estrato florestal	Principais características
Mata de Várzea	Tipo de mata encontrado próximo aos rios, em áreas onde as chuvas ocorrem em grande parte do ano, mas não durante o ano inteiro.
Mata de Igapó	Matas que estão presentes ao longo dos rios e são inundadas durante o ano todo pelas constantes chuvas.
Mata de Terra Firme	Mata presente em áreas próximas aos rios, porém sem ocorrência de inundações.

Características edáficas da Amazônia

Se estamos tratando da Floresta Amazônica, é bom termos em mente como são as condições dos solos desse ambiente.

O solo representa um componente ambiental fundamental para compreendermos boa parte da dinâmica dos ecossistemas que fazem parte de qualquer ambiente. Os solos variam em suas propriedades físicas, químicas e biológicas, que, combinadas, definem os padrões ecológicos da cobertura de cada superfície. Assim, eles ajudam a definir o padrão de dinâmicas ecológicas e também de ocupação e exploração, sendo um recurso importante para a produção agropecuária, a formação de núcleos humanos, entre outras atividades.

Existem vários programas governamentais, e também da iniciativa privada, que visam à ocupação e à exploração dos recursos amazônicos, porém os estudos sobre as condições dos solos e de sua capacidade produtiva pouco são levados em consideração.

A importância dos estudos sobre os solos da Amazônia se justifica por uma série de motivos, dentre os quais:

1. fornecimento de informações detalhadas, essenciais e relevantes aos planos que buscam o desenvolvimento, pois a qualidade do solo é obviamente um parâmetro básico na orientação e planejamento do potencial de produção e sustentabilidade de qualquer área;
2. fundamentação, em diferentes dimensões, para o planejamento do uso sustentável, evitando maiores impactos negativos e apontando

para uma maior produção de alimentos e produtos para os mercados interno e externo;

3. influência na determinação da área que corresponde ao **ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO (ZEE)** no território amazônico, instrumento legal e importante, uma vez que procura promover a racionalização da ocupação dos espaços e o redirecionamento de atividades na Amazônia, determinando a aptidão dos locais a serem explorados.

Processo de ocupação

Sobre o processo de ocupação da região Norte e, conseqüentemente, da Amazônia, pedimos licença para uma grande citação de um texto importante de Bertha Becker:

Ao domínio do modelo de ocupação baseado na visão externa e nas relações com a metrópole e o mercado internacional, correspondeu o modelo de redes ao nível da geometria territorial. Redes de circulação e de telecomunicação, por onde passaram a se mobilizar os novos fluxos de mão de obra, capital e informação. Foi a implantação concreta das rodovias que alterou profundamente o padrão da circulação e do povoamento regional. As conexões fluviais perpendiculares à calha do Rio Amazonas, foram, em grande parte, substituídas por conexões transversais das estradas que cortaram os vales dos grandes afluentes e a floresta. As distâncias e o tempo de conexões se reduziram de meses para horas. Mas a violência dessa ocupação acelerada resultou em duas concentrações em termos de áreas: a) o conhecido ciclo de desmatamento/ exploração da madeira/ pecuária associado a intensos conflitos sociais e ambientais, calculando-se o alcance do desmatamento até cerca de 50 km a cada lado das rodovias (ALVES, 1999); b) as concentrações representadas pelos projetos de colonização. Marcados pela instabilidade, alto grau de evasão – gerando grande mobilidade intrarregional da população – e fraco desempenho econômico, ao nível geopolítico, contudo, foram importantes para a ocupação do território e, sobretudo, ao nível social foram base crucial para formação de novas sociedades locais e para um aprendizado sociopolítico, que tem significantes repercussões atuais (BECKER, 2001, 139).

ZEE

Instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Demanda um efetivo esforço de compartilhamento institucional, voltado para a integração das ações e políticas públicas territoriais, bem como a articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território. O ZEE é ponto central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil como, por exemplo, a questão da Amazônia, do Cerrado, do Semi-árido Brasileiro, dos Bio-combustíveis e das Mudanças Climáticas (BRASIL, 20--).

Proteção e preservação ambiental

A exploração da biodiversidade na Amazônia tem sido feita de forma não sustentável, principalmente por conta da exploração de madeira através do desmatamento ilegal e da derrubada de árvores sem técnicas adequadas. Há também fazendeiros que provocam queimadas na floresta para ampliação de áreas de cultivo ou criação de gado. Tais atividades podem provocar um desequilíbrio no ecossistema da região, colocando em risco a floresta.

Uma alternativa sustentável para a floresta é o manejo florestal, que também é obrigatório por lei. Ele assegura a extração de madeira de forma equilibrada para obter benefícios econômicos, respeitando os mecanismos de sustentação do ecossistema. Com o manejo, se extraem as árvores mais velhas, deixando as mais novas protegidas para a colheita futura. Essa técnica foi desenvolvida com o objetivo de reduzir o impacto ambiental, assegurando a capacidade da floresta de se regenerar naturalmente e manter sua biodiversidade.

Além do desmatamento predatório, outra atividade ilegal é a *biopirataria*. Pesquisadores estrangeiros levam amostras de plantas e animais da floresta amazônica para seus países, estudam e desenvolvem substâncias, registrando patente e lucrando com isso. Ademais, obrigam o Brasil a pagar para utilizar tais substâncias, cujas matérias-primas são originárias de seu próprio território.



Biopirataria é a apropriação indevida de recursos da biodiversidade para uso científico ou biotecnológico.

A Constituição Federal determina que o Poder Público deve preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético.

Recentemente, a Lei n.º 13.123/2015 criou regras para a remessa de patrimônio genético ao exterior com finalidades científicas ou de desenvolvimento tecnológico. Seus infratores ficam sujeitos às punições previstas no Decreto n.º 8.772/2016 (BRASIL, 2016).

A Amazônia Legal

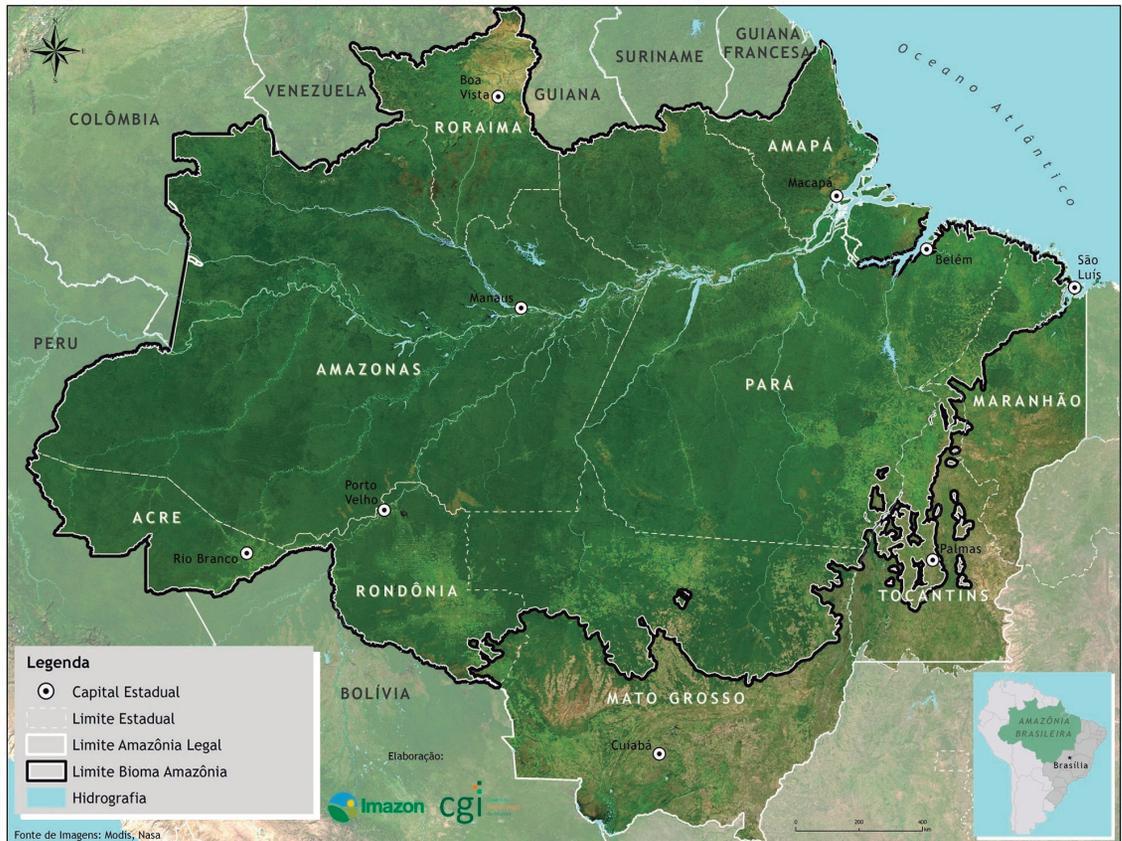


Figura 8.6

Fonte: <https://imazon.org.br/mapas/amazonia-legal/>

A Amazônia Legal representa outra forma de regionalização, apondo para o trecho da Floresta Amazônica inserido em nosso território, onde o governo brasileiro tem soberania. Envolve, assim, os estados do Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

A Amazônia Legal foi criada pela Lei 1.806 de 6 de janeiro de 1953. Tem como objetivo promover e planejar atividades para o desenvolvimento da região, bem como traçar projetos de preservação ambiental; essas atividades são de responsabilidade de uma autarquia federal chamada Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

Atividade 2

Atende ao objetivo 3

Elabore um pequeno texto diferenciando as seguintes regiões: região Norte; Floresta Amazônica e Amazônia Legal.

Resposta comentada

Região Norte: região político-administrativa do governo, elaborada pelo IBGE.

Floresta Amazônica: floresta internacional, perpassa diversos países da América Latina.

Amazônia Legal: trecho da Floresta Amazônica que faz parte da soberania nacional, ou seja, que está compreendido em nosso território nacional.

Geopolítica na Amazônia

A Amazônia contém uma grande reserva de recursos naturais estratégicos, que são muito atraentes a outros países e instituições internacionais, determinando sua importância geopolítica mundial. Isso provoca uma crescente pressão global pela disponibilidade de recursos para a manutenção do modelo de crescimento econômico e desenvolvimento, e gera a necessidade de ações políticas e administrativas para assegurar a soberania amazônica na preservação e utilização de seus recursos naturais.

A preservação da Amazônia já foi tema de vários eventos nacionais e internacionais, como a Convenção de Diversidade Biológica, durante a Rio-92, que promoveu a regulamentação do acesso à biodiversidade por outros países, podendo ser feita somente com a autorização brasileira. Entretanto, a gestão ambiental no Brasil é muito complexa ao definir políticas concretas de controle e manejo da biodiversidade amazônica.

De fato, a incapacidade brasileira em formular tais políticas, seja por falta de recursos financeiros ou de pessoal técnico e científico qualificado, é ressaltada em diversos estudos como um problema de alto significado geopolítico para a Amazônia. Tais estudos insistem na ideia de que

a cooperação dos países ricos quanto à oferta de recursos financeiros e de pessoal especializado é indispensável. A oferta de mão de obra existe em certa medida, mas, evidentemente, é insuficiente para realizar tão gigantesco trabalho; já os recursos financeiros, os países ricos, em geral, só oferecem para os próprios cientistas atuarem na região, orientando sempre que sejam aplicados em programas e projetos de seu imediato interesse. Isso, naturalmente, gera problemas geopolíticos graves e, em princípio, inaceitáveis.



Sobre as territorialidades na Amazônia, cabe destacar:

Certamente, a mais clara territorialidade na região tem como base as terras indígenas, territórios historicamente forjados. Durante séculos negligenciada, a territorialidade indígena vem emergindo nas últimas décadas, expressa no seu crescimento demográfico e em organizações associativas, as quais, com apoio de ONGs, fazem ouvir suas vozes, tendo conseguido a demarcação de suas terras. Em outras palavras, os índios transformaram-se em um efetivo ator regional, cuja ação se fundamenta num território apropriado e delimitado.

As incertezas quanto aos modos de transformação dos territórios são muitas e maiores ainda em relação à Amazônia, dada a sua extensão e a aceleração da dinâmica regional. Uma certeza, contudo, deve ser considerada: o esgotamento da macrorregião como escala ótima de planejamento. O planejamento, para ser bem-sucedido, deve focalizar problemas bem definidos e delimitados. As novas territorialidades têm, assim, que ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável (BECKER, 2010).



Amazônia eterna

O filme *Amazônia eterna* expõe grandes equívocos e aponta possíveis caminhos para que a humanidade passe a enxergar a maior floresta tropical do mundo em suas várias camadas: social, política e econômica. Porque sim, nós podemos traduzir o valor da floresta em cifras, mas não sem ignorar sua manutenção e equilíbrio. A floresta deve ser sustentável enquanto ecossistema e, principalmente, enquanto negócio. No filme, essa equação desafiadora é discutida por empresários, políticos, ambientalistas, economistas e populações indígenas e ribeirinhas – estes últimos, os guardiões de modelos milenares de exploração da floresta sem impactos ambientais, herdeiros da generosidade da natureza, mas excluídos das estatísticas e políticas públicas básicas (AMAZÔNIA ETERNA, 2018).

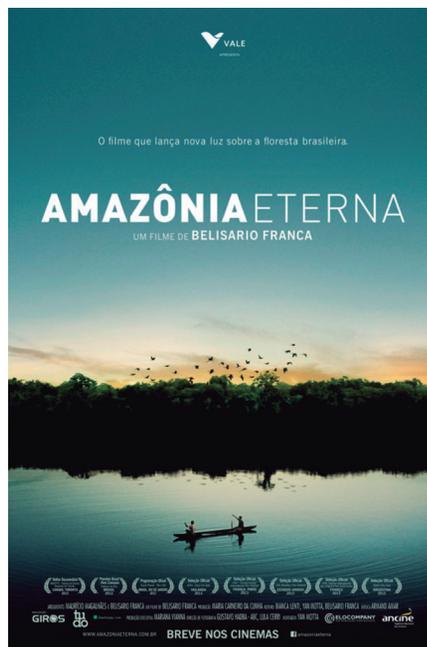


Figura 8.7

Fonte: <https://www.videocamp.com/pt/movies/amazonia-eterna#>

Conclusão

As transformações nos padrões produtivos internacionais decorrentes da globalização, instalados a partir de 1970/1980, vêm influenciando significativamente as políticas econômicas, sociais e também ambientais na maior parte dos espaços geográficos do planeta, fato que não seria diferente no Brasil.

A globalização vem oferecendo, sem dúvida, boas oportunidades para o desenvolvimento econômico daqueles países que, ao ampliar seus investimentos, incorporaram importantes transformações nos setores de forte inovação tecnológica. Os processos de internacionalização da economia e de mundialização da cultura criaram (e ainda criam) novas dimensões geopolíticas e econômicas, caracterizando um ordenamento mundial em que a incorporação de recursos geoestratégicos se tornou a regra de sucesso do mercado. A Amazônia, nesse contexto, por ser uma região de dimensões continentais por hospedar grandes estoques de recursos estratégicos, passou a ser parte-chave dessa maior interdependência dos mercados.

Na nova dinâmica da economia política internacional, que visa à busca e retenção de recursos estratégicos necessários para o desenvolvimento da economia mundial e a preservação das posições hegemônicas das grandes potências, a segurança e a soberania da Amazônia exigem crescente envolvimento do governo brasileiro para definir projetos regionais que determinem e reorientem as políticas públicas.

==== **Atividade final** =====

Atende ao objetivo 2

Leia o texto abaixo com atenção:

Os desmatamentos para a criação de grandes latifúndios agropecuários substituiu a floresta por pastagens e empobreceu grandes extensões de solo. Projetos como o Grande Carajás e Jari, a exploração mineral e hidrelétrica são fontes de grandes impactos ambientais de âmbito regional (adaptado de ROSS, 1998).

Levando em consideração o conteúdo trabalhado no presente módulo e seus conhecimentos,

- aponte o impacto ambiental na Floresta Amazônica;
- pondere sobre possíveis consequências desse impacto.

Resposta comentada

Podemos citar como correlações entre impacto ambiental na Amazônia e suas possíveis consequências os seguintes fatores:

- degradação da biodiversidade: o desmatamento elimina grande contingente de espécies da fauna e da flora ainda não conhecidas e pesquisadas pela ciência, e retira a heterogeneidade ecossistêmica quando se implementa a monocultura, por exemplo.
- destruição dos solos: a retirada da floresta quebra com o sistema natural de ciclagem dos nutrientes da região, deixando os solos desprotegidos e expostos às ações do tempo.
- mudanças climáticas: a Floresta Amazônica é responsável pela umidade regional, e, inclusive, interfere na dinâmica de uma área superior a sua presença. Sua retirada implica mudanças no sistema hídrico de boa parte do país e da América do Sul e na absorção de CO₂.

Resumo

A Floresta Amazônica é vital para o Brasil e para o mundo. Ela influencia no regime de chuvas da região Norte, leva umidade para toda a América do Sul, contribui para estabilizar o clima global e possui a maior biodiversidade do planeta. Para facilitar a gestão, o planejamento e estimular o crescimento da região, a Amazônia é dividida em Amazônia Legal (Amazônia brasileira), Amazônia Internacional (engloba nove países) e, ainda, Região Norte (maior macrorregião do país, onde está localizada grande parte da Amazônia brasileira).

Além de apresentar diversas formas de ser regionalizada, a Amazônia possui extratos variados de cobertura vegetal. Temos a Mata de Igapó, encontrada nas áreas de planícies, às margens dos rios, que sofre inundações frequentes, diferentemente da Mata de Várzea, que sofre inundações ocasionais por se localizar em áreas um pouco mais elevadas do que as planícies. Por último, existe a Mata de Terra Firme, que se localiza nas

regiões mais altas e não sofre inundações.

Diante da variedade de árvores e solos, o desejo de exploração (legal e ilegal) pela agropecuária e as madeireiras é inevitável, o que causa impactos ambientais de diversas escalas no bioma. Com menos árvores, temos menor índice pluviométrico, o que favorece o crescimento de plantas curtas, expondo a floresta a possíveis incêndios. Com as queimadas, o espaço se altera, formando uma vegetação de cerrado, que resulta na mudança, também, do *habitat* dos animais.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula nos aprofundaremos em temas que cercam a diversidade socioambiental do Nordeste brasileiro, buscando distinguir melhor os diferentes processos de ocupação e exploração do espaço, e realizando, assim, associações entre homem e natureza.

Leituras recomendadas

VENTURA, Zuenir. *Chico Mendes: crime e castigo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FIÚZA, Guilherme. *Amazônia 20º andar: de Ipanema ao Topo do Mundo, uma jornada na trilha de Chico Mendes*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Referências

AMAZÔNIA ETERNA. In: *Videocamp*. 2018. Disponível em: <https://www.videocamp.com/pt/movies/amazonia-eterna#>. Acesso em: 5 jul. 2019.

BECKER, Bertha. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 6, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BECKER, Bertha. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.

BRASIL. Ibama. *Francesa é detida em Guarulhos (SP) ao tentar embarcar com animais silvestres na bagagem*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/tags/tag/biopirataria>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Zoneamento Ecológico Econômico*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 20---. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/7528-zoneamento-%20ecol%C3%B3gico-econ%C3%B4mico>. Acesso em: 2 jul. 2019.

ROSS, Jurandyr. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

WORLD ATLAS. Londres: Dorling Kindersley, 2003.

WWF. *O que é biodiversidade?* 20---. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biodiversidade/. Acesso em: 28 jun. 2019.

Aula 9

A diversidade socioambiental do Nordeste brasileiro

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Meta

Apresentar a particularidade da região Nordeste do Brasil no que se refere ao contexto das paisagens naturais e das condições sociais presentes na região.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. distinguir a ocupação e a exploração desiguais do Nordeste brasileiro ao longo da história;
2. identificar as características fundamentais das sub-regiões nordestinas

Introdução

Nesta aula estudaremos a região Nordeste, tendo como foco as questões sociais e ambientais. Trata-se de uma região com fortes contrastes socioeconômicos e ambientais, devido a diferentes apropriações das paisagens locais e atividades econômicas praticadas.

Do ponto de vista do quadro natural, os contrastes são verificados pelos diferentes climas (desde quente e úmido na faixa litorânea e próxima à Floresta Amazônica, até quente e seco nas áreas interioranas).

No quadro humano e social, o Nordeste apresenta aspectos demográficos diferenciados, com áreas de alta concentração de pessoas, extremamente urbanizadas, até áreas de escasso povoamento.

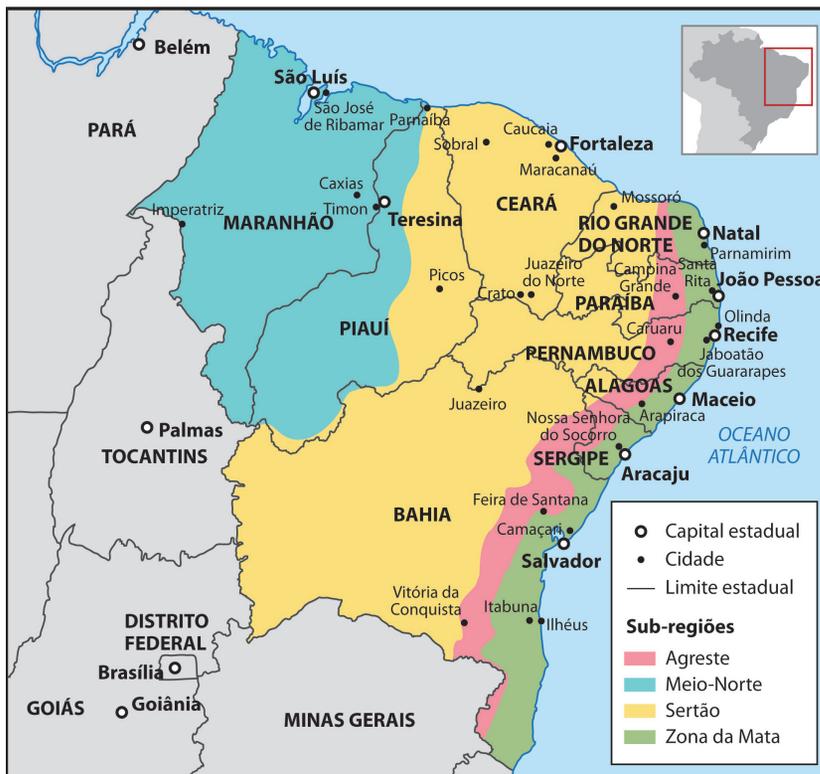


Figura 9.1: Sub-regiões do Nordeste.

Fonte: <https://pt-static.z-dn.net/files/d21/e492b1afe6a66124b530e5b4ebdcb108.jpg>

As sub-regiões do Nordeste

O Nordeste muitas vezes é encarado como uma região repleta de problemas socioeconômicos, pobreza em recursos naturais e escassez

dos recursos hídricos, o que faz com que muitas famílias deixem suas terras. Entretanto, tal visão hostil deve ser superada, e é estudando suas sub-regiões que podemos atingir uma análise aprofundada sobre as relações socioespaciais estabelecidas nessa região rica em manifestações culturais e espacialmente heterogênea.

Em função das diferentes características físicas que apresenta, a região Nordeste é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, zona da mata, agreste e sertão.



Figura 9.2

Fonte: <https://www.todoestudo.com.br/geografia/regiao-nordeste-no-brasil>

Meio-norte

O meio-norte é considerado uma faixa de transição entre o sertão semiárido, a Amazônia e o Cerrado. É composto pelo estado do Maranhão e grande parte do Piauí (oeste do território). A sub-região é banhada por rios caudalosos e perenes que nascem nas áreas elevadas das chapadas e correm em direção ao Atlântico.

Os índices pluviométricos dessa sub-região são mais elevados conforme ela se aproxima da Floresta Amazônica. No litoral estão os mangues, com árvores altas, e as dunas que formam os lençóis maranhenses. A vegetação característica dessa área são as matas de carnaúbas (para extração da cera), cocais, e babaçus.

É uma região economicamente pouco desenvolvida, onde se destaca o extrativismo vegetal, praticado principalmente na mata de cocais (babaçu). Destaca-se ali o trabalho das mulheres quebradeiras de coco, um grupo (e movimento social) que tem uma grande atuação política de resistência contra os latifundiários, lutando por território e reconhecimento.

Nessa sub-região, prevalece também a agricultura tradicional de algodão, cana-de-açúcar e arroz, além da pecuária extensiva.

Sertão

O sertão é uma extensa área de clima semiárido, característica por ser a área de maior dificuldade econômica do Nordeste, e, assim, também é conhecido como parte do *Polígono das Secas*.

A sub-região carece de políticas públicas que são essenciais para seu desenvolvimento socioeconômico, de modo a viabilizar melhores condições de vida para a população. É a sub-região mais extensa do Nordeste (abrange os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Piauí) e possui o menor índice demográfico da região.

No sertão, os índices de pluviosidade são muito baixos e irregulares, predominando longos períodos de secas. Dadas as condições climáticas locais, a caatinga é o bioma característico. A bacia do rio São Francisco é a maior da região e a única fonte de água para as populações que habitam suas margens. O rio é aproveitado, também, para irrigação e como fonte de energia, por meio das usinas hidrelétricas. Assim, as maiores concentrações populacionais localizam-se próximo ao São Francisco.

A principal atividade econômica dessa sub-região é a pecuária extensiva e de corte. Outras atividades desenvolvidas no sertão são o cultivo irrigado de frutas, cana-de-açúcar e a extração de sal, além do turismo nas cidades litorâneas. A indústria se baseia no polo têxtil e de confecções.



Polígono das secas



Figura 9.3: Mapa com a localização espacial do Polígono das Secas.

Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/6686>

O Polígono das Secas é uma área por onde se estende a seca. Nota-se que ele se estende até uma porção da região Sudeste, notadamente o estado de Minas Gerais, uma vez que se trata de um contínuo das condições climáticas que não respeita necessariamente os limites sociopolíticos.

A Lei de 7 de janeiro de 1936, revisada em 1951 pela Lei 1.348, reconheceu o Polígono das Secas como a delimitação de uma área do Nordeste composta de diferentes zonas geográficas com variados índices de aridez e sujeitas a frequentes crises de prolongamento das estiagens. Assim, foi regulamentada a execução de um plano de defesa contra os efeitos da seca no local.

Essa área conta com parte dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, totalizando 1.348 municípios. Nesses locais ocorrem, periodicamente, secas que se configuram como grandes calamidades, promovendo graves danos à agropecuária nordestina e dramáticos problemas sociais, razão pela qual são áreas que necessitam de maior cuidado e providência por parte do poder público.

Os critérios utilizados para delimitar a região foram:

- precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;
- risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Essa delimitação tem a finalidade de nortear as políticas públicas do governo federal, sobretudo as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O Polígono das Secas não abrange somente o semiárido. O fenômeno da seca atinge também o agreste, as áreas canavieira e cacaueteira, e até as serras úmidas. Com todo esse alcance, a situação econômica regional é agravada e verifica-se principalmente a crescente descapitalização de camponeses e pequenos agricultores.

Existem órgãos do governo que são responsáveis pelo combate às secas. Um deles é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que comanda programas de construção de poços artesianos e açudes, irrigação, e também a formação de frentes de trabalho, entre outras práticas que visam amenizar as dificuldades da população.

Agreste

O agreste corresponde à área de transição entre a Caatinga do sertão e a Mata Atlântica da zona da mata, e é composto pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Por ser uma região de transição, não é tão quente e seco como o sertão, nem tão úmido como a zona da mata.

O solo é pedregoso e pouco fértil devido à escassez de chuvas na região. Porém, há também regiões úmidas, como os brejos, onde o solo é mais fértil e a agricultura é a principal atividade. O relevo do agreste reúne regiões de planaltos, com destaque para o Planalto da Borborema.

Predominam as pequenas e médias propriedades, onde são realizadas práticas de pecuária extensiva e policultura em regiões mais próximas da zona da mata, que tem maior umidade. Porém, as principais atividades econômicas da região são focadas no artesanato e no turismo.

Zona da mata

A zona da mata é uma estreita faixa costeira de aproximadamente 200 km que se estende do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Essa região teve um processo de ocupação muito acelerado, vinculado ao processo histórico no litoral por conta da antiga capital do Brasil, Salvador. Ele apresenta a maior concentração populacional do Nordeste e é a sub-região mais urbanizada, tendo um maior fluxo de pessoas, mercadorias, informação, finanças e comércios. Uma consequência disso é o fato de haver ali mais problemas urbanos, como poluição, violência, ilhas de calor, emissão de resíduos e forte especulação imobiliária.

O clima dessa sub-região é tropical úmido e o solo é fértil, em razão da regularidade de chuvas. Sua vegetação natural é a Mata Atlântica e a atividade agrícola feita no local é diversificada, porém cultivada em latifúndios constituídos de monoculturas.

O cultivo da cana-de-açúcar se apresenta como a principal atividade econômica praticada na zona da mata, porém outras atividades são desenvolvidas ali, como a extração de petróleo e uma significativa industrialização. Deve-se levar em consideração, ainda, a atividade turística, que atrai milhões de visitantes para as praias nordestinas, principalmente por conta do clima quente durante grande parte do ano. A sub-região também tem uma grande potencialidade na aplicação de energia sustentável, como a eólica, por conta dos ventos litorâneos e alísios.

Meio-norte	Faixa de transição entre o sertão semiárido, a Amazônia e o Cerrado. Região economicamente pouco desenvolvida, onde se destaca o extrativismo vegetal, praticado principalmente na mata de cocais.
------------	--

Conclusão

Após análise das características de cada uma das sub-regiões nordestinas, podemos concluir que, de fato, o Nordeste é uma região onde se aglutinam contrastes dos mais diversos. Esses contrastes podem ser resumidos em duas grandes frentes de análise:

- a) do ponto de vista social: por mais que o senso comum aponte que o Nordeste brasileiro seja uma região de pobreza, que historicamente é berço de mão de obra para o país, é inegável que existe, sim, uma concentração de riqueza ali. E mais: essa concentração de riqueza segue princípios perceptíveis nos mais diversos cantos do país, ou seja, riqueza concentrada na mão de poucos. A presença de latifúndios monocultores e de uma expressiva rede urbana, com forte hierarquia, ajuda a quebrar o senso comum.
- b) do ponto de vista ambiental: os diferentes climas possibilitam a formação de diferentes paisagens naturais. A presença da Serra da Borborema na região induz os contrastes ambientais; do litoral úmido ao interior seco, encontramos variadas formações vegetais e variadas formas de exploração da natureza.

Resumo

Podemos resumir, de forma geral, os contrastes da região Nordeste em diferenças sociais e ambientais, daí o termo *socioambiental*. A fim de entender esses contrastes nessas duas dimensões, desenham-se sub-regiões (zona da mata, agreste, sertão e meio-norte) como uma forma de aglutinar as mais diversas características no Nordeste.

A zona da mata, o litoral, é a sub-região mais desenvolvida do Nordeste. Nela se encontram as principais cidades e centros urbanos da região e, também, polos industriais e grandes latifúndios monocultores (heranças da colonização).

O agreste é um importante centro de produção de alimentos e caracteriza-se por ser uma faixa de transição entre o clima úmido (litoral, ou seja, zona da mata) e o clima seco (sertão).

O sertão é compreendido como uma área onde se situa o Polígono das Secas, área de extensão de um clima com forte déficit hídrico. Nessa sub-região se concentra a pobreza derivada da escassez de água, o que dificulta a implementação da agricultura e a criação de animais. Assim, o sertão é a sub-região nordestina mais carente de políticas públicas para a solução das condições derivadas do clima e da política local.

O meio-norte, por fim, é a sub-região onde há uma transição do sertão para a Floresta Amazônica. É pouco desenvolvida economicamente, destacando-se nela o extrativismo vegetal.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula continuaremos com o estudo do Nordeste brasileiro, porém a partir de outra perspectiva: a dos complexos econômicos regionais. Nesse sentido, nosso horizonte de análise será a compreensão das questões vinculadas ao desenvolvimento socioeconômico da população nordestina, sublinhando especialmente os movimentos migratórios e a papel do déficit hídrico na construção da chamada Indústria da Seca.

Leituras recomendadas

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2016.

Referências

MAGNOLI, Demétrio. *Geografia para o Ensino Médio*. São Paulo: Atual, 2008.

Aula 10

A produção do complexo regional do
Nordeste

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Meta

Expor as particularidades da região Nordeste por meio da regionalização produzida por Geiger (1967).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. listar fatores que dificultam o desenvolvimento social de boa parte da população nordestina e que influenciam em movimentos migratórios;
2. dissertar sobre migração de retorno.

Introdução

Conforme abordado e investigado nas aulas anteriores, sabemos que o espaço geográfico brasileiro pode ser regionalizado a partir de diferentes critérios que fundamentam sua divisão. Essas regionalizações tanto podem ser normativas e oficiais, como a divisão elaborada pelo IBGE, quanto analíticas e informais, utilizadas como instrumento científico e intelectual. Temos como exemplo destas últimas a divisão em complexos geoeconômicos, desenvolvida em 1967, pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, que será abordada nesta unidade.

Como já vimos, o objetivo da proposta de Geiger é regionalizar o território brasileiro contemplando suas características econômicas e levando em conta, especialmente, os efeitos históricos do processo de industrialização. Em outras palavras, os complexos regionais refletem os arranjos espaciais que as atividades econômicas impuseram ao território. Essa proposta foi elaborada para fins de pesquisa e, portanto, extrapola as divisas entre os estados, consistindo numa divisão regional que impossibilita a coleta de dados sobre as dinâmicas que ocorrem no país. Isso justifica o fato de esse tipo de divisão não ser adotado pelo governo federal. Tal proposta não contém cinco macrorregiões, mas três complexos regionais: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste, como podemos ver na figura a seguir.

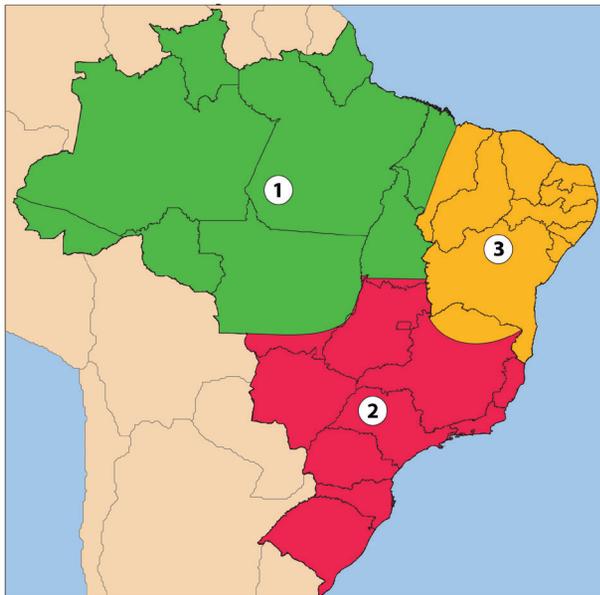


Figura 10.1: Complexos econômicos regionais: Amazônia (1), Centro-Sul (2) e Nordeste (3).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_geoecon%C3%B4mica_do_Brasil#/media/File:Brazil_Geocons.svg

A produção do complexo regional do Nordeste

Nesta aula aprofundaremos nossa análise sobre o complexo regional do Nordeste, que, como já vimos, compreende integralmente a macrorregião do Nordeste, exceto a parte ocidental do Maranhão, além do norte do estado de Minas Gerais, onde se localiza o Vale do Jequitinhonha.

Do ponto de vista histórico, o Nordeste é a região mais antiga do país, pois foi nela que se efetivou a ocupação dos portugueses em nosso território e foi lá a implementação da primeira grande atividade econômica do Brasil: lavouras de cana-de-açúcar. Notamos também que a região ocupou uma posição muito importante no desenvolvimento econômico nacional nos tempos do Brasil colônia, a partir de sua configuração como espaço de produção da agropecuária.

Já visitando os tempos e espaços do século XX, vemos que, conforme outras atividades produtivas foram sendo desenvolvidas em território brasileiro, sobretudo, com a introdução da economia cafeeira, a região Sudeste se transformou no centro hegemônico de acumulação de capital. Em seguida, diante da industrialização promovida desde o Estado Novo, juntamente com a expansão rodoviária a partir dos anos 1940 e 50, a região Nordeste cumpriu a função de exportadora de mão de obra barata para o Centro-Sul brasileiro. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que estavam em franco crescimento econômico, durante décadas receberam intensos fluxos migratórios de nordestinos, atraídos pelas oportunidades de emprego na indústria e na construção civil. Assim, observamos que a região é historicamente marginalizada em várias frentes e possui características e dinâmicas particulares, que podem ser entendidas, em parte, atentando para a condição periférica inserida em um país semiperiférico do sistema-mundo.



O sistema-mundo

A teoria do sistema-mundo foi desenvolvida pelo sociólogo Immanuel Wallerstein no início dos anos 1970 e tinha como propósito compreender a nova realidade social que se revelava com o fim dos anos dourados do capitalismo, vigentes desde o fim da 2ª guerra mundial até aquele momento. Para sua tese, o autor se baseou no conceito de divisão internacional do trabalho produzido

pela estrutura capitalista e explica que essa divisão resulta na divisão do mundo em três níveis hierárquicos, segundo a qual cada um cumpre uma função de ordem produtiva específica. São eles:

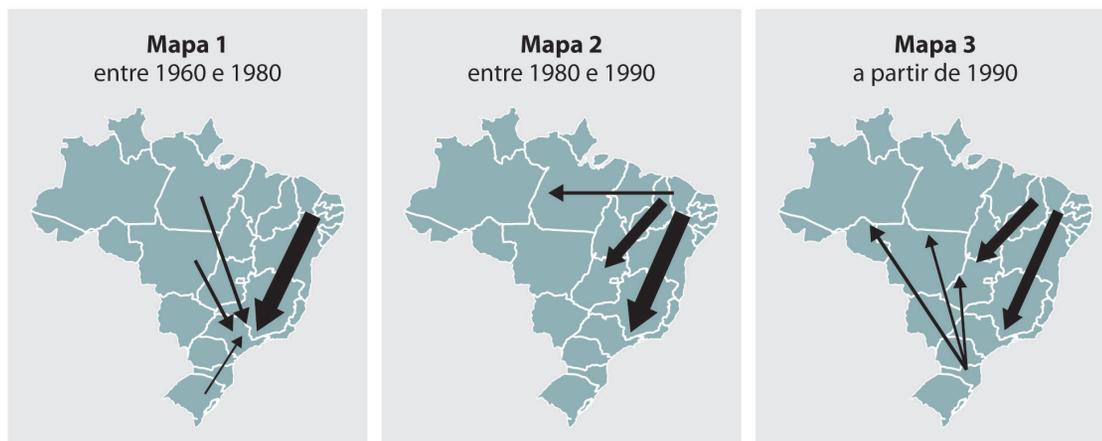
- centro: países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtores e exportadores de tecnologia; mão de obra especializada.
- semiperiferia: países com industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produzem tecnologia, mas a absorvem; mão de obra semiespecializada e não especializada.
- periferia: países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada.

A forma como as trocas são realizadas entre as diferentes funções na divisão do trabalho possibilita a criação de dependência entre os países periféricos e os países centrais na economia-mundo. Isso acarreta a perpetuação e acentuação das diferenças econômicas e faz com que os países do mundo periférico dependam, por exemplo, de empréstimos, ajudas financeiras, transferência de tecnologias e auxílios humanitários dos países centrais.

Fatores de repulsão e atração populacional

Já sabemos que os deslocamentos populacionais inter-regionais são uma constante na história brasileira. Entretanto, percebemos que a migração marcou fortemente as estruturas socioeconômicas da região Nordeste, principalmente entre 1960 e 1980, sendo considerada uma área de forte repulsão populacional. No cerne desses movimentos, podem ser localizados alguns fatores historicamente conhecidos, como a estagnação econômica (a região possui industrialização recente), a seca devido às condições climáticas, as mais diversas manifestações de desigualdades sociais (como a concentração fundiária) e sobretudo os elevados níveis de desemprego nas áreas urbanas da região.

Fluxos migratórios brasileiros mais importantes na segunda metade do século XX e no início do século XXI



A largura das setas é proporcional ao número de migrantes em cada fluxo

Figura 10.2: Fluxos migratórios brasileiros.

Fonte: http://www.revista.vestibular.uerj.br/questao/questao-discursiva.php?seq_questao=1742

Entretanto, as transformações na estrutura produtiva brasileira ocorridas na década de 1970 desencadearam grandes mudanças na dinâmica migratória nordestina: uma redução drástica dos fluxos. O processo de desconcentração econômica fez inúmeras empresas migrarem do Centro-Sul para o Nordeste atraídas pelos incentivos fiscais e pela presença de mão de obra numerosa e barata, além de amparadas pelas políticas de incentivo ao investimento industrial no Nordeste. Esse processo influencia no comportamento da migração nordestina na década de 1980, em que se destacam os fluxos de retorno. No caso do Nordeste, os estados que o compõem vêm apresentando uma recuperação dos saldos migratórios negativos observados em décadas anteriores, em função tanto da redução da emigração como do crescimento da imigração, que, por sua vez, é caracterizada em parte pela migração de retorno. Na década de 1990, a migração originada do Nordeste reproduz novamente o comportamento do período que se desdobra até os anos 1970, no qual se destacam os fluxos para o Sudeste e Centro-Oeste. Todavia, essa retomada ocorre ao mesmo tempo que os fluxos migratórios de retorno à região Nordeste também se intensificam (OLIVEIRA; JANUZZI, 2005).



Migração de retorno

Em linha geral, a migração de retorno representa uma maior intensidade dos movimentos migratórios em direção do Nordeste, fazendo dessa região uma área de atração populacional. Os movimentos migratórios perderam força nas diversas regiões do Brasil, e os estados do Nordeste apresentam uma dinâmica nova: além de reter mais pessoas, esses estados passaram a receber de volta pessoas e famílias que deixaram suas terras natais rumo ao centro-sul do país.

Isso é comprovado por meio de um levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a partir de dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009 e dos Censos de 2000 e 2010.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Observe a tela *Retirantes*, de 1944, pintada por Candido Portinari.



Figura 10.3: *Retirantes*, de Candido Portinari.

Fonte: <https://www.culturagenial.com/quadro-retirantes-de-candido-portinari/>

Assim, o Nordeste, por meio do processo de formação socioespacial brasileira, se caracteriza, na atualidade, como periferia econômica e social, destinando sua produção para matéria-prima e alimentos, enquanto a industrialização mais forte e os centros de pesquisa e desenvolvimento se espalham pelo centro-sul nacional, complexo regional que será estudado nas próximas aulas. Como dito antes, se considerarmos os fatores econômicos, o complexo nordestino constituiu-se com uma base produtiva pouco inovadora tecnologicamente e nas relações de trabalho, perpetuando uma marcante concentração fundiária, de renda, e dos meios de produção. Apesar disso, o complexo regional apresenta uma diversificação recente das atividades econômicas, que vem se acelerando nos últimos anos. Esse fato está relacionado à recente tendência da migração de indústrias (ou desconcentração industrial) para o Nordeste.

Observamos nas áreas rurais da região, também por esta manter-se como espaço exportador de bens primários, diversos grupos que representam a realidade nordestina, marcada pela presença de populações tradicionais, pelo conjunto de práticas e atividades que configuram a agricultura familiar, assim como pelo agronegócio. A região abriga cerca de 50% do campesinato nacional e era responsável, em 2012, pela produção de 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho que alimentam a população brasileira, segundo Bernardo Fernandes, Clifford Welch e Elienai Gonçalves (2012). Nesse contexto, também é exercida pelos grandes conglomerados agrícolas nacionais e transnacionais a agricultura da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol na Zona da Mata. O Meio Norte é cortado por vários rios, ao longo dos quais se formam grandes planícies fluviais, aproveitadas principalmente para a cultura do arroz. Em particular, a delimitação de MATOPIBA (recorte constituído pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), destaca-se como zona de fronteira, conflito e expansão do agronegócio na atualidade, sendo esse recorte também marcado pelas grandes monoculturas de soja e pela presença de diversos povos e comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu, os povos ribeirinhos e as comunidades de fundo de pasto. Tais povos têm seus modos de vida, sabedorias e territórios ameaçados pela expansão do agronegócio na região. A cultura do algodão é também desenvolvida no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba.

Nos centros urbanos, há forte presença do setor secundário da economia, representado pela produção e montagem de autopeças e eletrodomésticos, bem como pela produção siderúrgica e a presença de polos petroquímicos, como o de Camaçari, no estado da Bahia, o maior com-

plexo industrial integrado do hemisfério sul. Se sobressai a fabricação de aços especiais, eletrônicos, aparelhos de irrigação, barcos, navios, cascos para plataformas de petróleo, automóveis, baterias, *chips*, *softwares* e produtos petroquímicos. A indústria é mais forte e diversificada em regiões metropolitanas como as de Recife, Salvador e Fortaleza, e em cidades como Campina Grande, no estado da Paraíba, Caruaru, no estado de Pernambuco e na região de Feira de Santana, no estado da Bahia.

Além disso, há nesses locais forte presença do trabalho informal, assim como de comércio e serviços. Tais atividades se constituíram como uma das principais condicionantes de expansão e composição do espaço urbano do complexo nordestino e estabeleceram uma relação de simultaneidade com a cidade, ora aproveitando os diversos benefícios da aglomeração de pessoas e serviços, ora estimulando a instalação de infraestrutura e a circulação de bens e informações. Atualmente, submetida a uma constante rede de relações territoriais que integram pessoas, mercadorias e capital, a atividade industrial incorpora mudanças vinculadas à abrangência espacial de seu mercado consumidor.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos que o Nordeste, a partir da perspectiva de análise do complexo geoeconômico, é entendido historicamente como uma região de repulsão populacional. Entretanto, por conta de investimentos econômicos e do desenvolvimento da região, a migração de retorno tem sido cada vez mais incentivada.

══════════════════ **Atividade final** ══════════════════

Atende ao objetivo 2

Explique o significado e as possíveis implicações da chamada migração de retorno.

Resposta comentada

Migração de retorno é o nome dado aos processos migratórios que têm se desenvolvido recentemente no Nordeste brasileiro. Devido ao incentivo ao desenvolvimento econômico no Nordeste por meio, especialmente, da industrialização, a região tem atraído pessoas e famílias que a deixaram em períodos passados. A migração de retorno tem impactos decisivos, por exemplo, na estrutura econômica do Nordeste, uma vez que possibilita uma maior circulação de dinheiro, fruto do aumento do número de empregos formais.

Resumo

Resumidamente, é importante destacarmos que a região Nordeste tem importância central na história do país. Isso se dá, em um primeiro momento, quando observamos que foi ali que se implementaram, de forma efetiva, a ocupação e a exploração de nossas terras por parte dos portugueses.

As lavouras de cana-de-açúcar, via *plantations*, foram as primeiras atividades introduzidas pelos portugueses em nosso território, e a partir daí se desdobraram outras atividades. Assim, o Nordeste, durante o período colonial, foi central para a configuração do desenvolvimento econômico nacional pautado no modelo primário-exportador.

Do ponto de vista socioeconômico, podemos ressaltar que a região é marcada por fortes mazelas que se desdobram, em particular, pela escassez hídrica presente em boa parte da região. Fome, desidratação, mortalidade infantil e conflitos no campo são exemplos das dificuldades sofridas pelas populações, especialmente as que vivem no sertão.

A estrutura fundiária desigual é outra marca do Nordeste. O fato de as melhores terras agricultáveis estarem concentradas nas mãos de poucos ou ocupadas pelo avanço da urbanização faz com que haja um número expressivo de famílias sem propriedade, o que dificulta o estabelecimento de uma agricultura familiar.

Ao longo da história do país, o Nordeste foi tido como um “berço de mão de obra” para o crescimento, sobretudo urbano, no Brasil. Porém, mais recentemente podemos apontar um aumento expressivo do número de pessoas e famílias nordestinas que realizam a chamada migração de retorno. O incentivo ao potencial econômico causado pelos recentes investimentos nas últimas décadas vem ocasionando duas situações: a retenção de população que antes migraria em direção ao Sudeste; o retorno de um contingente demográfico expressivo de migrantes que, com o recente crescimento da região, buscam retornar a seus territórios de origem.

Informações sobre a próxima aula

Em nossa próxima aula, continuaremos estudando sobre a região Nordeste, com enfoque em seu potencial econômico, visando compreender o papel de seu crescimento industrial dentro da dinâmica econômica nacional e em relação às exportações. Ainda nos aprofundaremos na questão da transposição do rio São Francisco e seus impactos socioambientais.

Referências

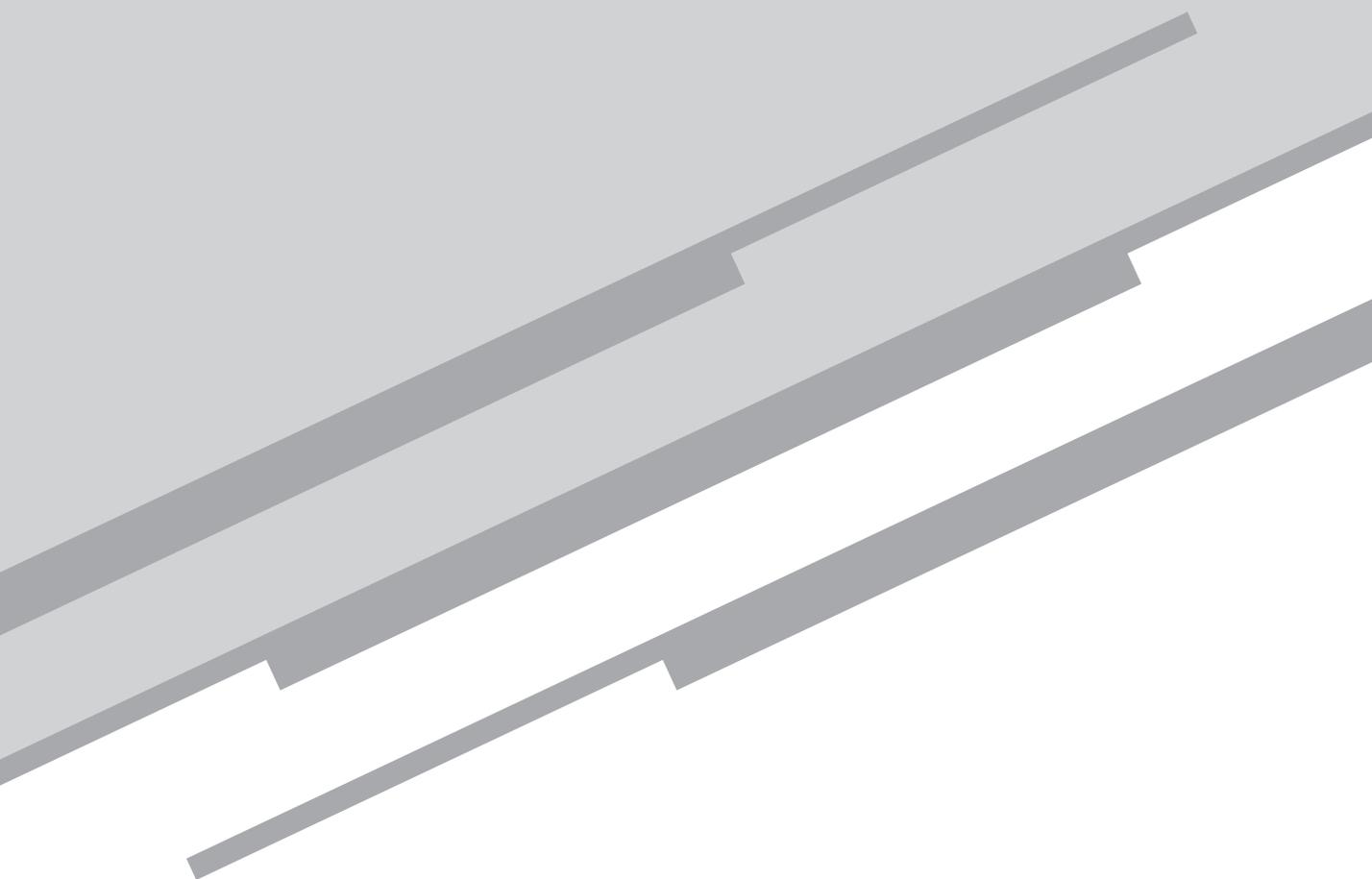
FERNANDES, Bernardo M; WELCH, Clifford A; GONÇALVES, Elienai C. *Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil*. Roma: Framing the Debate Series, 2012.

GEIGER, Pedro P. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas “regiões homogêneas”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 59-64, 1967.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 134-143, dez. 2005.

Aula 11

0 potencial econômico nordestino



*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Metas

Apresentar o importante papel do Nordeste na dinâmica econômica do país e demonstrar que o recente crescimento da região na economia nacional está diretamente ligado ao desenvolvimento de fatores fundamentais para a alocação de novos parques industriais na região.

Objetivo

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar como os fatores locacionais ajudam a explicar a relocação industrial e as consequências sociais, econômicas e ambientais desse processo para o complexo regional nordestino.

Introdução

Na Aula 10, em que trabalhamos os fluxos migratórios do Nordeste brasileiro, identificamos como a região foi caracterizada, por muito tempo, como fornecedora de mão de obra barata para as áreas centrais do país.

Entretanto, nesta aula veremos que ela passou por grandes transformações econômicas nas duas últimas décadas do século passado, movidas pelas mudanças ocorridas no Brasil e no mundo.

A industrialização tardia

Sinônimo de pobreza e desemprego até o final da década de 1950, o Nordeste era visto como periferia do capitalismo nacional e do desenvolvimento industrial de Getúlio Vargas.

Os maciços investimentos na região Centro-Sul, com o plano de metas do governo de Juscelino Kubitscheck, acentuavam a concentração de capital e as disparidades inter-regionais. Naquele momento, as elites regionais, as oligarquias agrárias e a burguesia industrial chamavam a atenção para a “questão regional nordestina”, objetivando problematizar as desigualdades sociais entre o Sudeste industrial e o Nordeste agroexportador. A indústria nordestina se enfraquecia frente à economia de São Paulo e a exploração dos trabalhadores aumentava, como forma de equilibrar essas desigualdades. Houve também a presença dos movimentos sociais no debate, como as Ligas Camponesas, que reivindicavam uma reforma agrária.

Para atender aos reclames da elite nordestina e dos movimentos sociais, a região foi colocada sob responsabilidade de um grupo de trabalho incentivado pelos governos federal e local, com o objetivo de planejar uma política de desenvolvimento. Criou-se, então, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que levou à constituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Assim, a industrialização surgiu como saída para a escassez, pois seriam criadas mais oportunidades de emprego para a massa de trabalhadores desempregados e subempregados. Logo, esperava-se que, com a instalação de indústrias manufatureiras, o volume elevado de mão de obra fosse absorvido e a produtividade aumentasse.

Essa política de industrialização que se estabeleceu no início dos anos 1960 se baseou, essencialmente, na concessão de incentivos fiscais,

que ficaram conhecidos como mecanismo dos artigos 34/18 ou, simplesmente, 34/18.2.

Entretanto, a industrialização do Nordeste proporcionada pela Sudene apenas ocorre de modo complementar para integrar os espaços produtivos do Sudeste, permanecendo uma relação de dependência entre as regiões. A Sudene promoveu muitos outros investimentos em infraestrutura e energia, por interesses das oligarquias e burguesias do Sudeste e Nordeste.

As transformações territoriais na região se evidenciam com a desconcentração industrial (a partir de São Paulo) ocorrida no país nos anos 1980. Ela se deu por conta do surgimento de novos fatores locais para a instalação de empresas, como infraestrutura, incentivos fiscais e a quantidade de mão de obra disponível, conforme mencionamos anteriormente, que existiam no Nordeste.

Um fator decisivo para o processo da desconcentração industrial, tanto em escala nacional como regional, é a disputa travada por estados e municípios para receber as instalações de grandes empresas transnacionais. É a chamada *guerra fiscal*, iniciada na década de 1990, que consiste em conceder desde terrenos até isenções parciais ou totais de impostos para as fábricas que se instalassem na região.

“China brasileira”

Em síntese, o crescimento econômico do Nordeste é também consequência de três fatores: os investimentos públicos na economia local, obras de infraestrutura e programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família.

Com o crescimento de empresas locais e a atração de empresas multinacionais e de outras regiões do país de 2002 a 2012, a região criou mais postos de trabalho que a média nacional.

O impacto direto desse desenvolvimento pode ser visto na evolução da renda média por habitante, que foi maior do que a média nacional. Isso permitiu uma inversão no tradicional movimento migratório de nordestinos para o Sudeste e um potencial mercado consumidor emergente na região.

Porém, ainda existem carências significativas, principalmente no semiárido nordestino, que carece do dinamismo econômico das capitais localizadas no litoral.

Consequências: maior geração de emprego, dinamização da economia regional e maior impacto na natureza devido ao aumento do lixo industrial e da exploração de recursos.

A transposição do rio São Francisco

O rio São Francisco é um dos mais importantes do Brasil e o mais importante da região Nordeste. Devido a sua grandeza e importância, também é chamado de rio da integração nacional e transcorre diversas paisagens.

Do ponto de vista econômico, é de extrema relevância, pois, devido a sua perenidade, propicia a pecuária, a pesca e a agricultura irrigada, constituindo-se como o grande responsável pelo desenvolvimento das comunidades adjacentes. Sua nascente se localiza na Serra da Canastra (MG), atravessa a Bahia, Pernambuco e divide os estados de Sergipe e Alagoas até desaguar no Atlântico.

A obra de transposição do rio São Francisco, nomeada pelo governo como *Projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional*, consiste em retirar parte de suas águas e levá-la para outras bacias hidrográficas, por meio de bombeamento artificial e canais.

A transposição é uma das soluções propostas para a superação da problemática do Polígono das Secas, área caracterizada pelo clima semi-árido, chuva irregular e por uma situação grave de subdesenvolvimento, conforme estudado em aulas anteriores. De acordo com o Ministério da Integração Nacional, o objetivo central da obra é tornar a água acessível à população carente e, assim, promover o desenvolvimento regional.



Figura 11.2: Projeto de transposição do Rio São Francisco.

Fonte: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/transposicao-do-sao-francisco-obra-de-integracao-pretende-garantir-agua-no-sertao.htm>

Entretanto, a maior quantidade de água disponível não resolve todos os problemas. O que agrava a seca e a miséria no semiárido nordestino é, principalmente, a ausência de uma gestão de recursos hídricos que seja integrada e sustentável, pois as perdas, o desperdício e o subaproveitamento desse recurso já escasso são grandes.

Para uma gestão eficaz, se faz necessário o aproveitamento dos poços artesianos, utilizados, muitas vezes, sem informações técnicas e ferramentas necessárias, e dos açudes, com seu uso planejado, pois as taxas de evaporação e salinidade da águas são altas. Podemos dizer o mesmo das cisternas, insuficientes para atender à população. A distribuição de águas carece de uma gestão proativa e participativa, que realmente dialogue com todos os setores da sociedade.

Enfim, a questão perpassa problemas de trabalho, renda, terra, saúde, cultura e educação.

Conclusão

O Nordeste é cercado de estereótipos, que veiculam a imagem de uma região apenas de pobreza, carente da presença de atividades industriais.

No entanto, essa imagem é quebrada ao percebermos que há ali importantes centros de produção de bens secundários, que incidem na dinâmica econômica regional, e até mesmo nacional.

Logicamente, a continuidade de políticas públicas que fomentem a escolha de empreendimentos no Nordeste é fundamental, até mesmo para evitar uma retração com sucateamento de parques industriais.

Resumo

Em linhas gerais, podemos apontar que o recente desenvolvimento relativo do Nordeste está diretamente vinculado à criação de fatores locacionais que permitiram a desconcentração industrial histórica no Sudeste brasileiro.

A adoção de políticas fiscais de incentivo empresarial, como isenção ou renúncia fiscal, vem possibilitando a atração de indústrias que acabam se beneficiando também de outros fatores: concentração de mão de obra e mercado consumidor, por exemplo. Tais fatores estimulam o crescimento dessas atividades no complexo regional nordestino.

Informações sobre a próxima aula

Nosso próximo tema de estudo será destinado a compreendermos como se deu o processo de organização da região Centro-Sul do país, levando em consideração as especificidades do processo de modernização das atividades primárias e secundárias dentro da dinâmica nacional. Iremos, também estudar a concentração e, posteriormente, a desconcentração do espaço industrial como meio e produto de dinâmicas globais.

Nesse sentido, teremos como horizonte de estudo o desenvolvimento tecnológico ligado diretamente ao processo de modernização da agropecuária no país.

Leitura recomendada

DUMONT, Sáva. *ABC do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Dimensão, 2004.

Aula 12

Ocupação e organização do Centro-Sul brasileiro

*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Metas

Relacionar o desenvolvimento tecnológico-industrial ao processo de modernização da agropecuária nacional e listar fatores que propiciam o crescimento econômico do Centro-Sul, percebendo interações entre campo e cidade, bem como processos de urbanização na região.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a especificidade do processo de modernização das atividades primárias e secundárias dentro da dinâmica nacional;
2. compreender o processo de concentração e, posteriormente, de desconcentração do espaço industrial como meio e produto de dinâmicas globais;
3. diferenciar os processos urbanos no Centro-Sul brasileiro.

Introdução



Figura 12.1: Mapa do complexo geoeconômico Centro-Sul.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_geoecon%C3%B4mica_Centro-Sul_do_Brasil

O complexo geoeconômico Centro-Sul é bastante diversificado, pois engloba parte de três macrorregiões brasileiras: Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os estados incorporados são Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais (exceto sua parte norte, onde se localiza o Vale do Jequitinhonha) e uma pequena área do Tocantins e do Mato Grosso.

Nessa região, temos uma complexa rede interligada de cidades, transportes, serviços e comunicações. É onde se concentra a maioria das indústrias do país e onde a agropecuária é a mais moderna. Consequentemente, é onde há a maior quantidade de investimentos de grandes empresas, a economia é mais moderna e dinâmica, com a produção da maior parte do PIB, e há maior oferta de empregos, o que faz com que a região seja destino de muitos imigrantes. No entanto, apesar de ser

considerado o espaço do progresso e da modernização, o Centro-Sul se mantém historicamente através de estruturas tradicionais que promovem grandes desigualdades socioespaciais.

Fatores que propiciaram o rápido crescimento econômico do Centro-Sul

Como vimos em aulas anteriores, após a crise de 1929, Getúlio Vargas implementou uma política territorial de nacional-desenvolvimentismo baseada no padrão urbano-industrial (indústria de base) e no Estado de bem-estar social. Seu objetivo era integrar o território brasileiro, que se espacializava economicamente como um arquipélago, ou seja, com espaços não integrados.

Para viabilizar a industrialização brasileira, esse projeto se consolidou a partir da divisão tripartite do espaço agrário: o que era arrecadado pela monocultura de exportação era investido em equipamentos industriais para a ampliação do setor industrial; em paralelo, a agropecuária produtora de insumos atendia às demandas do capital circulante das agroindústrias e a pequena produção familiar abastecia as cidades, cada vez mais ampliadas.

O arranjo espacial das indústrias no Brasil era muito desigual e isso se afirma em 1933, quando Vargas derruba as barreiras alfandegárias que havia entre os estados, o que impulsionava os polos onde já havia indústrias mais consolidadas, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo. Logo, houve o início do processo de divisão inter-regional do trabalho, que se concretizará em 1940, quando São Paulo assume a definição da divisão regional do trabalho, sendo o centro de atração gravitacional das demais regiões. São Paulo tem essa relevância pois possuía uma indústria forte, desenvolvida junto com diversos fatores, como: ascensão do café, logística bastante integrada, centros de pesquisa, organização da burguesia industrial para realizar uma pressão política sobre o Estado – como atua, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) –, além de uma dinâmica bem autocentrada (diferente do Rio de Janeiro, mais cosmopolita).

Já em 1955, Juscelino Kubitschek assume a presidência sob o embaite ideológico entre abrir ou não a economia brasileira, mas afirma seu planejamento estatal baseado ideologicamente no getulismo, porém favorável à internacionalização da indústria nacional. Isso se deu na prática pelo tripé econômico: capital estatal investindo em infraestrutura e

indústria de base + capital privado nacional investindo em setores de bens de consumo não duráveis + capital externo investindo em indústria de bens duráveis.

Seu projeto político-econômico se baseia no Plano de Metas, com forte investimento em logística, criação de indústrias em São Paulo, construção de Brasília e pouco empenho na reforma agrária, o que promoveu as desigualdades regionais e a consolidação da divisão regional do trabalho. Assim, temos, no Centro-Oeste, nas áreas de divisa com o Sudeste, um transbordamento dos investimentos paulistas, concentrando pecuária extensiva e plantação de arroz. Já no Sul, é possível ver uma produção agrícola comercial em indústria diversificada, que se integrava no mercado do Sudeste.

Na ditadura militar, no início dos anos 1970, é feita uma reorientação das políticas territoriais de integração econômica. Por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento, ocorre o aumento de incentivos fiscais para a formação de polos e complexos industriais em outras regiões, com o objetivo de integrar o país a economia mundial através da conquista de mercados nas áreas de mineração e agropecuária.

Haverá, então, uma descentralização produtiva das grandes metrópoles para o interior dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda para Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Porém, tais indústrias são complementares às dos polos Rio e São Paulo, que sediam os escritórios das maiores firmas nacionais e também das filiais das empresas globais, com papel de controle do mercado nacional e de comando do território.

É muito comum a grande mídia e algumas empresas e esferas da política definirem a ideia de cidade relacionando-a à modernidade e o campo ao atraso, como um espaço que um dia desaparecerá. No entanto, como geógrafos, sabemos que o campo não é sinônimo de rural, nem a cidade de urbano. Urbano e rural manifestam valores e modos de existência, ao passo que o campo e a cidade equivalem à materialização dessas expressões. Nesse sentido, os princípios e valores urbanos invadem o campo, assim como os rurais invadem a cidade.

O processo de desconcentração industrial no país

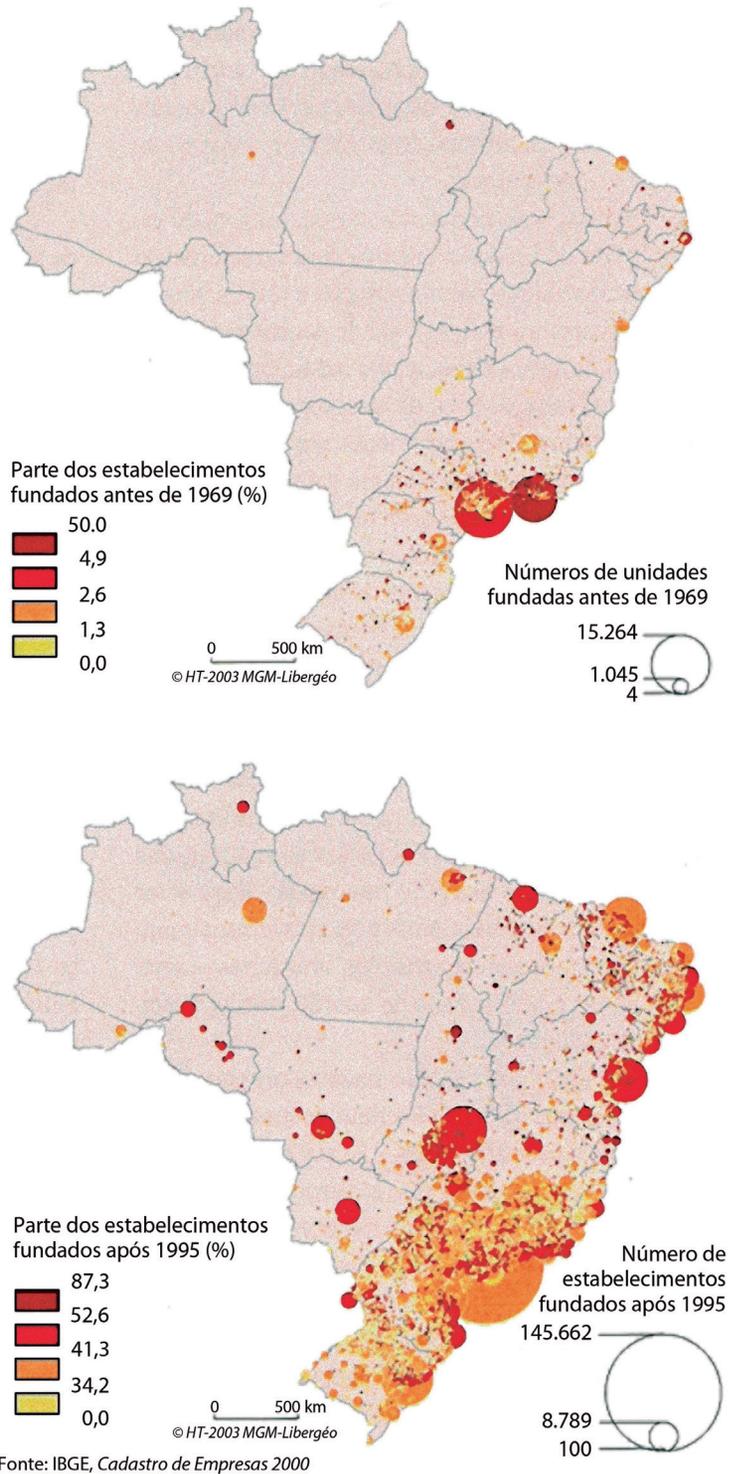


Figura 12.2

Fonte: IBGE, Cadastro de Empresas (2000).

Relações cidade-campo

Não podemos considerar o campo e a cidade como espaços contrários, pois estamos inseridos num mundo de relações complexas e diversificadas. Logo, ambos devem ser compreendidos como construções socioespaciais e territórios – no sentido, econômico, político e cultural – interdependentes, a partir de uma visão dialética, observando as lógicas que regem cada espaço. No espaço urbano, a velocidade dos acontecimentos e da informação é sempre maior, e o artificial é algo presente nas formas e nas relações. Por sua vez, no rural, há maior contato com a natureza e as relações se pautam na proximidade, no cotidiano e na terra.

Por outro lado, novas mudanças em curso na história têm provocado novas relações entre o campo e a cidade, explicitadas pela evolução dos meios de comunicação e transporte, assim como pela intensificação das atividades não vinculadas à terra entre os habitantes do campo. A ciência, a técnica e a informação têm papel fundamental atualmente, estimulando uma concorrência maior entre os espaços.

Metropolização

Podemos entender o processo de metropolização do espaço como um fenômeno que vai muito além de um simples crescimento das grandes aglomerações de pessoas em uma cidade. Ele é caracterizado também pela constituição dessa cidade como central. Isso significa que ela exerce polarização numa determinada área de municípios que têm as mesmas dinâmicas territoriais, concentrando capitais, atuando como centro de decisões, comandando a informação e atraindo empresas e trabalhadores altamente qualificados.

O fato de a região Centro-Sul apresentar historicamente alto grau de concentração de investimentos, sobretudo dos projetos nacionais de industrialização, aponta para que, nos dias de hoje, tenhamos um número grande de cidades que abrigam grandes núcleos populacionais deste país.

Não é que não exista metropolização em outras regiões do Brasil, mas no Centro-Sul essa dinâmica de urbanização é intensa desde a década de 1930, quando da adoção do modelo urbano industrial no Brasil. Ela é mais expressiva, em particular, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, se estendendo para o Sul e Minas Gerais.

No entanto, esse processo também envolve consequências, como a *macrocefalia urbana* e o aumento das desigualdades socioespaciais. São exemplos o estado do Rio de Janeiro, onde há a priorização de políticas públicas em áreas estratégicas e centros econômicos, e a cidade do Rio em si, sobretudo a Zona Sul, disponibilizando uma infraestrutura mais desenvolvida para a reprodução do capital e de relações capitalistas.



Macrocefalia urbana

Podemos entender esse conceito como uma problemática estrutural grave no processo de urbanização, associado ao crescimento desenfreado das cidades. Razões disso são o intenso êxodo rural e a escassez de empregos, que favoreceram a intensificação do trabalho informal, a expansão das favelas e o aumento da população pobre ao redor de grandes metrópoles.

Nesse sentido, a macrocefalia urbana é um fenômeno comum em países subdesenvolvidos, marcado por grandes aglomerados populacionais em espaços sem infraestrutura e equipamentos públicos.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

Na região Centro-Sul está concentrado um grande número de regiões metropolitanas que apresentam forte integração entre diversos municípios. Tais integrações se fazem em diferentes dimensões: política, econômica e demográfica.

Do ponto de vista das dinâmicas demográficas nas regiões metropolitanas, chamam atenção os movimentos pendulares.

Explique em que consiste essa dinâmica e pondere sobre seus possíveis impactos.

Resposta comentada

Movimentos pendulares são movimentos populacionais entre diferentes municípios que apresentam forte integração metropolitana. Trata-se de um tipo de movimento migratório em que as pessoas se deslocam diariamente entre municípios, principalmente devido à concentração de oportunidades de emprego em uma cidade que exerce polarização na região.

A falta de distribuição e de geração de empregos em áreas de baixa dinâmica econômica, somada a uma excessiva concentração de investimento e de oportunidades de emprego em áreas já dinamizadas pode acarretar, se acompanhada de má gestão de recursos públicos e de planejamentos urbanos não democráticos, na macrocefalia urbana.



Já as demais cidades ou áreas periféricas do estado são territórios integrados de forma precária ao processo de metropolização. Um exemplo é a Baixada Fluminense, onde há uma forte concentração de trabalhadores que realizam, em grande número, a migração cotidiana (a que chamamos de pendular) entre diversos municípios e o Rio de Janeiro, que polariza a maior parte das oportunidades de emprego.

Conclusão

Por fim, vale destacar que o Centro-Sul é o complexo econômico regional de mais expressiva relevância na dinâmica econômica e política do Brasil. Nele está concentrada a maior parte da população do Brasil, com 16 regiões metropolitanas apresentando diferentes graus de integração.

exercem poder de polarização em seu entorno, sendo grandes centros de decisões políticas e econômicas.

Tal metropolização apresenta, historicamente, alto grau de concentração e centralização de investimentos, sobretudo dos projetos nacionais de industrialização.

Resumo

Existe um conjunto de elementos históricos que nos esclarecem a concentração produtiva na região Centro-Sul do Brasil. Tal aglomeração de indústrias, serviços e investimentos na região, especificamente em São Paulo, produziu no país uma divisão territorial do trabalho em âmbito nacional, definindo a região como área *core* das atividades.

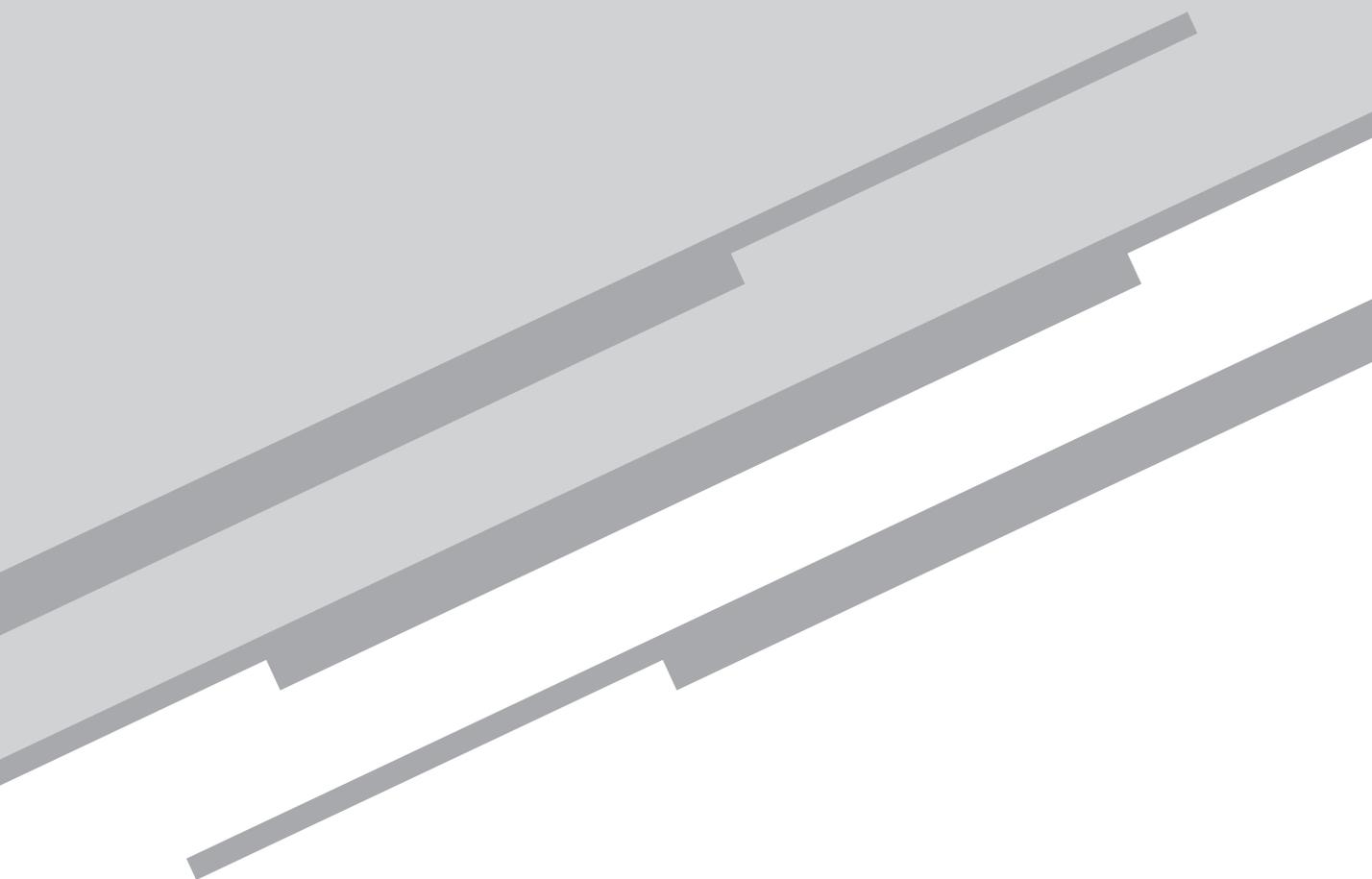
No entanto, apesar de possuir uma economia mais dinâmica, que coordena as demais regiões, o Centro-Sul, que também é a região mais urbanizada, é acometido por uma série de consequências ligadas ao crescimento exacerbado das grandes metrópoles. Por exemplo, a especulação imobiliária, a deterioração de bens, equipamentos e serviços públicos, a favelização, entre outras. Assim, a metropolização do espaço associada à falta de infraestrutura urbana promove o aumento das desigualdades, conferindo uma forte segregação socioespacial na região.

Informações sobre a próxima aula

No próxima aula refletiremos sobre o espaço geográfico da Amazônia, investigando como se deu seu processo de ocupação e exploração. A linha de raciocínio que nos acompanhará é a construção da paisagem pelas sociedades.

Aula 13

O espaço geográfico da Amazônia



*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Meta

Espera-se que, ao final da presente aula, todos tenham, ao menos, habilidade de discernir a especificidade do processo de ocupação e de exploração da Amazônia brasileira.

Ainda nesse contexto, pretende-se que nesse encontro seja possível estabelecer pontes entre as dinâmicas apontadas acima (ocupação e exploração da Amazônia) e implicações decisivas para os povos tradicionais.

Objetivo

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender os diferentes momentos de apropriação da Floresta Amazônica ao longo da história de ocupação/exploração Brasil;
2. compreender como o processo de ocupação e exploração da Amazônia afeta os diferentes grupamentos sociais tradicionais da Floresta Amazônica;
3. destacar quais são os principais impactos socioambientais na Região Amazônica.

Introdução

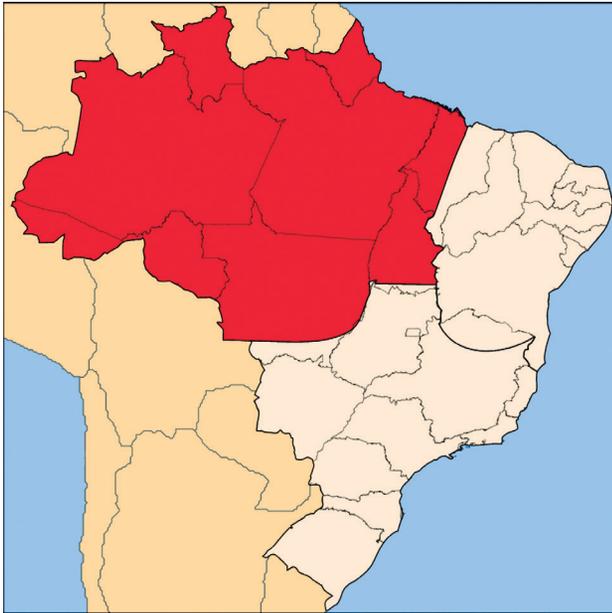


Figura 13.1: Complexo geoeconômico da Amazônia.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_geoecon%C3%B4mica_Amaz%C3%B4nica_do_Brasil

Sendo o maior complexo geoeconômico do Brasil, a Amazônia abarca os estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, de Rondônia, Roraima e parte dos estados do Maranhão e Mato Grosso. A economia gira em torno das atividades de agropecuária – o setor mais importante –, extrativismo vegetal, mineração e indústria, destacando-se a Zona Franca de Manaus. A região é a que possui menor densidade populacional no país.

O processo de ocupação/exploração da Amazônia

O processo de ocupação da Amazônia vem se consolidando durante a história brasileira e se legitima através de algumas ideologias geográficas acerca da região. A ideia de ser um vazio demográfico, a valorização de sua biodiversidade – que exclui a dimensão humana – e sua centralidade na questão climática mundial fazem da Amazônia um território de disputa desde o início da colonização.

É no século XVII que se inicia esse processo, que na época tinha como objetivo principal a defesa do território por conta da disputa entre

Portugal e Espanha. Na época, a exploração econômica poliextrativista das drogas do sertão visavam o comércio internacional. A ocupação inicial se dá com os jesuítas na região e, já no século XVIII, ao serem expulsos por Marquês de Pombal, chegam os colonos portugueses, que além de inserir o negro escravizado na região, também escravizavam os próprios indígenas. É também a partir do século XVIII que tem-se o início da agropecuária na região. Neste período, é possível dizer que a rede urbana da Amazônia era dendrítica, ou seja, seguia o fluxo dos rios. Exemplos dessas cidades são Manaus e Belém.

Já nos tempos e espaços do final do século XIX, a borracha entra em evidência na região, tendo seu apogeu em 1910, configurando uma exploração econômica monoextrativista em latifúndios (seringal). A borracha se tornou um produto importante para a Revolução Industrial que ocorria nos Estados Unidos, possibilitando uma maior renda para a região do Amazonas e sua inserção na divisão internacional do trabalho; por outro lado, a integração produtiva com o Brasil ainda não existia. A economia da borracha se dava em sistemas de aviamento, coordenado por grandes grupos multinacionais.

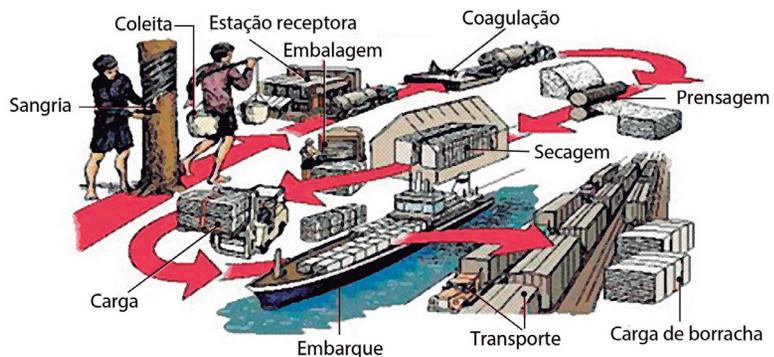


Figura 13.2: Sistema de aviamento: rede de fornecimento de mercadorias que objetivava a exportação da borracha para os EUA e a Europa.

Fonte: <https://frankchaves-ita.blogspot.com/2014/09/a-economia-da-borracha-no-para.html>

De modo geral, no seringal, o seringueiro é o responsável pela extração do látex e o seringalista é o dono do latifúndio. O seringa-

lista vivia nos chamados barracões, sede administrativa do seringal e que se localizava próximo aos rios. A produção era escoada pelos rios a partir dos barcos (também chamados regatões), que iam em direção às casas de exportação e importação. Havia alta taxa de mortalidade no seringal devido a doenças, picadas de cobra e péssima alimentação (eram proibidos de cultivar); os seringueiros eram, em sua maioria, analfabetos e viviam em condições de escravidão por dívida.

O sistema de aviamento desenvolveu uma nova dinâmica na rede urbana da região, onde eram desenvolvidas novas cidades. Diante do crescimento econômico promovido pela borracha, também há uma mudança na forma e no conteúdo das cidades, que irão contar com grandes construções arquitetônicas, como o Teatro Amazonas. Há ainda um incremento urbano por conta dos fluxos migratórios internos, principalmente dos nordestinos em busca de empregos.

Entre 1910 e 1960, percebe-se a decadência da borracha na Amazônia devido à transferência da produção de borracha para a Ásia. Por conta desse declínio, há uma mudança na orientação dos fluxos migratórios e intensa crise urbana. Os antigos seringais foram abandonados pelos seringalistas, mas contando com a permanência dos seringueiros, que agora formavam comunidades e se associavam a povos tradicionais para adquirir conhecimentos agrícolas. Com a Segunda Guerra Mundial, há uma retomada da produção para a indústria bélica americana, mas que logo recua com o fim da guerra.

Com o fim da borracha, há uma retomada do poliextrativismo na região, destacando-se a castanha do Pará, que atende aos Estados Unidos. Há também o início da migração japonesa, que promove o cultivo da pimenta, da juta e retoma a pecuária, além da descoberta de minérios e da prática de garimpo por grupos locais.

Como já citado em aulas anteriores, a ocupação e exploração da Amazônia – ou conquista civilizatória – foi consolidada com o projeto de integração nacional através de políticas públicas adotadas pelo Governo brasileiro a partir dos anos 1960, inicialmente com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A Sudam incentivava atividades lucrativas como a pecuária e fomen-

tava investimentos de capitais nacionais e internacionais através de incentivos fiscais.

Em 1970, há a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), o programa de caráter geopolítico adotado pelos militares para estimular a ocupação da Amazônia. Seu objetivo central era viabilizar a construção de estradas – como a Transamazônica –, conectando a Amazônia às regiões centrais do Brasil e ao Nordeste – a este último com o objetivo de absorver a mão de obra gerada pelas secas. Além disso, outros projetos logísticos, como hidrelétricas e portos.

E ainda, após o choque do petróleo, para viabilizar o governo militar e resistir à crise econômica, é posto em prática em 1974 o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Com ele, temos o aumento de incentivos fiscais para a formação de polos e complexos industriais em regiões fora das áreas centrais do Brasil, com o objetivo de integrar o país à economia mundial através da conquista de mercados na área da mineração e da agropecuária. Sob o signo da Revolução Verde e da crise econômica, os incentivos priorizavam as grandes empresas integradas a corredores de exportação, gerando maior concentração de renda e de terras. Assim, há uma descentralização produtiva das grandes metrópoles em direção às periferias do Brasil, como a Amazônia.

Os povos tradicionais

As populações tradicionais da Amazônia são diversas. Nela habitam os povos indígenas, que são os primeiros habitantes do Brasil. Com a colonização, a população se diversificou devido à presença de europeus e escravizados africanos. Essa diversificação étnica e cultural gerou outros grupos que também são considerados tradicionais, como os ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu dentre outros.

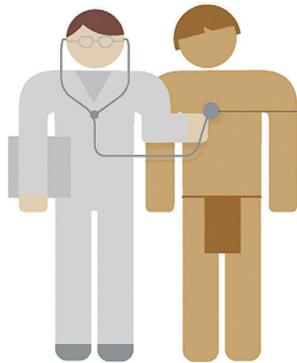
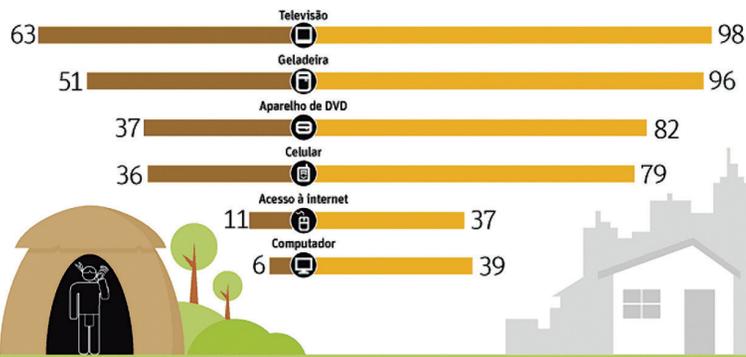
No que concerne aos povos indígenas, o bioma engloba a maior parte dessa população no Brasil. Somente a terra yanomami, localizada no Amazonas e em Roraima, possui aproximadamente 25,7 mil indígenas, 5% do total brasileiro, como elucida o infográfico mostrado na **Figura 13.3**. A seguir, também podemos visualizar mais algumas informações sobre a presença indígena no território brasileiro, como o acesso a energia, saneamento básico e os problemas sociais enfrentados.

O PERFIL DO ÍNDIO

Levantamento do Datafolha revela como vivem as populações indígenas no país *

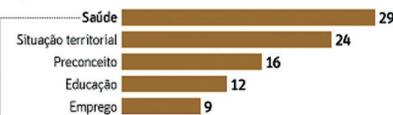
POSSE DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

Em %



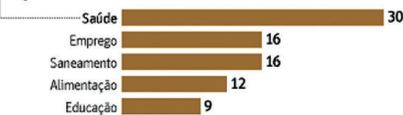
PRINCIPAIS PROBLEMAS DOS ÍNDIOS NO BRASIL

Segundo os entrevistados, em %



PRINCIPAIS PROBLEMAS VIVIDOS POR ELES PESSOALMENTE

Segundo os entrevistados, em %



74% julgam a Funai importante, mas 39% reprovam o desempenho do órgão

67% gostariam de ter uma formação universitária

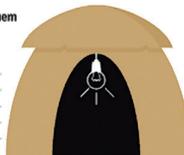
64% dos índios são beneficiários do Bolsa Família

25% têm o hábito de ler livros; 18% leem três livros por ano

ENERGIA E SANEAMENTO

Em %

	Consideram muito importante	Possuem
Luz elétrica	92	78
Água Encanada	91	61
Banheiro dentro de casa	79	18
Chuveiro elétrico	47	6
Rede de esgoto	73	4
Casa de Alvenaria	86	39



* Foram realizadas 1.222 entrevistas, em 32 aldeias (20 etnias) com 300 habitantes ou mais, em todas as regiões do país entre os dias 7 de junho e 11 de julho. Fonte: Datafolha

ONDE VIVEM OS ÍNDIOS, SEGUNDO O IBGE

Terras declaradas, homologadas, regularizadas e encaminhadas como reserva indígena

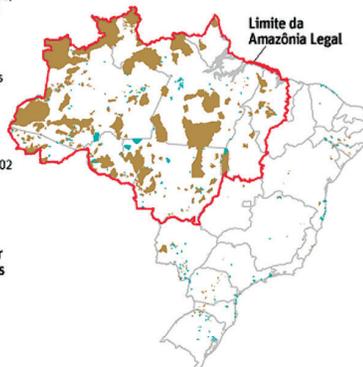
Terras em estudo e delimitadas

As seis terras indígenas mais populosas

Yanomâni (AM/RR) - 25.719
Raposa Serra do Sol (RR) - 17.102
Évare I (AM) - 16.686
Alto Rio Negro (AM) - 15.183
Andará Marau (AM) - 11.321
Dourados (MS) - 11.138

Terras indígenas com maior proporção de não indígenas

Fulni-Ó (PE) - 78%
São Domingos do Jacapari e Estação (AM) - 67%
Ulirapurú (MT) - 34%
São Domingos (MT) - 33%
Porquinhos (MA) - 31%



QUEM VIVE NAS TERRAS INDÍGENAS



** Segundo dados do censo do IBGE em 2010, existem 819 mil indígenas e 305 etnias no país

Figura 13.3: O perfil do índio: como vivem e onde vivem.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1183482-dois-tercos-dos-indigenas-recebem-do-bolsa-familia.shtml>

Essas diversas etnias e cosmovisões dialogam diretamente com o manejo sustentável para a preservação da biodiversidade. A pesca, a caça e o extrativismo são fontes de alimentação e renda para os povos tradicionais. Ademais, esses grupos alinham saberes tradicionais que contribuem para a conservação do bioma para esse modo de vida. Um exemplo disso é o fato de que essas populações utilizaram técnicas naturais para o desenvolvimento de diversas espécies vegetais na Amazônia, como a castanheira, a pupunha, o cacau, o babaçu, a mandioca e a araucária. Esse manejo incluiu a transformação do solo pobre da Amazônia em um tipo muito fértil, a *terra preta de índio*.

Nesse sentido, a defesa e a garantia dos territórios tradicionais é primordial para a continuidade desses povos e para a manutenção da biodiversidade e das funções ecológicas do bioma. As práticas dos povos e comunidades amparam uma lógica de desenvolvimento sustentável que vem sendo historicamente renegada pela esfera pública, mas que se mostra o caminho mais viável para a sobrevivência da Amazônia. Na imagem de satélite do Google Earth (**Figura 13.4**), podemos observar a demarcação de três terras indígenas em Rondônia. Essas terras atuam como uma espécie de ilha de proteção da floresta, pois as áreas ao redor delas sofrem com o desmatamento.

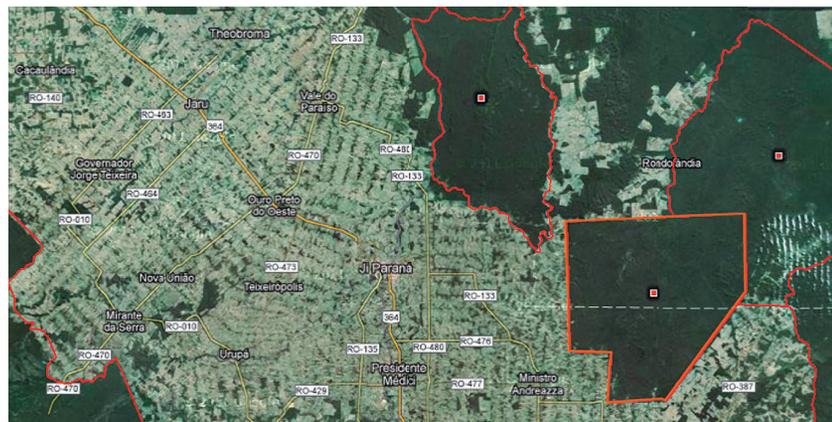


Figura 13.4: Demarcação de terras indígenas no estado de Rondônia.

Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Demarca%C3%A7%C3%B5es>

Atividade 1

Atende ao objetivo 1 e 2

(Adaptada do Vestibular Uerj 2014)



Figura 13.5: Homens awá caçando na floresta. Fiona Watson/Survival.

Fonte: <https://www.survivalbrasil.org/povos/awa>



Figura 13.6: Impacto ambiental na Amazônia. Bruno Kelly/Greenpeace.

Fonte: <https://www.survivalbrasil.org/povos/awa>

Texto 1

No pouco que resta de Floresta Amazônica no Maranhão, vive o povo awá, conhecido como “o mais ameaçado do planeta”. São pouco mais de 400 pessoas, cercadas de municípios que dependem da extração da madeira. Os awá falam guajá, do tronco tupi. Só alguns

sabem um pouco de português. Eles são um dos últimos povos apenas caçadores e coletores. Vivem da floresta e pela floresta. A terra dos awá-guajá já foi demarcada, homologada e registrada com 116.582 hectares. Ela está dentro da Reserva Biológica do Gurupi, que foi criada pelo presidente Jânio Quadros em 1961 e tem o mais alto nível de proteção ambiental. Mesmo assim, sofre a ação de grileiros e madeireiros, derrubando a floresta e encurralando os índios.

Miriam Leitão

Adaptado de *O Globo*, 04/08/2013.

Após observar atentamente para as duas primeiras imagens e, considerando o texto apresentado na sequência, elabore um texto, de 10 linhas, explicando dois argumentos que destaquem a importância do estabelecimento das reservas indígenas.

Resposta comentada

A relação que as sociedades indígenas estabelecem com a natureza e com os recursos necessários para a sua própria sobrevivência é sustentável. Isso permite uma preservação das condições ambientais diante do avanço de atividades econômicas que carregam em si forte impacto nos ecossistemas.

Nesse sentido, a consolidação de reservas indígenas se mostra como uma política pública de afirmação da necessidade de salvaguarda não só das mais diversas culturas, mas também do meio ambiente e de suas dinâmicas naturais.

Impactos socioambientais

Todas as políticas públicas que estimularam a exploração da Amazônia foram impostas através da ideologia da modernização. Esta ideologia é marcada no espaço por meio da sociedade urbanizada e industrializada. Ela muito contribuiu para a concepção de “nação brasileira”, da “ordem” e do “progresso”.

A ideologia da modernização possui, sobretudo, um caráter racista e um discurso civilizatório, pois propõe a divisão entre progresso e atraso, entre indivíduos superiores e primitivos/atrasados, entre espaços civilizados e espaços atrasados: os “vazios demográficos” que deveriam ser diluídos pela modernização. E foi assim que se institucionalizou o avanço da fronteira capitalista para a região, legitimando-se e financiando a instalação de empresas privadas e estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce.

Nesse contexto, os povos tradicionais da região vivenciaram – e vivenciam – a o que Darcy Ribeiro indica como *transfiguração étnica*. O termo em questão possui diversas instâncias, coexistentes ou subsequentes. Inicialmente, há a transfiguração biótica, ocorrida no contato entre grupos sociais distintos, quando doenças podem contaminar indivíduos não imunizados. Há a transfiguração ecológica, quando comunidades afetam o modo de vida ecológico – de reprodução social – umas das outras. Há também a transfiguração econômica, que ocorre quando um grupo social é convertido em condição de reprodução material de outro, em detrimento de suas raízes culturais. E ainda: a transfiguração psicocultural, quando povos tradicionais incorporam o modo de vida da sociedade capitalista.

Os povos tradicionais considerados atrasados foram transfigurados em favor da modernidade. A expansão das redes técnicas e das urbanidades se choca com as sociedades não capitalistas, anunciando desterritorialização violenta de populações e sua inserção de forma precária nos mecanismos de reprodução do capital. Entretanto, existiram e existem resistência a esses processos, principalmente com a atuação de movimentos sociais que visam neutralizar as tensões nesses espaços, como os povos da floresta.

Os recentes dados sobre o aumento das queimadas na Amazônia divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), gerados com base em imagens de satélite, evidenciam que o desmatamento se dá sobretudo por conta da ocupação de áreas de reserva florestal por

empresas (nacionais e estrangeiras). Estas empresas são instaladas na região graças a incentivos governamentais cujo objetivo é estimular a economia da Região Norte e, devido à carência de fiscalização adequada, acabam por desmatar ilegalmente extensas áreas de reserva florestal e até mesmo terras indígenas. Tendo em vista a Região Norte ser a nova fronteira agrícola do país, as atividades econômicas relacionadas ao espaço agrário vêm sendo as principais responsáveis pelo desmatamento da região.

Sendo assim, na pretensão de um desenvolvimento econômico que beneficie uma pequena parcela privilegiada da sociedade e que não é revertido em qualidade de vida para a população em geral, a floresta é substituída por pastagens e lavouras, provocando uma série de impactos em todas as escalas e que podem levar até mesmo à sua savanização. Quanto a estes impactos, podemos listar:

- perda de biodiversidade devido ao desmatamento de espécies de plantas (logo, a destruição do *habitat* de diversos animais);
- alterações no ciclo hidrológico da região, visto que as árvores são essenciais no processo de infiltração e percolação da água no solo;
- lixiviação do solo pela água, que o deixa exposto e empobrecido;
- erosão, visto que, devido à exposição, o solo fica mais vulnerável à ação das chuvas e acaba sendo transportado mais facilmente;
- alterações no clima, pois as árvores são as grandes responsáveis pela absorção do CO₂ da atmosfera. Com o desmatamento, aumenta-se a quantidade de gás carbônico na atmosfera, impactando assim o clima desde uma escala local até uma escala mundial.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 3

(Adaptada do Vestibular Uerj 2019)



Figura 13.7: Munduruku manifestam-se contra mineração em terras indígenas.

Fonte: <https://cimi.org.br/2019/10/povo-munduruku-bloqueia-estrada-no-para-protesto-contra-mineracao-terras-indigenas/>

Texto 2

Os 225,8 km de água enlameada que cruzam a Floresta Amazônica anunciam a tragédia adiante: megagarimpos ilegais encravados na terra indígena Munduruku e na Floresta Nacional do Crepori, no sudoeste do Pará. Mas, ao contrário do rio Doce, a destruição do remoto rio das Tropas acontece de forma oculta – menos para os índios. Cansados de esperar uma intervenção do Estado, guerreiros e lideranças da etnia, incluindo o cacique geral, Arnaldo Kaba, organizaram uma expedição para expulsar os garimpeiros não indígenas do local. Em seis lanchas, dezenas viajaram armados com flechas e espingardas de caça, incluindo mulheres, crianças e idosos.

Fabiano Maisonnave

Adaptado de *Folha de São Paulo*, 04/02/2018.

Tomando como base as informações ofertadas:

- a) Aponte um princípio fundamental da relação que os indígenas estabelecem com a natureza.
- b) Liste três impactos socioambientais presentes na região Amazônica.
- c) Problematize um dos impactos listados no item anterior.

Tomamos a liberdade de citar diretamente um trecho de artigo da professora Bertha Becker, que sintetiza bem o ponto que gostaríamos de destacar como encaminhamento para o final do presente encontro:

A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana (BECKER, 2005, p. 72).

Resumo

A ocupação histórica, desde a colonização até os dias atuais da Região Amazônica é um processo de consolidação de um modelo de sociedade que percebe nela uma reserva de valor e uma frente de plena exploração que pode trazer impactos ainda sem precedentes.

Fato é que esta ocupação, acompanhada muitas das vezes pela exploração sem o devido planejamento e a gestão adequada, é imbuída de valores/ideologias geográficas: uma delas, e talvez a principal delas, é a ideia de a Amazônia ser uma região caracterizada por um vazio demográfico. A reboque, como uma derivação quase lógica da primeira, temos a valorização da biodiversidade, no sentido que exclui o homem como um elemento geográfico.

Outra ideologia importante de ser destacada – e que, inclusive, está muito presente em nosso imaginário social – é a da modernização: a Amazônia como frente de expansão e/ou reserva de valor para o projeto de modernização do espaço. Ideologia esta, por sinal, de caráter racista e com discurso de teor civilizatório, que propõe a divisão entre progresso e atraso, entre indivíduos superiores e primitivos/atrasados, entre espaços civilizados e espaços atrasados. Assim, institucionaliza-se o avanço da fronteira capitalista para a região, legitimando-se e financiando a instalação de empresas de capital privado.

Leitura recomendada

AB'SÁBER, A. *Domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

COSTA LIMA, Gustavo da. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*, vol. 6, n. 2, jul-dez, 2003, p. 99-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a07v06n2.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Filmes (documentários)

Amazônia, da impertinência à conciliação (2014)

Documentário realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-S9osbdOcqc>

Amazônia, heranças de uma utopia (2005)

Documentário exibido na TV Brasil, com direção de Alexandre Valenti.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gqBc67ToAJg>

Referências

BECKER, B. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047/11619>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). *Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará*. São Paulo: Iepé, 2006. Disponível em: https://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livro_patrimonio_cultural_imaterial_e_povos_indigenas-baixa_resolucao.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

ISPN – INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. Brasília, c2018. Disponível em: <https://ispn.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

KANINDÉ ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL. Porto Velho, [201-]. Disponível em: <https://www.kaninde.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LEITÃO, Miriam. Awás lutam contra a destruição dos madeireiros no que restou da Floresta Amazônica do Maranhão. *O Globo*, 4 ago. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/awas-lutam-contradestruicao-dos-madeireiros-no-que-restou-da-floresta-amazonica-do-maranhao-9337369>. Acesso em: 20 dez. 2019.

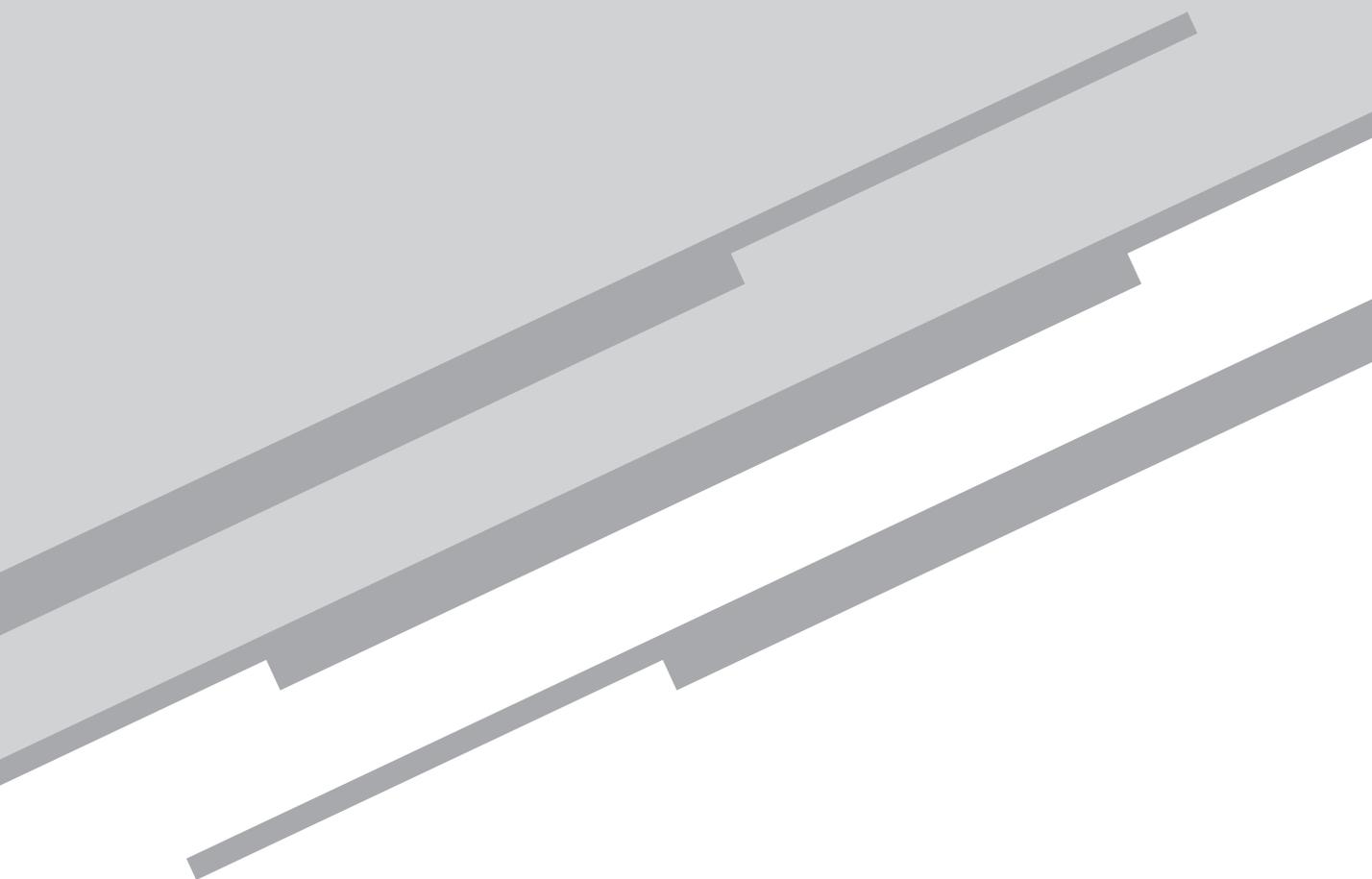
MAISONNAVE, Fabiano. Índios tentam fechar megagarimpo ilegal que polui rio no Pará. *Folha de S.Paulo*, Manaus, 4 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/02/indios-tentam-fechar-megagarimpo-ilegal-que-polui-rio-no-para.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O complexo de violência e devastação da Amazônia brasileira. *América Latina em Movimento*, 3 fev. 2008. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/active/22092>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

Aula 14

A região e a geografia escolar



*Vinícius Silva de Moraes
Stefanny Santos Monteiro*

Metas

Apresentar a importância da mediação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem de conteúdos da geografia escolar, especificamente a partir do conceito geográfico de região, e estimular a formulação de possíveis práticas educativas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. possibilitar ao aluno a capacidade de entender o potencial do conceito de região;
2. dominar a especificidade do Ensino Básico, onde não são formados geógrafos.

Introdução

Diante das muitas investigações e reflexões desenvolvidas por pesquisadores da área da educação e da educação geográfica especificamente, compreende-se que é primordial que o conhecimento produzido na academia se transforme para ser produzido junto aos alunos. Isso significa que o conteúdo do conhecimento científico deve ser adaptado à aprendizagem, portanto, a escola não deve ser um simples laboratório em que se aplique de forma verticalizada o conhecimento científico, afinal ela produz seu próprio conhecimento (SILVA, 2012). Essas transformações do conhecimento científico precisam ser norteadas a partir de fundamentos didáticos que considerem questões de caráter metodológico do ensino, sempre buscando os procedimentos mais adequados para a apropriação do conhecimento pelos alunos, com o objetivo final de que eles construam seus próprios saberes.

Na construção desses procedimentos, ou seja, na elaboração de um método didático, faz-se necessário articular as propriedades teórico-metodológicas da ciência de referência com os sujeitos da aprendizagem. Isso deve ser feito sob um olhar atento e particular dos alunos, que possuem características particulares, de acordo com a idade e o contexto social em que estão inseridos no espaço específico onde ocorre a prática pedagógica. É importante observarmos também que esse espaço, por sua vez, apresenta uma finalidade educacional própria.

Logo, apesar de suas diferenças, os saberes geográficos escolares precisam estar conectados harmonicamente com os novos avanços teóricos desenvolvidos pelos saberes acadêmicos. Caso a estrutura e a organização do saber geográfico acadêmico não sejam valorizadas na disciplina escolar, ocorre um desencontro teórico-metodológico entre uma e outra, que poderá prejudicar a qualidade da aprendizagem, a compreensão da realidade vivida pelos alunos e o desenvolvimento de possibilidades de atuação sobre essa realidade.

Diante do exposto, nesta aula final refletiremos mais aprofundadamente sobre o conceito central da nossa disciplina, o qual apresenta grande potencial reflexivo dentro do contexto escolar, e, no entanto, enfrenta alguns desafios quanto à metodologia utilizada para ser apresentado.

Um pouco mais sobre o conceito de região

No tocante a nossa ciência de referência, tem-se verificado como fundamental a análise do conceito de região ao nível de um conceito

científico, no entanto, ainda existem muitos obstáculos para isso. Nos últimos dois séculos, percebe-se o esforço dos geógrafos em qualificar a ideia de região distinguindo-a de seu uso pelo senso comum. Como consequência disso, muitos conceitos de região surgiram, e eles estão inseridos em diferentes paradigmas da ciência geográfica: na Geografia Tradicional, na Nova Geografia, na Geografia Crítica e na Geografia Humanista.

No tocante às questões regionais e às que cercam o processo de organização regional do Brasil, esse desafio de conceituar região é um dos maiores, na medida em que essas temáticas impõem dificuldades para a oferta e aplicação de metodologias alternativas dentro do ensino de Geografia. Isso se dá devido ao fato de esses terrenos estarem, aparentemente, sólidos; tradicionalmente, a organização regional do Brasil é baseada na ideia de regiões que fazem parte de um todo. Esse todo seria o território nacional e, nessa perspectiva, o desafio maior do professor deveria ser construir esse quebra-cabeça, levando aos estudantes uma compreensão mais ampla e efetiva da realidade regional e nacional.

Se, durante muito tempo, a Geografia foi tida como uma disciplina renegada a uma condição de inutilidade, como bem destacou Lacoste (1976), apenas um saber enciclopédico, atualmente ela apresenta caráter reconhecido dentro das ciências humanas. Apesar disso, ainda existem heranças dessa perspectiva inútil, e isso é observável quando nos perguntam a capital do Cazaquistão ou quantos fusos horários existem entre duas localidades, por exemplo.

A Geografia não se refere meramente à transmissão de informações de forma isolada, uma vez que a falta de interação entre elas pouco auxilia na compreensão do mundo em que vivemos. A Geografia é um campo do conhecimento que está preocupado com questões vinculadas à espacialidade e não às informações enciclopédicas. Nesse quadro, a região é um conceito que auxilia na operacionalização do entendimento deste mundo real em que estamos inseridos.

Tratar da organização regional do espaço brasileiro é algo complexo, pois envolve a regionalização de um país com dimensões continentais e alta diversidade nas perspectivas sociais e ambientais. A história do Brasil é marcada por uma extrema ação desigual de apropriação que construiu diferenciações perceptíveis nos domínios inter e intraregionais.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Além de ser bastante utilizado nos ensaios geográficos, o termo *região* está presente em nosso dia a dia. Em geral, esse conhecimento é construído em quase todo o 7º ano do Ensino Fundamental e revisitado constantemente ao longo da alfabetização geográfica. É comum os currículos direcionarem esse ano ao estudo regional do Brasil e os demais anos ao estudo regional do mundo.

Visto que esse é um cenário encontrado por professores e professoras de Geografia nas mais diversas realidades, desenvolva um texto de, no mínimo, cinco linhas, ponderando sobre uma possibilidade de prática pedagógica ou abordagem didática em uma possível construção desse conceito em sala de aula. Não se esqueça de se aprofundar nos detalhes da abordagem.

Resosta comentada

Uma possível abordagem didática poderia ser iniciada através de uma mobilização dos alunos quanto a seus conhecimentos prévios do tema: o que eles já conhecem por região e quais regiões eles conhecem. Assim, o professor ou professora poderia resgatar ideias iniciais para desenvolver um conceito de região, de forma clara e compreensível para o nível de entendimento dos sujeitos da aprendizagem.

Em seguida, o(a) professor(a) poderia estimular a imaginação dos alunos, questionando-os sobre possíveis formas de regionalizar a sala de aula a partir deles mesmos, seguindo um agrupamento pelos seguintes critérios: time de futebol, idade, gênero, cor dos cabelos, altura etc.

Após essa introdução, uma opção seria investigar outros exemplos de região. No tocante especificamente ao 7º ano, à medida que se aprofundam os estudos sobre o território nacional, é possível discutir as diversas

formas a partir das quais o Brasil pode ser regionalizado. Por exemplo, de acordo com a classificação de Aziz Ab'Sáber, a partir dos domínios morfoclimáticos, em regiões político administrativas ou em regiões geoeconômicas. Ao analisar as diferentes formas de se regionalizar o país, é possível que o aluno perceba que uma região não é um lugar alheio às influências do que há a sua volta, mas que um mesmo lugar pode ter atributos de diversas regiões, dependendo do critério utilizado.

O processo de formação na escola

Quando tratamos da especificidade da Geografia escolar, nos deparamos, muitas vezes, com desafios diferentes daqueles que vivenciamos na Educação Superior.

Primeiramente, no âmbito escolar, estamos lidando com a formação cidadã, ao passo que na Educação Superior estamos formando geógrafos e professores de Geografia. Em segundo lugar, não podemos deixar de destacar a diferença no grau de complexidade e de aprofundamento dos conteúdos nos diferentes níveis de ensino por conta das diferenças cognitivas e do próprio objetivo de formação. Antônio Carlos Robert de Moraes, no que se refere à confusão daquilo que se faz na Geografia escolar, afirma que “há professores que dão aula pensando que estão formando professores e há professores que dão aula achando que estão formando pesquisadores altamente especializados” (2002, p. 11).

Assim, a mediação daquilo que seria o conteúdo básico da Geografia não pode ser feita sem uma problematização no campo do ensino que construa uma interação dentro dos objetivos específicos da escola.

O importante é destacarmos, sempre, que a Geografia tem um papel fundamental na formação da cidadania, tem uma contribuição social particular e que, para uma defesa consubstanciada da disciplina, devemos entender essa especificidade:

O geógrafo incide diretamente na formação social do cidadão. O professor de Geografia está participando com um conteúdo e com uma temática essencial na formação da cidadania. A visão de mundo do estudante-cidadão, a visão de país, a visão da realidade local em que vive, tudo isso está profundamente permeado pelo conteúdo da Geografia escolar (MORAES, 2002, p. 13-14).

Dada sua relevância e potencialidade, o ensino de Geografia deve ser pensado e construído a partir de um currículo que estimule os alunos a conhecer sua realidade visando a uma possibilidade de crescimento, com base no que ele encontra em seu dia a dia. Para isso, é preciso desenvolver estratégias para além da sala de aula, principalmente por meio da valorização da imaginação como recurso. Deve-se considerar que a Geografia não se limita somente aos momentos da aprendizagem em sala; muito pelo contrário, ela está por toda parte.

Nesse sentido, o ensino de Geografia se manifesta como um meio de transformação e libertação do sujeito como ser que reflete e age sobre sua condição existencial. Logo, é fundamental e legítima uma Geografia trabalhada sob uma ótica que respeite a diversidade, a fim de pensar em estratégias para enfrentar as incertezas do mundo e da vida.



A pedagogia da libertação faz parte dos estudos e ideias centrais de Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro com pesquisas em diversas universidades em todo o planeta. Essa pedagogia defende uma educação crítica, que tem como objetivo principal a transformação social e a humanização dos oprimidos e opressores por meio da construção de uma ética universal dos seres humanos, através do conhecimento da realidade vivida.

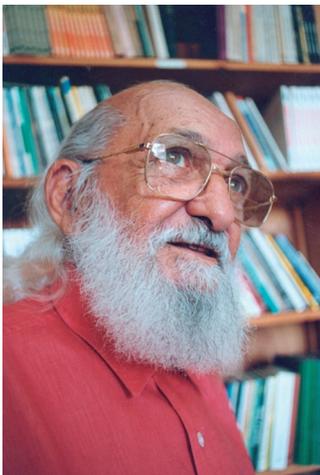


Figura 14.1: Paulo Freire.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/9848556@N05/6104876558>

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

O professor de Geografia está, em sala de aula, mediando diversos saberes. Três deles são fundamentais para uma autonomia profissional: o saber de referência – a Geografia acadêmica e todas as suas especialidades –, a Geografia escolar – com todo o arcabouço teórico e conceitual já enraizado tradicionalmente na estrutura escolar via currículo e avaliação – e as ciências da educação – História, Psicologia e Sociologia da Educação, bem com a Didática.

Nesse sentido, desenvolva um raciocínio que aponte:

- a) a especificidade da Geografia escolar;
- b) a importância social da Geografia nos currículos escolares.

Resposta comentada

A Geografia escolar apresenta particularidades em relação à Geografia acadêmica em dois aspectos: o primeiro é o nível de complexidade e de aprofundamento das temáticas geográficas dentro dos saberes construídos pelas disciplinas específicas; o segundo é o fato de a Geografia escolar atuar em favor da formação cidadã, e é justamente nesse ponto que reside o potencial da disciplina.

A Geografia escolar incide diretamente na construção da visão de mundo dos alunos, implicando a construção da dimensão política ao revelar quais são os diversos interesses que envolvem o processo de (re)produção do espaço geográfico.

Conclusão

No que diz respeito ao significado desse conceito tão caro para a Geografia que é a região, podemos concluir que existem diferenças entre conteúdos, por exemplo, nos livros didáticos e na concepção dos professores a respeito da referida categoria geográfica.

Por fim, é importante, também, refletirmos e nos atentarmos para outras questões que fogem, em parte, daquilo que aqui foi construído. Não basta dominar intelectualmente o conceito de região a partir de nossos referenciais acadêmicos; da mesma forma, ter domínio sobre como o conceito é trabalhado dentro da estrutura curricular da Geografia escolar não é suficiente para uma operacionalização coerente do real. É preciso nos questionarmos sobre como o professor de Geografia pode, em sala ou em campo, desenvolver habilidades e competências concernentes ao conhecimento geográfico junto aos alunos, desenvolvendo o raciocínio espacial que possa pensar o mundo atual em sua complexidade espacial. Essa é uma questão que passa por uma construção de visão de mundo necessária ao professor.

=====**Atividade final**=====

Atende aos objetivos 1 e 2

Tomando como base a importância da Geografia escolar e a potencialidade do conceito de região dentro do processo de alfabetização geográfica, desenvolva um pequeno texto refletindo como o conceito trabalhado ao longo de todo o semestre nos ajuda na construção da formação cidadã.

Resposta comentada

O domínio do conceito de região é fundamental para o professor, pois a partir dele podemos auxiliar no processo de construção de visão de mundo, fundamental dentro da formação cidadã.

Ter em mente que as dinâmicas espaciais são passíveis de ser compreendidas a partir do prisma da regionalização potencializa o ensino de diferentes conteúdos típicos da estrutura curricular da Geografia escolar. Além disso, a apreensão dessa capacidade analítica por parte dos alunos, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, é chave para compreender que o processo de (re)produção do espaço, em suas diversas dimensões, constrói identidades das mais diferentes formas.

Resumo

Os saberes que são mediados em sala de aula, dentre eles o saber acadêmico, o saber escolar e o saber das ciências da educação, devem caminhar no horizonte da formação cidadã dos alunos. Essa construção cidadã remete à necessidade de desvendarmos os interesses que estão por trás dos processos de (re)produção do espaço geográfico.

A região, dentro da constelação de conceitos que nos ajudam a compreender a construção constante do espaço geográfico (HAESBAERT, 2014), está presente em diversos momentos do processo de alfabetização geográfica que perdura por toda a trajetória escolar. É justamente esse motivo que nos leva à necessidade de termos autonomia dentro desse conceito específico, a fim de evitarmos uma mera reprodução simplória da ideia de região.

Leituras recomendadas

CALLAI, Helena Copetti (ORG.). *Educação geográfica: reflexão e prática*. Ijuí: Unijuí, 2011.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCHAFFER, Neiva Otero (Org.). *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. Editora da UFRGS/ Associação dos Geógrafos Brasileiros: Porto Alegre, 2003.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Org.). *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei (Org.). *Para ensinar e aprender Geografia*. São Paulo: Cortez, 2009.

TONINI, Ivaine Maria; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOU-LART, Lúgia Beatriz; KAERCHER, Nestor André; MARTINS, Rosa Elisabete M. W. (Org.). *O ensino de Geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre: Mediações, 2014.

Referências

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SILVA, Raimundo. A escola enquanto espaço de construção de conhecimento. *Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 139, p. 83-91, 2012.

